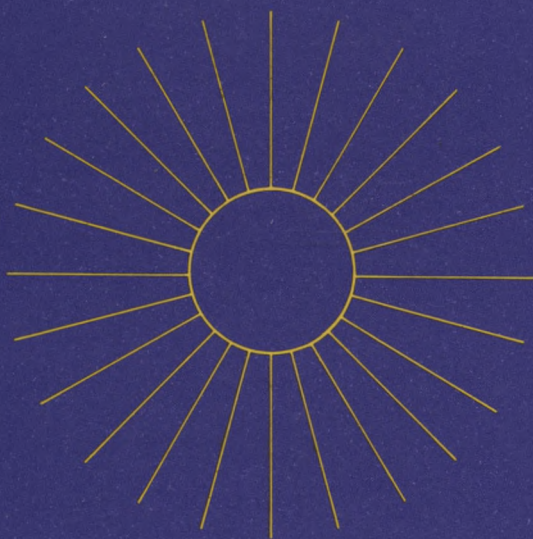


Sociedade e Estado

VOLUME IV

NÚMERO 1

JANEIRO-JUNHO 1989



DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SOCIEDADE E ESTADO

Revista Semestral do Departamento de Sociologia da UnB

Volume IV, nº 1, jan./jun. 1989

Impresso no Brasil

Sob responsabilidade do Departamento de Sociologia da

Universidade de Brasília

Campus Universitário - Asa Norte

70910 - Brasília - Distrito Federal

Copyright © 1988 by Departamento de Sociologia et alii

É permitida a reprodução de artigos com a menção da fonte

Conselho Editorial

Gabriel Cohn

Maria Brandão

Maria Suzana Arrosa Soares

César Barreira

Fernando Correia Dias

Walder de Góes

Silke Weber

Otávio Guilherme Velho

José Albertino Rodrigues

Gilberto Velho

Bernardo Sorj

Wanderley Guilherme dos Santos

Ivan Sérgio Freire de Souza

Hélgio Trindade

Coordenação Geral

Maria Lúcia Maciel

Elimar Pinheiro do Nascimento

Equipe Técnica

Comitê de Redação

Maria Lúcia Maciel

Elimar Pinheiro do Nascimento

Vilma de Mendonça Figueiredo

João Gabriel Teixeira

Tradução

Liliane Jacqueline Rebelo Horta

Regina do Prado

Datilografia

Ermelina da Silva Paula

Revisão Bibliográfica

Denise Werneck de Paiva

SOCIEDADE E ESTADO

Revista Semestral do Departamento de Sociologia da UnB

Vol. IV, nº 1, jan./jun. 1989

SUMÁRIO

Apresentação	5
Maria Lúcia Maciel e Elimar Pinheiro do Nascimento	
Transição Política: Antecedentes, Natureza e Cenários	7
Elimar Pinheiro do Nascimento	
Visões do Passado: Comentários sobre as Ciências Sociais no Brasil de 1945 a 1964	22
Gláucia Villas Boas	
Algumas Distinções entre a Questão Agrária na Europa e na América Latina Contemporânea	44
Vilma de Mendonça Figueiredo	
A Política "Social" do Setor Elétrico	55
Lygia Sigaud	
A Articulação Pesquisa-Extensão e o Desenvolvimento da Agropecuária	72
Michelângelo G.S. Trigueiro	
Os Novos Livres	95
Jean Casimir	
Emprego Público e Clientelismo	126
Martine Droulers	
Da Consciência Comportada à Dialética da Existência: Um Confronto entre Durkheim e Freud	145
José Mendes de Oliveira	

RESENHAS

ALMEIDA, Luiz Mello de. Resenha de SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.

OLIVEIRA, José Mendes de. Resenha de D'INCAO, Maria Ângela, Org. O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo, Paz e Terra/Ed. UNESP, 1987.

APRESENTAÇÃO

Este número viaja no tempo e no espaço: de 1945 à década de 90, do campo para a cidade, da Europa à América Latina. E o melhor, parece, é dar as mãos a seus autores e experimentar, com eles, suas descobertas, suas surpresas e conquistas.

Começando pelos dias de hoje - e já pensando nos de amanhã - o artigo de Elimar Pinheiro do Nascimento discute as origens da atual transição, a natureza da presente crise e, a partir dessa análise, projeta os possíveis cenários de seu desdobramento, nos fazendo pensar no fechamento deste século.

Algumas das preocupações do artigo de Nascimento representam uma linha de continuidade das características detectadas por Glau^ucia Vilas Boas nas Ciências Sociais no Brasil, tais como a construção nacional, a natureza do Estado brasileiro e sua modernização, no período de 1945 a 1964.

O Estado encontra-se também, com certa centralidade, nos artigos de Vilma de Mendonça Figueiredo e Lygia Sigaud. Neste caso é a sua intervenção no processo de produção de energia elétrica, através da construção de grandes barragens, que interessa. Mais precisamente, a autora nos conduz à análise dos efeitos sociais, considerados "perversos", desta intervenção: desrespeitos aos direitos da cidadania e menosprezante dos impactos ambientais. Um alerta em torno de um tema ainda pouco estudado nas Ciências Sociais no Brasil. Já o artigo de Figueiredo relaciona o Estado com a questão agrária, distinguindo os casos da Europa e da América Latina. Entre nós a questão agrária, à diferença da Europa, tem sido crucial na definição dos regimes políticos, defende a autora.

Uma tese que merece, sem dúvida, ser percorrida, palmilhada e debataida.

Na realidade o artigo de Figueiredo aponta para uma outra centralidade deste número da revista, que Michelângelo G.S. Trigueiro trabalha em seu artigo: a problemática rural. Só que Trigueiro nos convida a viajar em busca de uma metodologia que articule, eficientemente, pesquisa e extensão rural no desenvolvimento agropecuário: o "eterno" nó górdio da ineficiência e ineficácia do Estado junto aos pequenos produtores rurais.

Casimir confirma a nossa segunda centralidade analisando, nos Caribes, a configuração desse personagem próprio a uma determinada reprodução na agricultura, os "novos livres". Reflexão que não é estranha a nós, presente na literatura do campo temático em suas maiores expressões, desde Caio Prado Júnior até Nazaré Wanderley, Moacir Palmeira e Graziano da Silva.

O artigo de Martine Droulers nos faz retornar ao Estado (e sair do rural), agora enfocado como instrumento através do qual, ou pelo menos com o qual, se renova a prática política clientelística. Comportamento político não mais focalizado como sinal de "atraso", mas antes como desdobrando-se em funções marcantes de uma nova modernidade. O clientelismo, que por um lapso de tempo idealístico, julgávamos enterrado com o populismo e outros padrões "antigos" e latinoamericanos, nos acompanha em direção ao próximo século, sob novas formas. E não apenas no Brasil, como demonstra a autora, mas também na Europa.

Com tantas viagens, de um continente a outro, de um século a outro, julgamos que uma última viagem merecia encerrar este roteiro, uma aventura num espaço aparentemente mais conhecido a nós, sociólogos: entre Durkheim e Freud, na busca da apreensão das dificuldades das Ciências Sociais em lidar com a subjetividade humana, é o roteiro "ameno" proposto por José Mendes de Oliveira.

TRANSIÇÃO POLÍTICA: ANTECEDENTES, NATUREZA E CENÁRIOS(*)

Elimar Pinheiro do Nascimento (**)

RESUMO

A atual transição brasileira pode ser entendida como resultante de uma crise de hegemonia, cujos antecedentes podem ser compreendidos em duas fases distintas: a primeira, de liberalização do antigo regime, tendo início em 73/74 (abertura); e a segunda, de democratização, surgida em inícios de 1980 com a incapacidade de reprodução, mesmo atualizada, do antigo regime (transição propriamente dita). Três cenários políticos descortinam-se como prováveis: a não resolução da crise, a ressurreição conservadora e a concertação hegemônica.

A situação brasileira é denominada atualmente de transicional. E ela o é. Porém, sob aspectos múltiplos. Aqui aborda-se apenas o político. E, neste, a transição é entendida como a passagem de um regime político a outro. Ou seja, a constatação de que o velho regime burocrático-militar (O'Donnell: 1986) não pode mais se reproduzir.

(*) O presente texto constitui parte de um trabalho apresentado pelo autor em seminário organizado no Recife (jan./88) pela Consultora Claudio Porto e Consultores Associados, como subsídio para elaboração de cenários para a região amazônica.

(**) Sociólogo e Cientista Político, Professor da Universidade Federal de Pernambuco à disposição da UnB/SOL.

zir e um novo regime, de caráter democrático, encontra-se em gestão sem traços completamente definidos. Entre o velho que morreu, porém não está completamente desaparecido, e o novo que já surgiu, mas não tomou formas definitivas, encontra-se a natureza primeira de nossa transição.

Embora genérica e pouco explicativa, esta definição é importante porque delimita a natureza da crise política que vive o país. Não se trata de alguma crise de Estado, mas também não se restringe a um simples problema de governo. Expulsa, portanto, a ótica analítica de uma crise de governabilidade, situando-se, assim, no justo meio.

Delimitada a natureza mais geral da transição e da crise que a consubstancia, torna-se necessário ingressar numa concretude que possa permitir a compreensão de sua especificidade.

A primeira peculiaridade da transição brasileira, quando comparada aos casos do sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia) e do cone sul latino-americano (Argentina e Uruguai), parece residir em sua longevidade. Normalmente entende-se que os primeiros indícios da transição brasileira estão localizados em 1974, e mais precisamente quando das declarações do então Presidente Geisel, em agosto, sobre a "abertura lenta e gradual". Nesta perspectiva, o Brasil já estaria vivendo sua transição há mais de treze anos (Kucinsky: 1982).

Não obstante a consistência desta idéia relativamente consensual, ela necessita ser matizada com a distinção entre duas fases deste período. A primeira, de meados dos 70 a inícios dos 80, em que predomina um processo de liberalização do velho regime na tentativa de atualizá-lo, buscando a sua reprodução, e a segunda, que se pode chamar de transição propriamente dita, com predominância de um processo de democratização em que a reprodução do velho regime torna-se inviável. A distinção, portanto, entre liberalização e democratização qualifica melhor o traço da longevidade transaccional que conhece o país. Assim, abertura e transição/liberalização e democratização passam a ser compreendidas como gênese e começo, respectivamente, do atual momento político. Gênese entendida como

1 período de gestação de processos diversos que, a partir de um certo momento - de inflexão - se articulam para, simultaneamente, tornar o velho irreprodutível e criar as condições do novo. Inflexão que demarca o início do processo transicional propriamente dito, ou seja, o período do começo. (Nascimento: 1988).

1 - Geisel: a liberalização do regime burocrático-autoritário

O discurso da "abertura" não distingue o Presidente Geisel de seus predecessores. Todos assumiram com a proclamação de criar uma democracia, embora extremamente adjetivada. No entanto, ao término de seu mandato duas diferenças são marcantes: a) pela primeira vez o Presidente faz o seu sucessor; e b) o processo de liberalização é visível, com ampla liberdade de imprensa, tratamento diferenciado dos conflitos sindicais, posse dos eleitos em 1978, entre outros. Como explicar estes fatos singulares?

As razões da liberalização do regime não se encontram em ameaças visíveis da oposição: a) o segmento armado estava destruído, exilado ou preso; b) o segmento democrático-liberal tinha se reduzido a não mais do que 21,3% da Câmara Federal e 28,8% do Senado, como resultado das eleições de 1970. As eleições de 1974 - em que a oposição aumenta significativamente seu percentual no Congresso - são posteriores às intenções de abertura, e irão contribuir antes para o refluxo momentâneo de seu processo, cujos reflexos mais visíveis encontram-se na Lei Falcão em 1976, no fechamento do Congresso em 1977 e no adiamento das eleições para governador, previstas originalmente para 1978. Nem parecem residir - as razões da liberalização - numa suposta crise econômica, cujos contornos tornam-se claros apenas em fins da década de 70. A primeira crise do petróleo é tida como um fenômeno passageiro, e a taxa de crescimento econômico de 1974 é similar às do milagre.

Parece mais consistente atribuir as razões da "abertura" a dois fenômenos que, já visíveis em 1973, ameaçam a robustez de então do regime: a) o descontrole do "Estado dentro do Estado", a Co

munidade de Informação e Segurança (CIS); b) a fragilidade do processo de legitimação assentado exclusivamente em índices econômicos que não podem ser mantidos indefinidamente. A ideologia do desenvolvimento com segurança não tem mais respaldo de sustentação material. E o projeto de "Grande Potência" jamais galvanizou amplos setores da opinião pública, salvo em momento tênue (70/72). Daí decorrem duas tarefas fundamentais definidas pelos estrategistas no poder: a) controlar o esquema de segurança "selvagem", assentado sobretudo no DOI-CODI, mas cujas raízes encontram-se no interior da Instituição Militar (IM); e b) redefinir o processo de legitimação pela criação de novos canais de comunicação com a sociedade civil. Estas duas tarefas, perseguidas obstinadamente em condições adversas, são obtidas parcialmente através, de um lado, da consolidação do novo profissionalismo na Instituição Militar, restabelecendo o princípio da hierarquia, demarcando o espaço da Comunidade de Informação e Segurança permissível, baixando o nível de politização no interior do aparelho armado; e, de outro lado, pela descompressão do regime, assegurando liberdade de imprensa, o processo eleitoral (mesmo em circunstâncias desfavoráveis) e um novo tratamento nas questões sociais, particularmente aquelas que diziam respeito ao movimento sindical e às manifestações dos movimentos sociais urbanos.

Os limites da liberalização obtida e das tarefas definidas encontram-se nas condições adversas, e não totalmente previstas, que encontrou a administração Geisel em seu transcurso e que explicam, em parte, o vai e vem do processo: a) a resistência da linha dura nos quadros intermediários e superiores da Instituição Militar apresentava-se sólida, fazendo com que os militares no governo tivessem a cabeça da Instituição, mas não seu corpo; b) o aguçamento da crise econômica, que conduz o governo a aprofundar o processo de estatização e represar o crescimento das demandas de aumento salarial, conduz a manifestações contrárias, tanto dos setores trabalhistas, quanto dos setores empresariais; c) a debilidade da oposição democrática em controlar/dirigir a oposição mais popular alocada no novo movimento sindical e nos movimentos sociais, com apoio dos setores progressistas da esquerda.

De certa forma, a lentidão no processo de abertura deve-se, em parte, à emergência da sociedade civil pelas eleições de 1974, que funcionaram como espelho para a percepção dos atores em processo associativo de oposição, até então ao nível silencioso dos micro-espacos. A guinada para a direita, de 75 a 77, por parte do governo, e o exacerbamento das ações repressivas da CIS (vide o massacre da Lapa) apenas represaram aquele processo que retorna, com mais força, em 1978. Este é o ano que marca, de São Paulo e Rio a Recife e Fortaleza, o ressurgimento explosivo das associações de bairro e movimentos urbanos por acesso a bens e serviços coletivos (Boschi: 1983). Da mesma forma é o ano que demarca o retorno das centrais operárias com as greves no ABC paulista (Viana: 1983). Finalmente, é o ano em que demarxa a dinâmica associativista dos setores médios urbanos, dos engenheiros aos professores, dos médicos aos economistas, possibilitando a formação de novos atores sociais (Boschi: 1986).

2 - Figueiredo: democratização à revelia da linha dura

O legado que recebe a administração Figueiredo é extremamente desfavorável para dar continuidade ao processo de liberalização do regime: a) uma crise econômica aguda que se reflete em recessão ; b) o retorno da linha dura ao controle do Estado Maior das Forças Armadas; c) uma liberdade de imprensa que contribui para seus opositores, sem lhe render dividendos; d) um leque amplo e crescente de oposição, que penetra profundamente na sociedade civil, agora em processo de articulação; e) uma sustentação política em declínio, com o surgimento das primeiras rebeldias em determinados governos estaduais (Pernambuco, por exemplo); f) o fracasso do retorno ao pluripartidarismo e da legislação eleitoral casuística, em 1982, retirando-lhe o controle sobre os estados centrais da federação. E, no entanto, não houve retrocesso mas, antes, a liberalização se manteve, transformando-se em democratização. Não que tenham faltado propostas de retrocesso, mas porque este procedimento, aos

poucos, tornou-se inviável. E, isso, apesar do refluxo dos empresários, nos primórdios de sua gestão. A inviabilidade do retrocesso deve-se em grande parte aos "custos da repressão", expressos no desenvolvimento organizacional da sociedade civil, e na sua articulação/aproximação com a sociedade política, evidenciada nas eleições de 78/82 (Santos: 1985).

O momento em que o retrocesso se tornou impossível, momento de inflexão ou início da transição propriamente dito, parece ter ocorrido entre meados de 1981 e meados de 1984, e quatro eventos o confirmaram: o episódio do Riocentro, as eleições de 1982, a campanha das Diretas já em 1984 e, no mesmo ano, a formação da Aliança Democrática, unindo numa mesma frente o PMDB e setores divergentes do PDS.

O episódio do Riocentro demonstrou aos setores médios da Instituição Militar que os custos de sua manutenção no poder eram muito altos, ameaçando os valores, a hierarquia e a imagem (já desgastada) da própria Instituição. Ficou claro para a maioria dos oficiais que os autores do atentado pertenciam à corporação, que permaneceriam impunes e sem justificativas plausíveis. A linha dura perde o poder de recrutamento interno e o "Estado no Estado" perde seu espaço de manobra, exatamente um ano antes do retorno ao controle do comando das Forças Armadas. A situação se inverte. Agora a linha dura possui a cabeça, mas não mais o corpo. A espinha dorsal da Instituição está quebrada; a força de inércia é a lei imperante em Instituições nessas circunstâncias.

As eleições de 1982, um ano depois, criaram uma diarquia, desfavorável ao governo Figueiredo. De um lado, um governo central nascido de eleições indiretas e de um processo contestado, cuja legitimidade, débil, se esfacela com a explosão da recessão econômica em 1981 - o país começa a conhecer uma crise de governabilidade, e o governo uma dinâmica de paralisia crescente. De outro lado, os governos estaduais da oposição, legitimamente eleitos, cujas bandeiras de luta têm em comum a reinstalação da democracia no país. Soa-se agora à negatividade da contestação e rejeição do antigo regime a positividade de uma alternativa real de poder.

A campanha das Diretas já (1984) demonstrou, com nítida visibilidade, o grande desejo de mudança no seio da sociedade e, dessa forma, que qualquer tentativa de retrocesso ou manutenção do regime não encontraria base social significativa; e nem contaria com o entusiasmo dos militares na corporação, menos ainda com o apoio de parcela significativa dos empresários.

Sem base social, econômica ou militar, o velho regime perde parte da sustentação político-partidária com a formação da Aliança Democrática, nascida da dissidência formadora do PFL. Da bancada de 281 (51,3%) membros do Congresso Nacional, o PDS perde 117 para o novo partido, ficando reduzido, em 1985, a 29,1% - menos de um terço do Congresso Nacional.

Os eventos de 1984/85 (com a eleição, em janeiro, de Tancredo Neves) revelaram, ao lado da inviabilidade de reprodução do velho regime, os contornos de sua superação: a frente de oposição ampliou-se para a direita com uma candidatura palatável mesmo para os setores mais atrasados do empresariado e da Instituição Militar. As Forças Armadas saem do cenário, conservando, porém, largas fatias do poder; os empresários ingressam com força na cena política; a tecnoburocracia mantém seus privilégios; os velhos políticos que souberam se desligar a tempo do antigo regime, são conservados na nova composição governamental. Apenas os setores políticos mais ligados aos meios populares, à esquerda, são aliçados, demarcando, assim, uma segunda e fundamental característica da transição: o seu aspecto conservador. Este pacto da transição, resultante de um pacto do velho regime com setores da oposição, permitirá que alguns autores a denominem de "transação" (Share e Mainwaring: 1986).

3 - O papel do processo eleitoral

Um outro significado, de porte mais teórico, dos eventos de 1984/85 é o estreito relacionamento entre a sociedade política e a sociedade civil. Embora de conotação conservadora, a nova Aliança

anuncia clara disposição de mudanças, particularmente a destruição do "entulho autoritário", com desdobramento em uma nova Constituição e a realização de determinadas reformas - Agrária, Tributária e Administrativa. Enfim, assume um caráter transicional e reformista.

Da análise daqueles eventos - e não só - ressalta uma terceira característica da transição: o papel nela desempenhado pelo processo eleitoral (Lamounier: 1987). Decorrência, aliás, de uma peculiaridade do antigo regime que jamais abandonou completa e radicalmente as regras da democracia liberal: eleições, parlamento e rodízio no exercício da Presidência. Duas eleições foram particularmente importantes, a de 1974, que possibilitou à oposição tomar consciência de sua real dimensão, tirando-a da ameaça de desaparecimento a que tinha sido relegada em 1970, e as de 1982, cujo significado já foi abordado na idéia central da diarquia. Acrescente-se que pela primeira vez o partido do velho regime perde as eleições no plano Federal: enquanto o PDS teve para a Câmara Federal 36,7% dos votos, o PMDB teve 36,5%; o PDT, 4,9%; o PTB, 3,8% e PT, 3,0% (Peireira: 1984). Perda mesmo, somando-se o percentual do PTB - pelo acordo de 1983 - embora não tenha sido esta a face deste partido por ocasião das eleições.

O quadro abaixo mostra como a oposição mantém o movimento ascendente ao longo das últimas eleições, apesar da legislação casuística que tenta impedir-lhe a obtenção da maioria.

QUADRO 1

Resultado Oficial das Eleições Legislativas de 1966 a 1982, para o total do País (em percentagem)

ANOS	S E N A D O*				CÂMARA FEDERAL				ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS			
	ARENA	MDB	VOTOS EM BRANCO OU NULO	TOTAL	ARENA	MDB	VOTOS EM BRANCO OU NULO	TOTAL	ARENA	MDB	VOTOS EM BRANCO OU NULO	TOTAL
1966	44,7	34,2	21,7	17 259 598	58,5	26,4	21,0	17 285 556	52,2	29,2	18,6	17 260 382
1970	43,7	18,6	27,7	46 986 492	46,4	21,3	30,3	22 435 521	51,0	22,0	26,8	22 435 521
1974	34,7	54,0	15,1	28 981 110	48,9	37,8	21,3	28 981 015	42,1	36,8	18,9	28 922 618
1978	35,0	4,4	18,6	37 775 212	40,0	39,3	20,7	37 629 180	41,1	39,6	19,3	37 449 488
1982**	36,5	5,00	13,5	48 746 803	46,7	48,2	15,1	46 455	36,0	47,2	16,8	46 374 905

FONTE: TSE

(*) O Total de votos de 1970 é contado em dobro, por se tratar de renovação de 2/3 das cadeiras. Em 1978 deveria ocorrer o mesmo, mas 1/3 passou a ser eleito indiretamente - os chamados biónicos - devido às modificações introduzidas pelo Pacote de abril de 1977.

(**) Os votos do PDS foram incluídos na coluna referente à ARENA, e os da oposição (PMDB, PT, PTB e PDT) na coluna MDB.

O processo eleitoral desempenha, portanto, o papel de canal de articulação entre a sociedade política e a sociedade civil, cujo ápice real encontra-se na campanha das diretas já, em abril de 1984, e o emocional período, um ano depois, por ocasião da morte de Tancredo.

Antes de ingressar no processo político dos últimos três anos, conhecidos vulgarmente como de Nova República, uma última característica do período inicial da transição merece ser citado.

Apesar da maioria dos analistas chamarem a atenção para o fato de o processo transicional ter sido conduzido de "cima para baixo", é preciso introduzir nuances, como fez Diniz (1986).

É verdade que a extinção do AI-5, a anistia, o pluripartidarismo e a legislação eleitoral (casuística) são decisões emanadas dos militares no governo. E obedecem a uma determinada estratégia, cuja eficácia passava pela dispersão da oposição, controle da sociedade civil e isolamento da esquerda. Com o início da fase de democratização, porém, os rumos, se não foram outros, conheceram uma diversidade. Entre o projeto e o processo da abertura que se distinguem (Diniz: 1985), surge uma nova Sociedade Civil e uma Sociedade Política articulada a esta.

O associativismo se desenvolveu no seio da sociedade civil, à margem da estratégia do Estado: no meio popular - Movimentos de Bairro - nos setores médios urbanos, entre as mulheres, entre os negros, etc, criando novos sujeitos sociais e novas demandas, às quais o Estado não consegue responder, nem controlar.

Um partido societário, com grande presença nos meios populares organizados, principalmente no Sudeste, surge, embora sem peso eleitoral até recentemente.

A oposição liberal-democrática não se desfaz, mantendo seu movimento ascensional. Ao contrário, a direita é que se dispersa.

Conclusão: a administração Figueiredo perde o rumo do processo e a capacidade de direção, entra em crise, paralisa-se. A liberalização, que constitui a característica do período da gênese, desfaz-se. Assim, o começo da transição parece resultar da confluên-

cia de ações (e omissões) de atores sociais diversos, alocados no interior das sociedades civil e política.

4 - A Nova República: Ressurreição do Conservadorismo?

A análise até aqui desenvolvida permite entender, em parte, porque a instalação de um governo civil, ou Nova República, não se constituiu numa ruptura significativa com a situação anterior, particularmente por ocasião da vigência do Plano Cruzado, a paralisia do estado se manteve e a credibilidade do governo não se forjou. Contribuíram para tanto, embora não se possa afirmar quanto, a morte do líder "carismático" da transição e sua substituição pelo antigo Presidente da Arena. Exceto a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, nenhuma das reformas propaladas se efetivou ou tem chances de efetivar-se via atual executivo federal.

Duas mudanças, no entanto, ocorreram, agravantes do quadro político nacional e em parte responsável pela dinâmica de instabilidade: a) a separação manifesta entre as sociedades civil e política; b) a erosão das forças hegemônicas do antigo regime sem o surgimento de uma nova força.

Os resultados das eleições de 1986, aparentemente, seriam negadoras destas assertivas, com a vitória esmagadora do PMDB, ou seja, do antigo partido da resistência democrática. Sem querer ironizar, trata-se de uma verdadeira aparência.

Quatro são os resultados mais notórios das eleições de 1986 apontados pela maioria dos analistas:

- a) a vitória esmagadora do PMDB;
- b) um sistema partidário concentrado no centro;
- c) a emergência de uma nova força política (os executivos estaduais); e
- d) a prevalência das forças conservadoras.

Em princípio, estes quatro resultados deveriam articular-se num escopo de estabilidade institucional. Ledo engano. E por vá-

rias razões.

A vitória esmagadora do PMDB deveria atribuir-lhe a condição de partido dirigente do Estado. Porém, tal não ocorreu. E por uma razão simples. O PMDB que surge das eleições de 1986 é um partido que se anula em suas dissensões internas, dividido nas três categorias clássicas das "afinidades ideológicas": esquerda, centro e direita. Não existindo uma hegemonia clara no partido ele torna-se, automaticamente, inapto ao exercício do poder. Afinal, nenhuma das três correntes, por si, tem forças para se atribuir a direção do Partido e, por consequência, a do Estado.

A teoria sobre sistema partidário afirma, com largo respaldo empírico, que a concentração no centro é um fator de estabilidade institucional. A obtenção de 77% das cadeiras do Congresso Constituinte pela antiga Aliança Democrática deveria funcionar neste sentido. O perfil ideológico do Congresso Constituinte está, porém, um pouco além das siglas partidárias, e a maioria dos analistas de senha-o de forma relativamente equilibrada. O quadro abaixo compara três perfis, em percentuais.

QUADRO 2
Perfis Ideológicos do Congresso Constituinte
(em percentual)

	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
Folha de São Paulo	31	32	36
LMR	21	39	40
EPN	28	34	48

FONTES: Folha de São Paulo. Caderno Especial, 19 de janeiro de 1987.

RODRIGUES, Leoncio Martins. Quem é quem na Constituinte. São Paulo, OESP/Maltese, 1987.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. O Congresso Constituinte, as desigualdades regionais e o Nordeste. Recife, SUDENE, 1987. (datil.)

Apesar da variedade de critérios, os resultados, embora distintos, são próximos. De comum resulta a prevalência dos setores de direita, confirmando, por sinal, o quarto resultado eleitoral a cima assinalado, este substancialmente verdadeiro. A predominância

da direita, que se reflete, aliás, nas diversas composições governamentais que marcaram já a Nova República, em vez de ser um fator de estabilidade, parece estar contribuindo para a dissociação entre as sociedades civil e política e, assim, para a instabilidade política. Sobretudo que sua hegemonia tem sérias dificuldades de ser exercida, pois é incapaz de responder às demandas da Sociedade Civil - por motivos óbvios - e, ao mesmo tempo, de reprimi-las.

A força dos governadores se desfaz no mesmo equilíbrio instável entre as afinidades ideológicas. Tomando a conceituação mais corrente, poder-se-ia desenhar o seguinte perfil ideológico dos executivos dos principais estados da Federação:

QUADRO 3

Perfil Ideológico dos Governos Estaduais Eleitos em 1987

	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
São Paulo		XX	
Rio de Janeiro		XX	
Minas Gerais			XX
Bahia	XX		
Paraná			XX
Rio Grande Sul	XX		
Pernambuco	XX		
Ceará		XX	
T O T A L	3	2	3

Se o quadro é discutível e em sua globalidade aponta para um certo equilíbrio, este se desfaz quando se tomam outros dois enfoques: a totalidade dos executivos ou apenas os três mais importantes. Nestes dois enfoques a prevalência à direita manifesta-se (ou pelo menos de centro-direita).

Dessa forma, seja ao nível do sistema partidário nacional, seja ao nível dos executivos estaduais, ou mesmo do partido majoritário, prevalece o equilíbrio com leve inclinação para a direita. Aqui parece residir a configuração maior das eleições de 1986, pre

sente no desgaste da Assembléia Nacional Constituinte: a vitória do conservadorismo resistente às mudanças anunciadas por ocasião da vitória da Aliança Democrática.

Em resumo, o resultado das urnas de 86 somou à paralisação do Estado e da Sociedade Política. Nesta situação, nada mais natural que a dissociação desta em relação à sociedade civil e o surgimento neste espaço de manifestações desagregadoras. Assim, manifestações de uma "sociabilidade marginal" são crescentes, incluindo uma latente desobediência civil com possibilidade de generalização: dos empresários industriais aos "empresários das drogas". A crise do regime agrega-se à da governabilidade; à paralisia da Sociedade Política junta-se sua dissociação da Sociedade Civil.

A "Nova República" caracteriza-se assim, politicamente, pela inércia pendular: movimentos políticos que não conseguem avanços para qualquer direção; não definem regras precisas para a ação dos empresários, nem respondem às demandas sociais; não articulam uma base social visível, nem organizam um bloco político majoritário e hegemônico.

A ruptura desta inércia parece apontar para uma ressurreição do conservadorismo. A questão, porém, é saber se estas forças políticas serão capazes de construir uma nova hegemonia ou contribuirão - na sua importância - a um aprofundamento da crise.

Entre a manutenção da crise política que nos conduzirá a um processo de argentinização de nossa economia (vitória da irracionalidade) e a ressurreição conservadora que irá consolidar em nosso seio um apartheid informal (derrota da Nação), resta a possibilidade de uma concertação hegemônica através da formação de um bloco político de largo espectro, reunindo empresários modernos e trabalhadores conseqüentes, permitindo a retomada do crescimento econômico com políticas distributivistas (vitória do bom senso das elites).

BIBLIOGRAFIA

- BOSCHI, Renato Raul, org. - 1983. Movimentos coletivos no Brasil Urbano. São Paulo, Zahar.
- _____ - 1986. A arte de associar-se. São Paulo, Vértice.
- DINIZ, Eli - 1985. "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da Abertura". Dados, 28(3): 329-346.
- _____ - 1986. "A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia". Sociedade e Estado, 11(2): 65-88, jul./dez. 1986.
- KUCINSKY, Bernardo - 1982. Abertura: a história de uma crise. São Paulo, Brasil Debates.
- LAMOUNIER, Bolivar, 1987. "Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2(4): 43-64.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do - 1988. "Transição? Qual transição?" Humanidades, (16): 22-26.
- O'DONNELL, Guillermo - 1986. Contrapontos: autoritarismo e democratização. São Paulo, Vértice.
- PEREIRA, Raimundo - 1984. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos - 1985. "O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina". Dados, 28(3): 283-310.
- SHARE, Donald & MAINWARING, W. - 1986. "Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha". Dados, 29(2).
- VIANA, Luis Werneck - 1983. A classe operária e abertura. São Paulo, Cerifa.

ABSTRACT

Political transition: Its background, nature and perspectives

The present transition in Brazil may be understood as resulting from a crisis of hegemony whose background may be studied in two phases: the first, of liberalization of the old regime, beginning in 1973/74 ("abertura"), and the second, of democratization, beginning in 1980 with the incapacity of reproduction of the old regime (actual transition). Three political scenarios emerge as probable: non resolution of the crisis, conservative resurrection and hegemonic concertation.

RESUME

Transition Politique: sa toile de fond, sa nature et ses scénarios

La présente transition au Brésil peut être entendue comme résultat d'une crise d'hégémonie dont les antécédents se distinguent en deux phases: la première, de libéralisation de l'ancien régime, qui commence en 1973/74 ("abertura"); la deuxième, de démocratisation, initiée en 1980 avec l'incapacité de reproduction de l'ancien régime (transition proprement dite). Trois scénarios politiques se présentent comme probables: la non-résolution de la crise, la résurrection conservatrice et la concertation hégémonique.

**VISÕES DO PASSADO: COMENTÁRIOS SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS
NO BRASIL DE 1945 A 1964(*)**

Glaucia Villas Boas(**)

RESUMO

Este artigo observa e analisa características da constituição interna das Ciências Sociais, valendo-se para isso de uma reconstrução do seu perfil disciplinar e temático, através do qual condições histórico-sociais e institucionais que se inscrevem no processo de elaboração do conhecimento também podem ser reconhecidas. Tomando o livro como recurso empírico e as duas décadas de 1945 a 1964 (período de consolidação), mostra-se a importância atribuída ao passado e à sua reconstrução assim como à construção nacional e à modernização. Indica-se, finalmente, que, apesar das dificuldades entre as diversas ciências sociais, as preocupações centrais são essencialmente as mesmas no período estudado.

O desejo de explicar, compreender e atribuir sentido às relações que os homens travam entre si não constitui privilégio das sociedades ditas modernas. Nem caracteriza um grupo social treinado para a reflexão e o estudo. Diz Croce que "não é dado conhecer ho-

(*) Estas reflexões resultam de pesquisa para tese de doutoramento, sob orientação de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

(**) Socióloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

mens que não pensam e não narrem de algum modo suas coisas". (1)

No decorrer da história, entretanto, variam a constituição do conhecimento, o grupo que o elabora, os objetos selecionados para a reflexão e o sentido social do saber adquirido. A identidade entre os homens pode ser reconhecida no fato de que todos pensam e narram suas coisas. Contudo, é notável a diversidade dessas "narrativas" quando se busca caracterizá-las e conhecê-las.

Essas considerações apontam duas questões sempre presentes nas análises sociológicas da produção do conhecimento da vida social. Dizem respeito à identidade e à diferença das formas de conhecer e à relação que guardam com a sociedade em que são constituídas. Embora não seja possível discutir as diversas perspectivas teóricas que contribuem para a compreensão desses problemas, não se deixa de mencioná-los, (2) porque se impõem de imediato no momento em que se elegem as Ciências Sociais como objeto de investigação.

Neste trabalho, guarda-se o princípio de que as Ciências Sociais são "narrativas" específicas tanto pela sua constituição interna como pela evidência de que a possibilidade de elaborá-las está definitivamente relacionada com um grupo e uma sociedade espe

(1) CROCE, Benedetto. Teoria e história de la Historiografia, apud IGLESIAS, Francisco. IN: Introdução à Historiografia econômica. Belo Horizonte, UFMG/Fac. Ciências Economicas, p. 13.

(2) Referimo-nos aqui a algumas linhas teóricas que vêm sendo recebidas e reelaboradas em trabalhos sobre o pensamento social; a lista não esgota a contribuição teórica à Sociologia do Conhecimento: MARX, Karl. Marx-Engels Werk (MRW). Verlin (Ost), 1978; MANNHEIM, Karl. Ideologia y utopia. Madrid, Aguilar, 1966; WEBER, Max. Soziologie, weltgeschichtliche analy sen, politik. Johannes Winckelmann (ed). Stuttgart, Alfred Kroener Verlag, 1956; NORBERT, Elias. Weber den prozess der zivilisation. Frankfurt A.M., Suhrkamp Verlag, 1977; MARCUSE, Herbert. Ideologia da Sociedade Industrial. R.J., Zahar, 1967; MERTON, Robert K. Sociologia, teoria e estrutura. S.P., Mestre Jou, 1968; LEVI-STRAUSS, Claude. La Pensee Sauvage. Paris, Plon, 1962; FOUCAULT, Michel. Les Mots et les Choses. Paris, Gallimard, 1966; BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. S.P., Perspectiva, 1974.

cíficos. Seu objetivo é observar e analisar características da constituição interna das Ciências Sociais, valendo-se para isso de uma reconstrução de seu perfil disciplinar e temático. Pressupõe-se que este é um percurso através do qual condições histórico-sociais e institucionais que se inscrevem no processo de elaboração do conhecimento também podem ser reconhecidas; além disso, informa sobre os limites diante dos quais os cientistas sociais fizeram sua própria história.

Os quase vinte anos que transcorrem de 1945 a 1964 são relevantes para uma apreciação das polêmicas, controvérsias e disputas relativas à delimitação de fronteiras disciplinares. A institucionalização acadêmico-universitária das Ciências Sociais, inaugurada nos anos 30, encaminha os passos de sua consolidação num momento em que as condições políticas lhe são favoráveis.

Finalmente, para realizar a tarefa à qual nos propomos, utilizou-se o livro como recurso empírico. A pesquisa se baseia no levantamento e na análise de títulos de Ciências Sociais publicados entre 1945 e 1964. O livro materializa o saber adquirido e completa o processo de conhecimento quando o torna público. Com o decorrer do tempo, não só guarda e acumula conhecimento, como registra a memória de ações e maneiras de pensar de seus autores. É uma fonte vantajosa para a reconstrução histórica porque nela os estudiosos expõem tanto o seu trabalho quanto a avaliação que dele fazem no momento de sua atualidade.

O material consta de uma amostra de cerca de 900 livros. É uma produção nitidamente masculina e nacional. Instituições federais, estaduais e associações civis sem fins lucrativos comparecem com quase 35% da responsabilidade de edição, revelando, principalmente, o interesse do Estado na divulgação do conhecimento e o nível de concorrência com o setor privado.

A cidade do Rio de Janeiro é o maior centro de divulgação com 58% das publicações, enquanto São Paulo apresenta 25%; em seguida as cidades de Belo Horizonte, Salvador e Recife com aproximadamente 4% cada uma, divulgam livros que, na maioria, são financiados por órgãos estaduais e federais, indicativo da estreiteza do merca

do editorial naquelas cidades. Porto Alegre participa com um por cento; outras 15 cidades brasileiras publicam escassa e irregularmente trabalhos de Ciências Sociais, completando este quatro com 4% do total das publicações.

Além de sucintas, estas indicações não se referem à constituição interna do conhecimento. Cuidam de sua autoria, dos interesses envolvidos na publicação e da divulgação geográfica das Ciências Sociais. O tratamento desses dados não é nosso objetivo. Mas vale a pena dizer que estimulam sem dúvida uma nova reflexão sobre o "sentido social" das Ciências Sociais, tão fortemente acentuado por seus consultores, e os inúmeros problemas inerentes à divulgação das idéias. Seria esta talvez uma via possível para a melhor compreensão da recepção do pensamento pela sociedade e de sua influência sobre ela.

A primeira observação quanto ao conteúdo do material fez questionar a categoria "Ciências Sociais", mais frequentemente constituída pelos campos da Antropologia, Sociologia e Ciência Política. O conhecimento da multiplicidade das relações sociais, na realidade, está configurado por diferentes enfoques disciplinares que se complementam e interpenetram, enquanto cada campo do saber procura delinear sua fisionomia. Tornou-se indispensável reconstituir um conjunto disciplinar mais amplo do que o pretendido inicialmente.

Buscou-se caracterizar e comparar os campos da História do Brasil, Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Geografia Humana e Demografia. O quadro abaixo mostra de modo quantitativo uma diferenciação da divulgação do conhecimento das diversas disciplinas:

Disciplinas	Nº de livros
História do Brasil	329
Economia	161
Sociologia	142
Ciência Política	112
Antropologia	102
Geografia Humana	61
Demografia	27
T O T A L	934

A descrição detalhada deste material, bem como os recursos utilizados para sua classificação e análise, não cabem no escopo deste trabalho. As referências feitas pretendem indicar - ainda que de forma precária - a base empírica das reflexões expostas a seguir.

Diversas observações foram feitas ao longo da análise. Uma nos chamou a atenção mais do que qualquer outra: a importância a tribuída ao passado e à sua reconstrução. Os estudos estão de tal modo marcados por esta orientação que o "tempo passado" parece ser um dos distintivos das "narrativas" das Ciências Sociais naquele período.

Esta tendência faz lembrar as palavras de Hanna Arendt em Entre o passado e o futuro:

"A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro - a onda de futuro - mas também o passado, é visto como uma força e não como praticamente todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. (...) Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado". (3)

Percebendo a "lacuna no tempo" no qual vive - diz a autora - o homem almeja uma esfera atemporal e fora do espaço. Refugia-se no pensamento, como o lugar que lhe ofereceria "a posição de juiz do qual poderia julgar com imparcialidade as forças que se digladiam". (4)

Nas décadas em que o projeto de futuro da sociedade brasileira parecia tão solidamente configurado, a "volta ao passado" se evidenciava no conhecimento científico. Não se expressa igualmente nos diferentes campos disciplinares e áreas temáticas. A tentativa destas notas é, justamente, esboçar as distintas visões que permeiam os trabalhos de reconstrução do passado e seus entrelaçamentos.

(3) ARENDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. S.P.: Ed. Perspectiva, 1972: 36-37.

(4) Op. cit., pg. 39.

1 - Ação extra-ordinária e construção da Nação

No campo da História do Brasil há obras de caráter geral ou que investigam a totalidade de um de seus períodos, a Colônia, o Império, a República; trabalhos sobre a própria disciplina; relatos sobre a História das Idéias e ainda uma Historiografia Social e Econômica emergente naquele período. Mas no conjunto os estudos históricos parecem estar cunhados pelo que aqui chamamos de Historiografia Política (5). Representam 60% de 329 livros.

A quantidade de publicações exprime ao menos um interesse específico - mentalidade própria de um grupo de historiadores. Avaliações do pensamento social (6), entretanto, costumam excluir, indiferenciadamente, esta produção, por julgar sua metodologia e fundamentos epistemológicos conservadores. O argumento da crítica insiste na inutilidade e inadequação de uma historiografia que cuida das façanhas de heróis, sem que sejam descritas dentro de uma trama de relações que forma um processo ou uma totalidade. Há relatos bem documentados e crônicas descuidadas. Tomadas no seu conjunto, as narrativas configuram um todo expressivo, articulado por princípios que ligam partes aparentemente isoladas. Representam uma das tradições de pensamento sobre a formação da Nação.

Vejamos a coerência desses relatos que se inscrevem em três planos distintos:

-
- (5) Uma discussão sobre os termos "História e Historiografia" se encontra nos livros de Francisco Iglésias, citado acima, e de J.R. do Amaral-Lapa, "Historiografia Brasileira Contemporânea", (A História em Questão), Petrópolis: Ed. Vozes, 1981. Seguimos a sugestão de F. Iglésias, para quem a Historiografia é o conhecimento da História, a fim de evitar ambigüidades no trabalho.
- (6) Embora não se refira especialmente à produção da Historiografia Política, o exame da bibliografia sobre o pensamento social e político brasileiro, realizado por Maria Tereza Sadek (BIB, nº 12, IUPERJ, 1981) indica - pela análise dos paradigmas utilizados nos trabalhos - a ausência de interesse no questionamento do conjunto daquela vertente do conhecimento.

1. Obras que tratam de eventos históricos, descrevendo fatos que se sucedem cronologicamente de 1500 até a década de 1930;
- 2) obras que registram acontecimentos localizados em estados da Federação, cidades ou regiões. Integram a "história geral" mas não lideram os passos de sua continuidade;
3. finalmente os estudiosos averiguam, analisam e historicizam as instituições militares, diplomáticas, político-jurídicas e administrativas.

A "história dos Eventos" delinea a conquista política e geográfica da Nação: o ato do descobrimento funda a linha de continuidade de ações cujo sentido é o domínio político de uma extensão de terra. A ocupação e colonização se inauguram com o estabelecimento de sesmarias e capitânias. Logo a ameaça à conquista se evidencia na luta contra os invasores "estrangeiros". As relações valorizadas na seleção dos historiadores - entre portugueses (colonizadores e sacerdotes-colonizadores) nativos e "estrangeiros" - exprimem conflitos étnicos, religiosos, de nacionalidades e políticos. O que está em jogo nessas lutas é a conquista territorial.

Os "estrangeiros" desaparecem do cenário dando lugar ao movimento dos bandeirantes. Surge a figura dos tropeiros. As incursões para o interior espelham o alargamento das fronteiras internas. Sucedem-se as revoltas nativistas contra o domínio português. Esse novo quadro cunha o princípio da "brasilidade", que a Independência completa e consagra. Sob a bandeira brasileira, o confronto étnico não se destaca mais no relato, e a disputa pelas fronteiras nacionais vai se transferindo para os limites com os países vizinhos. No plano interno as lutas permanecem, retratando um movimento de centralização do poder institucionalizado. Durante o Império, conflitos são apresentados enquanto ameaças à unidade político-geográfica. A República não impede a eclosão de lutas e conflitos sempre referidos à questão da unidade nacional.

A linha de ações sem as quais não haveria continuidade histórica persiste como centro da descrição, de uma perspectiva local-

particularista nas obras sobre cidades, estados da Federação ou conquista de regiões. Percebem-se três tendências. Uma narra a repercussão de grandes eventos de nível local (a Independência em Minas Gerais, por exemplo); outra descreve fatos históricos locais enquanto tentativas de quebra da continuidade histórica, sinônimo de unidade política e territorial; finalmente, livros detalham a fundação de cidades, a história de províncias e estados, o povoamento de regiões. É através da diversidade que esses estudos reforçam a idéia da unidade territorial e da Nação.

A narrativa complementa-se ao focalizar as instituições políticas. Os trabalhos já não sublinham a ação do "grande vulto", embora eventualmente ele possa estar presente: destacam práticas normatizadas e regulares. Descrevem ações e a organização dos militares e diplomatas. O perfil e a mentalidade de juristas e políticos são retratados nos estudos sobre o sistema político de representação (7) e nos exames históricos do Direito. Estes últimos abarcam de maneira mais ampla as normas que ordenam a vida social nos mais diversos aspectos. Já os relatos sobre órgãos públicos e seu funcionamento não só descrevem a burocracia do Estado como a prática dos administradores. Acrescentam-se trabalhos sobre a instituição da Igreja e seus filiados.

A condução política da conquista e ocupação de terras é o tema da Historiografia Política que confere sentido à reconstrução do passado. Algumas noções básicas permeiam as numerosas obras deste campo do conhecimento. A idéia de fronteira corresponde à realização de um domínio político no espaço geográfico; a ação política reveste-se de força missionária e é, por isso, extra-ordinária. No seu movimento de conquista, busca duplamente demarcar um território.

(7) Em "Teoria da História do Brasil", (SP., Ed. Nacional, 1969) J.H. Rodrigues classifica os "Diversos Gêneros da História" (Cap. 6); com outro sistema classificatório, Nelson Werneck Sodré apresenta e comenta diversas obras em "O que se deve ler para Conhecer o Brasil" (R.J., Civ. Bras., 1973). É importante a referência destes autores à Historiografia das instituições políticas. Não pretendem, contudo, analisá-la dentro de uma vertente do conhecimento historiográfico.

rio e os limites do poder centralizado. A Nação resulta desses feitos, constituindo-se política e teluricamente no palco da história de um povo. Assim concebida, a História é narrada como exemplo para o presente e futuro. Não há por que superar o passado quando se lhe atribui qualidade positiva.

Um exame desta vertente do conhecimento mostra que alguns de seus fundamentos estão próximos daqueles das teorias geopolíticas (8). Mas também se assemelham ao pensamento nacionalista de caráter jurídico-político. De qualquer forma, tanto a lei quanto a politização do espaço geográfico parecem ser os pontos centrais desse relato histórico sobre a edificação do Estado e da Nação. A Historiografia Política é acentuadamente diferente de outras disciplinas. Não só porque entrelaça a ação política ao Direito e à Geografia mas por lhe conceder um "lugar" especial - é a ação política que faz a História.

Ainda que com uma inserção diferente, é preciso reconhecer que as noções de fronteira, nação e ação política fazem parte de outras "narrativas" das Ciências Sociais. Se pensarmos a idéia de fronteira como conseqüência lógica da existência de uma linha de demarcação política de interesses diferentes - sociais, econômicos ou étnico-culturais - esses interesses seriam "impensáveis" e ir-realizáveis fora de uma superfície terrestre (9).

Partindo desse pressuposto, a categoria "fronteira" está inscrita nos estudos sobre relações internacionais, comércio exterior, inversões estrangeiras, imperialismo e outros do campo da Ciência Política e da Economia. Aqui, as fronteiras externas - limites de uma economia e um Estado nacionais - ganham o foco de atenção dos estudiosos. Na Geografia Humana, Sociologia e Antropologia problematizam-se especialmente as "fronteiras internas".

(8) Sobre as matrizes geopolíticas e políticas do pensamento nacionalista, verificar: CASTELO BRANCO, Lucio. Staat, Raum und Macht in Brasilien. Munique, Fink Verlag, 1983. CHAUI, Marilena. Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira. S.P., Brasiliense, 1984; OLIVEIRA, Lucia Lippi. Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo. São Paulo, USP, 1986. Tese (Doutorado).

(9) CASTELO BRANCO, L., op. cit., 78-92.

Os estudos geográficos feitos entre 45 e 64 objetivam a caracterização do povoamento das regiões brasileiras do ponto de vista sócio-econômico. Não são escassas as pesquisas sociológicas sobre o meio rural, relações de trabalho no campo, conflitos relativos à propriedade da terra, colonização, êxodo rural. De outra perspectiva, dão continuidade à história do povoamento e da demarcação de fronteiras geográficas, políticas e econômicas. Na Antropologia, o tema da integração indígena lida com a mesma ordem de problemas, acrescentando-lhe as questões dos limites étnicos e culturais.

A categoria "fronteira" deixa-se entrever em temas de enfoques disciplinares distintos. As noções de Nação e ação política se constituem, possivelmente, a partir de concepções de história que orientam as pesquisas de reconstrução do passado. Serão novamente discutidas no desenvolver do trabalho.

2 - A contribuição do "homem-comum" à mudança social

Excluídos do horizonte disciplinar da Sociologia, Economia e Historiografia Social e Econômica, eventos e feitos históricos dão lugar ao processo social e histórico - noção indispensável para a compreensão daqueles campos do saber. Não só aquela idéia assume importância, mas também a de trabalho. A qualidade antes atribuída à atuação política é transferida para a atividade produtiva do trabalho. Esta passa a ser considerada elemento relevante, senão determinante, de mudanças históricas que constituem novos "tipos" de sociedade.

Não existe consenso (10) entre pesquisadores sobre estas ques

(10) CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1. Anais. S.P., Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955 e: "Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento". IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. Anais. R.J., Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1959. Estes documentos dão uma visão de conjunto da perspectiva de pesquisadores de diferentes áreas - sobre mudança e desenvolvimento - a partir do que se pode observar também sua maneira de conceber a História.

tões. Contudo, as diferentes posições teórico-metodológicas não impedem sugerir que a reconstrução do passado tem no processo de mudança das atividades produtivas materiais o centro do interesse daqueles estudiosos, conscientes da transitoriedade do momento em que vivem. Mudança significa modernização, construção de uma sociedade urbano-industrial. No sentido histórico, quer dizer desenvolvimento, passagem de um padrão societário "antigo" para o "moderno". (11)

Quando as disciplinas das Ciências Sociais desejam institucionalizar suas práticas acadêmico-científicas e traçar os limites de suas identidades, ocorre uma importante atualização da concepção moderna de história nos estudos sobre a sociedade. Vertentes modernista e tradicional têm sido apontadas e discutidas em trabalhos sobre o pensamento social antes de 1945. (12) Mas as condições econômicas, sociais e político-ideológicas dos quase vinte anos que separam 1945 de 1964 propiciam enfática legitimação de uma perspectiva moderna da História - que de fato correspondia às mudanças ou procurava soluções para as transformações que ocorriam naquele período. Os estudos "modernistas" reatualizaram-se. Enfocaram e buscaram conhecer a esfera do trabalho e da economia através de procedimentos empírico-científicos, pelos quais tanto lutaram alguns de seus autores.

Nos trabalhos que esboçam "uma visão moderna do passado", há uma distinção sensível, relativa à intencionalidade da elaboração do conhecimento. Repartem-se de imediato em dois conjuntos. No primeiro deles, as obras visam expor e discutir o valor pragmático do conhecimento, o papel do sociólogo, economista, historiador social, quando não do cientista social em geral. Distinguem-se ainda trabalhos de revisão do conhecimento já adquirido, polêmicas teórico-metodológicas e livros que tratam de aspectos teóricos das disciplinas, manuais e introduções. Essa linha de estudos não é re

(11) Ibidem.

(12) Vf. SADEK, Maria Tereza, op. cit. e MORAES, Eduardo Jardim. IN: A brasilidade modernista. RJ., Graal, 1978; "A Constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro". Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. Tese (Doutorado). (mimeo).

presentativa nos campos da Historiografia Política, Demografia, Geografia, Ciência Política ou mesmo da Antropologia (a comparação neste caso surpreende). Aos estudiosos "modernos" faz-se necessário demonstrar a indisponibilidade do conhecimento da esfera sócio-econômica, moderno, científico. Aqui, os cientistas discutem e avaliam o seu trabalho.

O segundo conjunto apresenta duas vertentes. Há uma linha de trabalhos que chamamos de "caráter geral". São ensaios ou pesquisas sobre desenvolvimento social, industrialização, revolução, dualidades e contrastes sócio-econômicos, estagnação, formação sócio-econômica. Não seria possível caracterizá-los melhor nestas notas. De modo geral, problematizam o passado como uma etapa cujos "requisitos", "restos" e "sobrevivências" atuam como obstáculos no tempo presente.

A segunda vertente apresenta um registro rico e cuidadoso, no qual o "homem comum" (13), anônimo, trabalhador, emerge na cena histórica. Hoje, reavaliam-se os procedimentos metodológicos que teriam impedido o "falar" desses homens comuns. Antes é preciso dizer que esta produção apresenta uma memória significativa de suas ações, sua mentalidade, seus modos de vida e conflitos. Embora aqui a tendência se assemelhe, há diferenças notáveis que afastam a Sociologia da Economia e esta da Historiografia Social e Econômica.

Em seu universo temático, a sociologia é, possivelmente, a disciplina que retrata o "trânsito" de uma sociedade cuja complexidade se intensificava. O maior número de trabalhos tem seu interesse voltado para o "movimento" do meio rural (porque nele repercutiam transformações ocorridas nas cidades, ou porque dele dependia o sucesso do processo urbano de industrialização). Em todo caso, o campo é o locus privilegiado em que o tempo passado consubstancia-se em um tipo de sociedade (em mudança) ainda podia ser estudado para que se avaliassem suas conseqüências no presente e futuro.

A Sociologia do processo de mudanças destaca três atores: migrantes, imigrantes e negros. São agentes sociais que histórica, so

(13) Esta expressão é usada por F. Igléias e J.H. Rodrigues nos livros acima mencionados.

cial e espacialmente transitam. Exceto nos casos da migração de centros urbanos estrangeiros para cidades brasileiras, o movimento daquelas populações se faz dentro do próprio mundo rural, ou deste para a cidade, às vezes, com intervalos, para a "grande cidade". A história da inserção social daqueles atores enquanto força de trabalho, mobilidade, fixação e diversificação de suas atividades produtivas é objeto de pesquisa. Importa lembrar que neste quadro de estudos ainda comparecem questões de ordem étnica, racial, cultural, nacional e certamente regional. A expectativa da "contribuição" do imigrante contrasta com os "problemas" dos quais negros e migrantes são portadores.

Outros trabalhos investigam o meio rural no sentido mais restrito. Descrições de comunidades rurais e estudos sobre patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários, trabalhadores rurais e sertanejos formam uma seqüência que inclui "velhas" e "novas" relações sociais. O conhecimento de relações de trabalho, propriedade ou funções produtivas retrata também conflitos, aspectos políticos e religiosos.

Embora a urbanização e o empreendimento industrial fossem alvo dos interesses básicos dos sociólogos, poucos foram, comparativamente, os trabalhos específicos sobre esses assuntos. Fora do conjunto de "obras de caráter geral", onde há livros que tratam dessas questões ou de algum de seus aspectos, as investigações sobre os centros urbanos são escassas, e surgem com regularidade na segunda metade da década de 50. Tratam da origem e formação do operariado e empresariado nacional, surgimento de sindicatos, sua organização, conflitos e greves. Também há pesquisas sobre as condições de habitação nas grandes cidades.

Ao retirar do anonimato o "homem-comum", a Sociologia substitui a ação do vulto histórico, do militar, político, jurista ou administrador por um processo de relações sociais do qual participam outros atores - que integram grupos, camadas ou classes sociais. Mantém ou busca manter a visão de um "todo" ou "totalidade" social, característica que, na realidade, identifica a disciplina, antes da inauguração de sua prática no Brasil.

A análise temática estimula repensar traços peculiares à Sociologia naquele período. A tentativa dos sociólogos de estabelecer seus limites com a tradição da História do Brasil e dos estudos etnológicos afasta de suas reflexões os planos da política e da cultura. Privilegiam então a estrutura e dinâmica das relações de trabalho como fator relevante para o conhecimento dos processos históricos e sociais. Mas a disciplina termina por destacar diferenças de ordens diversas, com o que compõe a representação de um todo complexo. Complexo não só no sentido de uma sociedade que se moderniza, diferencia e torna mais interdependente; complexo pela sua história étnica, racial e cultural.

A Economia, próxima da Sociologia no que diz respeito à importância atribuída ao caráter social da produção material, apresenta uma articulação temática notadamente distinta. Opera com a categoria de desenvolvimento econômico, que significa também desenvolvimento social e histórico. Os fundamentos e noções que constituem aquela categoria são um dos pontos centrais das controvérsias entre os economistas.(14) É provável que no campo da Economia as ações de diferentes agentes sociais se apresentem, efetivamente, cristalizadas em processos de produção, circulação e distribuição de bens, ainda que a descrição desses processos se refira às relações entre camadas e classes sociais. Significativamente, a ação social e política transparece nos trabalhos que versam sobre política econômica, ou seja, a atuação e intervenção do Estado no processo de desenvolvimento em curso.

O campo da Economia apresenta três planos que se conjugam à questão central do desenvolvimento:

1. Há obras que estudam o desenvolvimento da economia brasileira do ponto de vista histórico. Trata-se de trabalhos de interpretação e síntese.
2. Seguem-se publicações que descrevem e discutem a política econômica. Distinguem-se os estudos sobre o desenvolvimen-

(14) Vf. SUNKEL, O. e PAŽ, P., Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. R.J.: Forum, 1974; LIMA, Heitor Ferreira. História do pensamento econômico no Brasil. SP., 1976.

to e a política econômica; outros sobre os aspectos nacional e social daquela política. Livros sobre o planejamento do desenvolvimento econômico de nível nacional e regional debatem a constituição de uma política econômica adequada. De outro ângulo, uma seqüência de trabalhos sobre capital estrangeiro, empréstimos e dívida externa, inflação e distribuição da renda estão ancorados na crítica às políticas dos governos ou sugerem sua revisão.

3. Um número menor de publicações mostra trabalhos específicos sobre a industrialização, embora neles esteja sempre presente a questão do desenvolvimento; estudos sobre o setor agrícola ressaltam problemas da modernização, reforma agrária, transformação da estrutura fundiária; o comércio exterior configura, neste plano, outra área de estudo em que o café é o produto mais focalizado. Completa este quadro um pequeno número de trabalhos sobre o setor financeiro.

Uma vez inaugurada a abordagem econômica, a necessidade de torná-la mais consistente e legítima caminha pari passu com a sugestão da indispensabilidade da intervenção política no processo do desenvolvimento. Forja-se assim um pensamento econômico nacionalista, que delega ao Estado Nacional a proteção e o planejamento da produção e distribuição da riqueza. Talvez, por este motivo, os estudos da Economia, embora tenham um "pano de fundo" histórico, tendem, mais do que outros, a analisar conjunturas e denunciar acontecimentos, fatos e atuações que dificultam a realização de uma nova e plena etapa histórica.

Diferentemente da Economia e sociologia, a Historiografia Geral e Econômica apresenta um número restrito de publicações se comparada à duas disciplinas ou à numerosa produção da Historiografia Política. No que concerne à sociedade strictu sensu há obras de síntese, tentativas de interpretação da formação histórica (15); a

(15) A quantidade reduzida de livros publicados nesta área é significativa para o conhecimento das características do campo da História do Brasil e sua convivência com outras disciplinas. O que não significa não haver, na Historiografia Econômica, obras paradigmáticas - como as de Caio Prado Júnior - que inovaram a pesquisa e o debate teórico, fora mesmo dos limites de sua disciplina.

guns poucos registros sobre lutas operárias. O mais surpreendente, neste conjunto, é a atenção dada ao problema da escravidão. Poucos são os relatos históricos das lutas dos escravos; raras pesquisas investigam o sistema escravocrata social e economicamente. Em alguns estudos, a abolição é encarada como fato político. Evidentemente, a escravidão é objeto de estudo em obras da Historiografia Política, obras gerais sobre a História do Brasil, Colônia e Império, em livros de interpretação da formação histórica. De qualquer forma, questiona-se a quase ausência de trabalhos específicos sobre a escravidão, principalmente no campo da Historiografia Social e Econômica. A esfera econômica é rerepresentada em estudos sobre processos econômicos, sendo focalizada com maior destaque a estrutura da economia colonial; alguns trabalhos sobre a industrialização e outros que tratam das características dos ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café. Contempla-se, limitadamente, a história bancária.

Embora haja traços de proximidade, a vida social e econômica - seu desenvolvimento, suas mudanças e seus atores - desponta de forma bastante diferenciada nos campos disciplinares que a elegem como objeto de reflexão.

3 - Antepassados

Outra "visão" do passado coexiste no conjunto de estudos das Ciências Sociais. Esta vertente descreve e registra a vida social de grupos que teriam comparecido à cena original de formação da sociedade brasileira. Conservariam hábitos e costumes "primitivos" na atualidade de seus modos de vida. A narrativa etnográfica, principalmente, contribui, através da observação da "sobrevivência", reconstrução de mitos, lendas e crenças, para uma espécie de historiografia dos primeiros tempos. Aqui o passado é reconhecido como um patrimônio comum aos brasileiros - algo que é "nosso". (16)

(16) Vê. RIBEIRO, Darcy, Religião e Mitologia Kadiuéu. RJ, Serviço de Proteção aos Índios Ministério da Agricultura, 1950; SCHADEN, Egon. A Mitologia heróica das tribos indígenas no Brasil. RJ, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

Seria incorreto afirmar que estas narrativas pertencem à Antropologia, mas sim a um campo de estudo e trabalho que ao longo do tempo vai forjando os alicerces do que hoje reconhecemos como Antropologia. (17) Naquele momento, os próprios autores denominavam seus estudos de etnográficos, etnológicos ou etno-sociológicos. Em todo caso, o que articula a identidade desses trabalhos, diferenciando-os de outras reflexões, é a questão da cultura, fio da meada de interpretações, descrições e análises.

As pesquisas sobre as comunidades indígenas têm como objetivo o estudo de mitos, lendas, crenças, línguas, ocupando-se basicamente de aspectos culturais; algumas delas destacam a funcionalidade desses traços na vida de um grupo; outras descrevem comparativamente grupos indígenas, ou elegem uma comunidade para registro; inauguram-se investigações sobre a organização social daqueles grupos. Surgem com mais regularidade, na segunda metade da década de 50, trabalhos sobre a integração indígena na sociedade brasileira. Quase metade das obras que constituem uma Antropologia em formação recebe e reelabora uma já longa tradição de estudos indigenistas.

Como os indígenas, os negros são também portadores de um "tempo passado". No plano do pensamento, são reapresentados enquanto grupos, ainda que de origem étnica e cultural diferenciada. A sobrevivência "genuína" de traços culturais de origem, a compreensão e classificação de cultos e o sincretismo religioso são problemas para os estudiosos da cultura negra. Paralelamente surgem trabalhos que ressaltam as relações sociais inter-étnicas (18) mas não logram forjar, naquele período, uma linha de pesquisa como os estudos sociológicos sobre o negro.

O problema da diversidade regional perpassa todas as disciplinas

(17) Vt. PEREIRA DE QUEIROZ, M.I., "Études ethno-sociologiques au Brésil". Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée, Recherches et Dialogues Philosophiques et Économiques, Paris, (96), 1959; FERNANDES, Florestan. A Etnologia e a Sociologia no Brasil. SP, Ed. Arhemi, 1958; MELATTI, Julio Cesar. "A Antropologia: um roteiro". BIB, IUPERJ, (17), 1984.

(18) Além de escassos, estes estudos destacam as "influências" do negro em uma prática social, mais do que focalizam as relações raciais.

nas referidas. Mas é curioso notar que, de uma perspectiva antropológica (no sentido de que a questão cultural é mais relevante), surgem pesquisas sobre o Nordeste, povoamento da região, origem e características do engenho de açúcar, aspectos diversos da vida rural, configurada pela produção da cana de açúcar e pelo patriarcalismo. Não guardaria o Nordeste, nesta visão, a imagem do "lugar" de origem de um "povo" ou de uma "civilização"?

Obras de interpretação da formação étnica-cultural do Brasil coroam este percurso das Ciências Sociais, o qual, voltando-se para o passado, problematiza o plano da cultura como esfera da vida social que permitiria a compreensão de um modo de ser peculiar aos brasileiros.

Ao comentar esta vertente do pensamento das Ciências Sociais, é preciso mencionar os estudos de Folclore. A delimitação das fronteiras da Antropologia, Sociologia, História Social e dos estudos de Folclore está registrada em polêmicas e desavenças entre folcloristas e os cultores daqueles campos do conhecimento. (19) Os estudos de Folclore não alcançaram o estatuto de disciplina científica tal como pretenderam alguns de seus estudiosos e defensores. Mas sua prática foi institucionalizada em institutos, museus, órgãos de governo estaduais e federais.

A tentativa de verificar os limites disciplinares levou-nos a observar a produção de conhecimento sobre o Folclore. E a questionar a proximidade desses estudos de uma reconstituição do passado que busca origens e raízes. Os folcloristas registram e catalogam expressões do saber popular e manifestações culturais, principalmente de populações rurais que permaneceriam como "fonte da brasilidade". Lendas, mitos, danças, músicas, contos, festas, aspectos da produção artesanal são guardados em numerosos estudos. A indaga

(19) Vf. FERNANDES, F., op. cit.; CARNEIRO, Edison. "Evolução dos Estudos de Folclore no Brasil". Rev. Bras. de Folclore, n.º , RJ, 1962; RAMOS, Arthur. Estudos de Folk-lore. RJ, Casa do Estudante do Brasil, 1958; PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. A Dança de São Gonçalo num povoado bahiano. Salvador, Fundação para o Desenvolvimento da Ciência. Livraria Progresso, 1958; BASTIDE, Roger. Sociologia do Folclore brasileiro. SP., Anhembi, 1959.

ção, note-se, não pretende anular as diferenças entre os estudos de Folclore e o conhecimento do Folclore elaborado nos campos da Sociologia e da Antropologia.

4 - Duas questões sobre cultura, política e história

O interesse pela reconstrução do passado, nas suas diversas modalidades, evidencia a tendência histórica das Ciências Sociais de 1945 e 1964. Este traço aproxima disciplinas e áreas temáticas, ao mesmo tempo, as diferencia. Não se concebe o tempo passado de forma idêntica. O esboço que expusemos levanta duas questões.

A primeira diz respeito à possibilidade de conhecer a constituição das noções de "nação", "identidade nacional", "brasilidade" ou "cultura brasileira" através da relação que a construção dessas categorias mantém com diferentes concepções de História - as quais norteiam os estudos sobre a sociedade. São noções presentes na Historiografia Política quando trata da construção da Nação nos limites da geografia e da política; na proposta de um desenvolvimento econômico nacionalista, na Economia e nos estudos sobre o nacionalismo da Ciência Política. (20) A Antropologia, fazendo outro caminho, procura a singularidade dos brasileiros através de sua formação étnica e cultural. Enquanto a Sciciologia, e o esforço de distintuir uma abordagem própria de um enfoque "culturalista", termina destacando questões culturais, mesmo que como "obstáculos" mostrando, portanto, às avessas, a existência de uma ordem cultural.

A outra questão concerne a esfera da política. Há grandes diferenças quanto à concepção de política, ao reconhecimento de agentes políticos, ao significado da ação política. Na Historiografia Política, não há dúvida de que a ação política, vista como ação extraordinária, é própria de figuras históricas e dos que se dedi-

(20) Não mencionamos especialmente a Ciência Política neste trabalho. No período estudado, encontra-se ainda próxima da Historiografia Política e da Ciência do Direito. Alguns trabalhos sobre o nacionalismo, entretanto, têm seus fundamentos no desenvolvimento econômico.

cam à prática jurídico-administrativa do Estado. É a atuação política que norteia a construção de uma história nacional.

Nos estudos que concebem a História enquanto processo constituído pelas atividades produtivas do trabalho humano, a ação política é responsabilidade daqueles que tomam "consciência" de um processo já em curso. A atividade política traduz uma intervenção segura que tem como finalidade a realização de um projeto - imagem da sociedade futura. No pensamento sociológico, atribui-se valor político à ação cívica e pedagógica dos sociólogos, que de resto deveria servir de exemplo para todos os cientistas sociais. Afinal, não seriam eles, agentes sociais efetivamente destituídos de resquícios do passado, e, portanto, portadores de atributos indispensáveis a uma ação de fato "moderna"? No campo da Economia sugere-se que os "planejadores", de posse de conhecimento científico, ocupem lugares na administração do Estado ou ofereçam subsídios para os planos econômicos.

Em trabalhos que se distinguem pela marca da cultura, relações de mando e obediência e conflitos provocados por sistemas de dominação são reconhecidos e estudados. Contudo, o interesse em constituir uma referência ou referências culturais comuns a agentes sociais situados diferentemente no sistema político de dominação - termina por dissolver os conflitos de ordem política (21) em uma "unidade" cultural.

Estas questões traduzem problemas trazidos pelas Ciências Sociais. Estimulam a continuidade da pesquisa e reflexão. Indicam que não existe unidade nos modos de pensar dos estudiosos, mas que seu trabalho intelectual, possivelmente, converge para as questões da política, história e cultura.

(12) VILLAS BÔAS, Glauca. O tempo da Casa Grande. IN: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 9. Águas de São Pedro, 1985.

ABSTRACT

Visions of the Past: A commentary on the Social Sciences in Brazil

The author observes and analyzes some characteristics of the internal constitution of the Social Sciences while reconstructing its disciplinary and thematic profile, through which institutional and socio-historical conditions which penetrate the process of the elaboration of knowledge can also be identified. Taking the book as main empirical instrument and focusing the time span between 1945 and 1964 (the period of consolidation of the Social Sciences in Brazil), the author shows the importance given to the past and its reconstruction as well as to the building of the nation and its modernization. The conclusion is that, despite differences among the Social Sciences, the central themes and preoccupations during the period were essentially the same.

RESUME

Visions du Passé: Commentaire sur les Sciences Sociales au Brésil

Cet article observe et analyse les caractéristiques de la constitution interne des Sciences Sociales en composant leur profil disciplinaire et thématique, par lequel les conditions socio-historiques et institutionnelles qui s'insèrent dans le processus d'élaboration de la connaissance peuvent aussi être identifiées. Prenant le livre comme instrument empirique et les deux décades de 1945 à 1964 (période de consolidation), l'auteur montre l'importance attribuée au passé et à sa reconstruction, tout comme à la construction

nationale et à la modernization. La conclusion indique que, malgré les différences entre les diverses sciences sociales, les préoccupations centrales, pendant la période étudiée, sont essentiellement les mêmes.

**ALGUMAS DISTINÇÕES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA NA
EUROPA E NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA**

Vilma de Mendonça Figueiredo(*)

RESUMO

Após delimitar o campo conceitual da questão agrária, o artigo discute as razões e implicações da questão agrária na América Latina, especialmente no Brasil, em relação a suas especificidades na Europa, principalmente na França.

Na América Latina, a questão agrária não só reflete a natureza do Estado e das relações entre as diferentes classes sociais, mas também condiciona a própria organização do Estado e as relações entre este e a sociedade civil. Diferentes maneiras de enfrentamento da questão agrária na América Latina associam-se a regimes políticos mais ou menos autoritários, a maior ou menor justiça social, a maior ou menor dinamismo do mercado interno. Na América Latina, a questão agrária contém dimensões cruciais tanto econômicas como sociais e políticas.

Na Europa, a maneira pela qual se constitui o Estado e se distinguem as classes sociais não secreta uma questão agrária nos moldes em que esta surge na América Latina: as questões econômicas e sociais do mundo agrário são enfrentados por medidas setoriais de políticas que tem permitido sua "solução" de modo integrado a outras questões. Nesse processo é fundamental a ação política das classes rurais sindicais ou outras.

(*) Ph.D. em Sociologia pela George Washington University e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

Elementos para uma Hipótese

A questão agrária tem sido tradicionalmente tratada nas ciências sociais como o desafio teórico e prático da persistência das pequenas e médias explorações rurais concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo industrial e a conseqüente concentração de empresas e surgimento da classe assalariada. Questão basicamente européia, na origem, inspirou obras clássicas do final do século XIX e início deste, dentre as quais se destacam a Questão Agrária de Kautsky e Novos Dados sobre as Leis de Desenvolvimento Capitalista na Agricultura, de Lenin. Na América Latina, especialmente no Brasil, essa questão é retomada em meados deste século, principalmente por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., intrigados com o caráter feudal ou capitalista da agricultura brasileira.

Mais contemporaneamente, é possível firmar alguns pontos que delimitam o campo conceitual da questão agrária, de maneira suficientemente ampla e precisa para possibilitar a identificação de distinções e semelhanças entre Europa e América Latina, bem como aprofundar o entendimento da questão evitando generalizações que tendem a tomar o todo por um de seus componentes:

1. a questão agrária, contemporaneamente, envolve um sistema de produção, distribuição e consumo de produtos agropecuários cuja natureza é definida pelo modo de produção capitalista, mas que assume formas e tonalidades segundo as formações sociais concretas onde se realiza; isso implica supor que o capitalismo não homogeneiza formas e processos de produção, distribuição e consumo e que a questão agrária necessita ser formulada num quadro de heterogeneidades, mesmo que relativas;

2. terra, capital e trabalho são as bases em que se assenta a agropecuária; as condições de acesso à terra, às diferentes formas de capital e à mão-de-obra variam de uma formação social para outra e, também, dentro de uma mesma formação segundo diferentes regiões e categorias sociais; não é, portanto, um desses elementos tomado isoladamente que poderá indicar a natureza específica da

agropecuária, mas sim a articulação dos três; desse modo evitam-se confusões conceituais como, por exemplo, a comumente notada entre pequena propriedade - conceito relativo à extensão de terra possuída - e pequena produção, conceito que envolve os três elementos mencionados, com destaque para a mão-de-obra não assalariada;

3. a maneira como se articulam terra, capital e trabalho internamente à agricultura e da agricultura com outros setores produtivos não só resulta de fatores econômicos, sociais e políticos, mas produz efeitos sobre essas mesmas condições ao longo do tempo e de modo padronizado;

4. as estruturas econômicas, sociais e políticas assim formadas tendem a se preservar resistindo a transformações substanciais nos padrões de relacionamento entre as mesmas;

5. a estrutura agrária é, então, historicamente formada em termos de alocação e usos diferenciados de terra, capital e trabalho em função da ação recíproca de fatores econômicos, sociais e políticos;

6. a questão agrária, portanto, envolve, por um lado, uma estrutura agrária historicamente formada contendo dimensões econômicas, sociais e políticas, tendendo a se preservar, e, por outro, uma ação política voluntária visando a interferir nos padrões estruturais de funcionamento.

É com base nesses pontos que se pretende construir, neste texto, a hipótese de que, na América Latina, diferentemente da Europa, a questão agrária é crucial para o estabelecimento de regimes políticos e de rumos do processo histórico. Já em relação à Europa contemporânea não caberia se falar de questão agrária, tal como aqui indicada, na medida em que as forças sociais e políticas que integram a estrutura agrária também "desejam" preservar as bases dessa natureza - a predominância dos pequenos e médios estabelecimentos rurais - através de políticas setoriais.

Questão Agrária na América Latina - O Exemplo Brasileiro

A questão agrária, no Brasil, não só reflete a natureza do Estado e das relações entre as diferentes classes sociais, mas também condiciona a própria organização do Estado e as relações entre este e a sociedade civil. Passam pela questão agrária o caráter mais ou menos autoritário dos regimes políticos, a maior ou menor justiça social e o dinamismo do mercado interno. Em suma, no Brasil, a democracia - política, social e econômica - passa pela questão agrária (Carvalho, 1979; Camargo, 1984).

Os interesses das classes dominantes de origem rural sempre estiveram presentes no Estado Brasileiro. Mesmo com a Revolução de 1930, marco da dominação burguesa industrial, o que se forma é um bloco agrário-industrial que vai dominar a sociedade através de um regime populista (Carvalho, 1979: 155-156). Esse regime, equilibrando as funções estatais de acumulação e legitimação, tende para a proteção dos interesses agro-exportadores. Para satisfazer as massas rurais, foram feitas condenações ao latifúndio, afirmações da necessidade de melhoria das condições de vida do homem no campo e de formar-se uma "classe média rural". Porém, de 1930 a 1945, nenhum decreto procurou concretizar essas postulações de discursos presidenciais. Desse modo, as pressões por reforma agrária mal chegaram a sair do círculo em que eram formuladas sem repercutir numa massa rural amorfa, subordinada e dominada politicamente pelos proprietários de terras.

No segundo governo Vargas (1951/1954) e no período Juscelino Kubitschek (1955-1960), apesar de a burguesia já se ter desenvolvido economicamente e de conseguir apresentar o projeto de industrialização como um projeto de sua direção, a questão agrária permanece. Isso porque a forma econômico-política dos grandes proprietários continua presente no Estado e, nos limites de regimes populistas, a necessidade da reforma agrária passa a ser afirmada mais geralmente e conflitos sobre a posse de terra eclodem em várias regiões. No entanto, também nesses governos nenhum empenho em projeto concreto de reforma agrária foi manifestado.

No final dos anos 50 começam a se evidenciar os limites do populismo na dosagem das políticas de acumulação e legitimação. Esses limites aparecem, no âmbito da questão agrária, com o surgimento das Ligas Camponesas que vão contestar, de dentro, o poder econômico e político do latifúndio. Até 1964, assiste-se ao fortalecimento do movimento camponês - ligas e sindicatos - em torno de reivindicações por reforma agrária. Em novembro de 1961 realiza-se, em Belo Horizonte, o primeiro Congresso Nacional de Camponeses e Trabalhadores Rurais que pleiteia uma reforma agrária radical. Alguns setores da burguesia passam a apoiá-la a partir do diagnóstico de que a estrutura agrária era um obstáculo ao desenvolvimento e que a reforma representaria, então, uma solução tanto para o campo como para o desenvolvimento do país. A reforma agrária passa a ser considerada o ponto central das reformas de base, apoiadas pelos setores progressistas de então.

No entanto, nenhuma lei de reforma agrária consegue ser aprovada no Congresso Nacional apesar da mobilização interna e mesmo de pressão externa a seu favor*. A questão agrária, desse modo, está no centro do Golpe de Estado de 1964 e da mudança de regime por ele acarretada. No dia 13 de março de 1964 o governo organizou um grande comício no Rio de Janeiro onde o presidente assinou dois decretos: um nacionalizando todas as refinarias particulares de petróleo e outro declarando sujeitas à expropriação todas as propriedades subutilizadas de mais de 1200 acres, situadas dentro de dez quilômetros das estradas ou ferrovias federais e as terras com mais de 70 acres localizadas dentro de dez quilômetros dos projetos federais de açudes, irrigação e drenagem. No dia 31 o presidente era derrubado por um golpe militar que instaura um período de 20 anos de autoritarismo.

A reforma agrária não se faz e a questão agrária permanece como um desafio aos governos militares que passam a enfrentá-la pela estratégia da modernização rural (Figueiredo, 1984). A chamada mo-

* Em março de 1963 o Brasil obteve créditos dos Estados Unidos condicionados, entre outras coisas, à reforma agrária.

dernização conservadora - dinamização da agropecuária sem reestruturação fundiária - caracterizou-se, principalmente, por um aumento na concentração de terras, por um crescimento do êxodo rural, por um assalariamento progressivo e pela temporalidade crescente no uso da mão-de-obra.

No período da modernização conservadora, especialmente nos anos 70, a agropecuária atendeu aos desafios de responder às demandas industriais por matéria prima e energia (ao mesmo tempo em que serviu de mercado para produtos industriais), de sustentar o fluxo de entrada de divisas e de atender a demanda interna de alimentos.

Por outro lado, neste mesmo período, fortalece-se o movimento sindical numérica (perto de 7.000.000 de associados) e organizacionalmente (a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura coordena 2.500 sindicatos repartidos em 22 estados e territórios federais) em torno da reivindicação pela reforma agrária. Os conflitos em torno da posse da terra aumentam em quantidade e violência, sendo regularmente denunciados pela CONTAG. O próprio mercado interno, se aparentemente abastecido, não expressa necessidades alimentares de grande parte da população.

As políticas da modernização conservadora foram elaboradas num quadro sócio-político autoritário onde os interesses ligados ao capital encontram possibilidades de organização e expressão que contrastam com os bloqueios aos interesses dos trabalhadores rurais, agravando os conflitos já existentes na agropecuária.

A redemocratização política do país, a partir de 1984, tem, na questão agrária, um dos eixos centrais. O novo governo lança para debate, no congresso da CONTAG de 1985, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, bastante próximo às reivindicações dos trabalhadores rurais*. O Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária é criado para implementá-lo. Logo a seguir, os grandes proprietários e empresários rurais realizam congresso, organizado pela Confederação Nacional de Agricultura - CNA, que resulta na mani

* Pela categorização da CONTAG, trabalhadores rurais são os pequenos produtores (proprietários, arrendatários, posseiros) e assalariados rurais (permanentes ou temporários).

festação de oposição à reforma agrária proposta pelo governo. Essa oposição foi-se fortalecendo nos anos seguintes, visando, inclusive, a interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em relação aos temas básicos que tornariam viável uma reforma agrária que atendesse aos trabalhadores. Os grandes proprietários e empresários rurais criaram um movimento político (União Democrática Ruralista - UDR) que ganhou expressão nacional chegando a congrega-
gar, também, pequenos proprietários rurais e conseguindo apoio das burguesias urbanas. O campo político necessário para a implementação da reforma agrária pretendida pelos trabalhadores rurais vai-se estreitando, mas a questão agrária continua no cerne da definição tanto das possibilidades de dinamização do mercado interno como de justiça social e de democracia política.

Questão Agrária na Europa - O Exemplo Francês

Do ponto de vista da existência ou não de condições de sobrevivência de pequena e média empresa rural e também da efetiva organização de interesses visando à reordenação da estrutura agropecuária, é possível afirmar que, na França contemporânea, a questão agrária não se coloca com a crucialidade com que se apresenta no Brasil (Jollivet, 1984). Tanto o campesinato organizou uma estratégia política de autoproteção, como essa estratégia não visa à redefinição de padrões estruturais. As transformações recentes na agropecuária francesa ilustram ajustes de processos que já vinham ocorrendo na direção tanto do fortalecimento do capitalismo no campo, como da maior articulação entre campesinato e governo.

Nos últimos decênios o campesinato sofreu grande redução e esta continua, ainda, a uma taxa aproximada de 3% ao ano. Por outro lado, a superfície média passou, de meados dos anos 50 até fins dos anos 70, de 14 para 23ha, resultado do desaparecimento das menores explorações.

Entre 1960 e 1980, a produção agrícola cresceu em torno de 60%. Uma análise relacionando volume e valor da produção deixa cla

ro que a mudança nas técnicas utilizadas está no centro das transformações das explorações agropecuárias: a produção aumenta em volume enquanto o valor agregado decresce regularmente, indicando que a agricultura compra cada vez mais produtos industriais.

Maresca (1984) sintetiza essas transformações na agricultura francesa da seguinte maneira: de um grupo de camponeses numeroso e diverso, pouco integrado ao mercado, passou-se a uma profissão agrícola restrita quanto ao número, mais especializada, mergulhada em intercâmbios comerciais permanentes e apoiada pela importância dos capitais sujeitos a riscos financeiros cada vez mais altos. A isso alia-se a expressividade do trabalho assalariado no campo, que por ser apenas sazonal e realizado, basicamente, por imigrantes ibéricos, não deixa de ser característico da exploração rural capitalista.

O campesinato participou ativamente dessas transformações, reforçando-as com seu trabalho de organização e seleção, parecendo converter o inevitável em desejável (Maresca, 1984).

É sobre a capacidade de economia nacional em assegurar à agricultura condições de abastecimento e de escoamento de produtos agrícolas que esse processo de transformações repousa. A França torna-se importante como exportadora de produtos agro-alimentares e mesmo que isso acarrete aumento das importações, a balança comercial agro-alimentar francesa torna-se superavitária (Jollivet, 1984).

As organizações camponesas que diretamente influenciaram na política agropecuária foram, segundo pesquisas recentes (Maresca, 1983, 1984, 1986) lideradas por camponeses que se faziam uma idéia de si próprios e lutaram por preservá-la concretamente. São agricultores que se destacam pelo nível econômico, pela excelência profissional - e que projetam a imagem da agricultura como uma profissão - e que não concebem a empresa agrícola sem vinculações com o resto da sociedade. Esse ponto de vista impôs-se pelo que continha de dinâmico e moderno.

Na França, o que é identificado como campesinato tanto politicamente como pelas ciências sociais é uma categoria distinta do que, no Brasil, se denomina trabalhador rural, pequeno produtor ou

campesinato. Uma maior homogeneidade econômica, social e política contrasta com uma forte heterogeneidade da categoria no Brasil onde, além disso, a significativa presença da grande propriedade rural introduz uma personagem política que se opõe a medidas de reestruturação fundiária, centrais para o enfrentamento da questão agrária nos termos da reforma agrária desejada pelo heterogêneo conjunto de trabalhadores rurais. No Brasil, um Estado que oscila entre regimes políticos autoritários - nos quais os interesses das classes dominadas não têm canais de expressão - e regimes políticos populistas - onde os interesses dos trabalhadores são considerados quase que apenas no nível do discurso - não tem criado condições políticas para o enfrentamento eficaz da questão agrária.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, Aspásia. "A questão agrária: crise do poder e reformas de base". IN: História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1984.
- CARVALHO, A. Villar de. "Reforma Agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial". IN: Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FIGUEIREDO, Vilma. "Modernização sem reforma: uma solução precária para a questão agrária no Brasil". IN: Questão e Reforma Agrária nos anos 80. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- MARESCA, Sylvain. "Del Campesinato a la profesión agrícola: un resumen sobre el sindicalismo agrícola francés". Agricultura y Sociedad (29), oct./dic. 1984.
- _____. Les dirigeants paysans. Paris, Les Editions de Minuit, 1983.
- _____. La politique en action. s.d. (mimeo).
- JOLLIVET, Marcel. "A questão agrária na França: história da formação de um campesinato". IN: Questão e Reforma Agrária nos anos 80. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

ABSTRACT

A Few Distinctions between the Agrarian Issue in Europe and in Contemporary Latin America

Having previously defined the conceptual field of the agrarian issue, the article then discusses its reasons and implications in Latin America, especially in Brazil, in relation to its specific characteristics in Europe, particularly in France. In Latin America, the agrarian issue not only reflects the nature of the State and class relations, but also conditions the very organization of the State and its relations with civil society; the issue, in Latin America, contains crucial economic as well as social and political dimensions. In Europe, the manner in which the State is constituted and social classes are distinguished does not produce an agrarian issue in the terms it assumes in Latin America: economic and social issues are dealt with through sectorial political measures which have permitted their "solution" in an integrated way.

RESUME

Quelques distinctions entre la Question Agraire en Europe et en Amérique Latine Contemporaine

Ayant d'abord délimité le champ conceptuel de la question agraire, l'article discute les raisons et implications de la question en Amérique Latine, spécialement au Brésil, par rapport à ses spécificités en Europe, particulièrement en France. En Amérique Latine, la question agraire non seulement reflète la nature de l'Etat et des rapports entre les différentes classes sociales, mais elle conditionne aussi l'organisation même de l'Etat et ses rapports

avec la Société Civile; la question, en Amérique Latine, contient des dimensions cruciales, tant économiques comme sociales et politiques. En Europe, le processus de constitution de l'Etat et de distinction des classes sociales ne secrète pas une question agraire dans les termes qu'elle prend en Amérique Latine: les questions économiques et sociales sont traitées par des mesures sectorielles de politiques qui permettent leur "solution" de façon intégrée à d'autres questions.

A POLÍTICA "SOCIAL" DO SETOR ELÉTRICO

Lygia Sigaud(*)

RESUMO

Uma tentativa de análise das dimensões mais recorrentes da política de geração de energia, no que se refere, especificamente, às suas implicações sociais e na indicação de alguns dos seus impasses atuais. Esta política tem a particularidade de gerar não apenas hidreletricidade, mas também efeitos sociais, perversos, que parecem remeter a princípios e procedimentos comuns a todas as empresas do setor elétrico, cujo resgate pode certamente contribuir para iluminar a questão.

A investigação acadêmica a respeito das implicações sociais de grandes projetos hidrelétricos é recente no Brasil. Tal fato se explica em parte pelo desinteresse dos cientistas sociais por um tema considerado menor, porque sistematicamente remetido à esfera das chamadas "ciências aplicadas", e sobretudo pelo monopólio exercido pelo Estado em relação ao conhecimento existente sobre o assunto, quase todo ele gerado por encomenda. (1)

(*) Doutora em Antropologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ.

(1) O conhecimento acumulado a respeito das implicações sociais de grandes projetos hidrelétricos é vasto, mas de difícil acesso e circulação restrita. Tal particularidade deve-se ao fato de que via de regra tem sido produzido no interior de empresas de consultoria e de instituições de pesquisa por encomenda da Eletrobrás e suas subsidiárias, que não apenas financiam os estudos, mas também impõem os termos da análise, o tempo de sua realização e rígidas restrições à divulgação.

A ausência de uma tradição acadêmica sobre a questão não chega no entanto a se constituir em obstáculo a um debate sobre as implicações sociais de tais projetos, os quais podem e devem ser pensados no quadro da política nacional de geração de energia hidrelétrica, que se inaugura na década de 60 e se consolida nos 70.

Gestada ao longo desse período no interior do Ministério das Minas e Energia, pela Eletrobrás e suas subsidiárias, esta política tem a curiosa particularidade de gerar não apenas hidreletricidade, mas também efeitos sociais, perversos, que parecem remeter a princípios e procedimentos comuns a todas as empresas do setor elétrico, cujo resgate pode certamente contribuir para iluminar a questão.

Dentro desta perspectiva foi elaborado o texto que se segue, o qual consiste numa tentativa de análise das dimensões mais recorrentes da política de geração de energia, no que se refere, especificamente, às suas implicações sociais e na indicação de alguns dos seus impasses atuais. (2)

1 - O "social" nas decisões do setor elétrico

As decisões a respeito da geração de energia, através da hidreletricidade, que via de regra implicam a inundação de milhares de quilômetros quadrados e o deslocamento de milhares de pessoas, sobretudo índios e camponeses, parecem ter sido sempre tomadas a partir de estimativas de demanda, calculadas por sua vez através de critérios pouco transparentes.

Se tais critérios estritamente técnicos e as possibilidades de

(2) Elaborado a partir de um conhecimento acumulado nos quadros de pesquisa "Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos", por mim coordenado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS)/Museu Nacional, e do qual já resultaram algumas publicações, este texto representa também uma intervenção num debate mais propriamente político acerca das "políticas públicas". Uma versão deste trabalho será publicada no dossiê preparado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, intitulado: As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.

recursos têm sido elementos chaves na decisão de levar adiante projetos de hidreletricidade, não se deve subestimar o papel de grupos empresariais que exercem forte pressão sobre o Governo no sentido da realização dos empreendimentos. Integram este lobby empresas de consultoria encarregadas do planejamento do setor, algumas das maiores empresas da construção civil do país, empresas que produzem equipamentos elétricos e empresas que necessitam de muita energia para se implantar, como é o caso, por exemplo, da indústria de alumínio da região Norte. Vale lembrar que cada hidrelétrica custa bilhões de dólares, representando portanto contratos fabulosos que garantem às empresas, sobretudo às da construção civil, uma relativa tranquilidade de caixa durante um bom período de tempo. Assim, ao contrário do que se poderia pensar, na construção de uma hidrelétrica não estão em jogo apenas os altos interesses nacionais de produção de energia para o desenvolvimento, mas também os interesses particulares de grupos de empresas que se beneficiam e normemente dos investimentos do setor elétrico (3), assim como os interesses do capital financeiro internacional, que fornece uma parcela importante dos recursos.

No planejamento do setor elétrico e na tomada de decisões a respeito da construção de hidrelétricas, verifica-se a ausência de considerações a respeito das implicações sociais da inundação de milhares de quilômetros quadrados e das inúmeras obras de infraestrutura que correm em paralelo a este tipo de investimento. Pode-se até mesmo afirmar que a tradição da Eletrobrás e de suas concessionárias é de ignorar as implicações sociais de suas iniciativas, no momento da tomada de decisões. Uma vez definido que se vai realizar o aproveitamento desta bacia ou daquele rio e tendo já sido firmados os contratos milionários com as empresas e até mesmo adquiridos equipamentos pesados e caros (4) é que se proce-

(3) Os dados apresentados por Klein (1987) a respeito da relação entre grupos empresariais ligados à produção de equipamentos elétricos e as agências governamentais são reveladores a respeito dos interesses e das pressões exercidas por estes grupos. Indicações, no mesmo sentido estão contidas no trabalho de Diniz e Lima Junior (1986), particularmente as pags. 69 e 70.

(4) O exemplo já clássico desta precipitação do setor elétrico é o caso de Xingó (rio São Francisco). Anos antes de se dar início a qualquer obra, as turbinas já estavam adquiridas.

de então ao que se convencionou chamar de "avaliação de impactos sociais". Trata-se no entanto de avaliar para "minimizar", "mitigar" ou "neutralizar" "impactos" de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de "impactos" para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica.

Foi assim por exemplo que ocorreu com a barragem de Sobradinho (1050mw), localizada no submédio São Francisco, a cerca de 50 quilômetros da cidade de Juazeiro na Bahia. Para viabilizar essa barragem que custou dois bilhões de dólares (5), a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) inundou quatro cidades sedes de municípios, dezenas de povoados, deslocou 70 mil pessoas e provocou profundas alterações nas condições de vida tanto dos camponeses deslocados quanto das populações residentes à jusante da barragem e à montante do lago de 4.214km². (6)

A decisão de construir Sobradinho foi tomada em 1972, no Governo do General Garrastazu Médici. As obras civis foram iniciadas em 1973 mas só em março de 1975 a CHESF conseguiu concluir um plano contendo indicações sobre o que fazer com a população, plano este que previa o reassentamento de cerca de quatro mil famílias num projeto de colonização a 700 quilômetros de distância da região. Ora, esse plano contrariava frontalmente o desejo expresso pela população de permanecer na área, sendo esta uma das principais razões do seu fracasso. Como a população recusou-se a ser removida, a CHESF foi obrigada a improvisar uma solução de última hora na borda do lago e a promover o reassentamento quase que simultaneamente à subida das águas. (7)

(5) Cf. Banco Mundial, 1984.

(6) Para uma análise a respeito do processo de intervenção do Estado da área da barragem de Sobradinho, cf. Sigaud, 1986. Para uma descrição das condições de vida da população antes da construção de Sobradinho ver a obra clássica de Pierson sobre o Vale do São Francisco (Pierson, 1972), e mais recentemente os trabalhos de Duqué, 1980 e Barros, 1984.

(7) A "imprevidência" da Chesf encontra-se analisada no trabalho acima referido (Sigaud, 1986). Outras indicações são encontradas em Duqué, 1980, nos depoimentos incluídos nos Anais da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as cheias do rio São Francisco (Congresso Nacional, 1982) e ainda no relatório do Banco Mundial sobre Sobradinho (Banco Mundial, 1984).

Ainda na área de concessão da CHESF, a barragem de Itaparica (2.500mw), que está sendo construída no rio São Francisco, na divisa dos Estados da Bahia e Pernambuco, é um outro bom exemplo de como o "social" é uma questão absolutamente secundária no planejamento energético. A construção tendo sido iniciada na década de 70, só em dezembro de 1986 a CHESF conseguiu definir o que fazer com a população, mediante assinatura de um acordo (cf. CHESF/Sindicatos, 1986), e isso em função da forte pressão exercida pelos camponeses através de seus Sindicatos. (8) Disso resulta que a construção de moradias e dos canais de irrigação, indispensáveis à retomada das atividades produtivas após a mudança, esteja sendo feita simultaneamente ao represamento do lago e à transferência dos 26.610 habitantes da área rural.

Poderia ainda ser citado o caso da barragem de Itá, (1620mw) cuja construção deveria ter sido iniciada no ano de 1987 no Rio Uva, bacia do Rio Uruguai, divisa de Rio Grande do Sul e Santa Catarina conforme previsão do Plano 2010 da Eletrobrás. A nova cidade de Itá já está praticamente pronta, o canteiro de obras já foi desapropriado e até agora a Eletrosul não dispõe de um plano de reassentamento para os 5700 camponeses que terão de deixar suas terras. Somente em 1987, a Eletrosul reconheceu a representação camponesa, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (9), como interlocutora legítima e com ela firmou um acordo comprometendo-se a não iniciar as obras antes do reassentamento dos "atingidos" (10).

(8) Para uma análise da história da luta sindical em Itaparica, cf. Pandolfi, 1986.

(9) Sobre a constituição desta representação camponesa, cf. Sigaud, 1986 e também as indicações contidas em Grzybowski, 1986.

(10) Firmado em 29/10/87 entre representantes da CRAB e da Eletrosul, o acordo oferece alternativas para os atingidos em termos de modalidades de indenização e estabelece um cronograma a ser respeitado para as hidrelétricas de Itá e Machadinho (também no Alto Uruguai). Do ponto de vista político, o acordo representa a vitória dos "atingidos" a da CRAB e revela uma maior flexibilidade da Eletrosul, o que por sua vez pode ser interpretado como produto tanto da pressão do movimento, quanto da pressão do Banco Mundial que condicionou a concessão de recursos à elaboração de um plano de reassentamento e ainda aos interesses da empresa em se projetar no campo concorrencial das concessionárias da Eletrobrás por sua "face social".

Estes exemplos são ilustrativos da priorização da energia no processo de tomada de decisões e do desprezo pelas implicações sociais deste tipo de investimento. A demora em definir o destino da população a ser deslocada, que deveria ser o objeto prioritário da atenção do Estado, se por um lado, revela a imprevidência das empresas do setor elétrico, por outro constitui-se numa evidência de que o "social", corporificado nas populações atingidas, esteve fora de cogitações quando se decidiu construir as barragens, quando se firmou contratos e quando se deu início às obras.

Na medida que o "social" não interfere na tomada de decisões ele só pode vir a se construir em "problema", para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente porque o "social" ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população. Por esta razão, pode-se afirmar com segurança que as empresas do setor elétrico têm sido responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabalhoado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida.

Na ausência de uma avaliação real das implicações sociais das grandes obras, não apenas as populações são duramente atingidas, mas também produzem-se outros efeitos irreversíveis que acarretam prejuízos significativos para o país. Assim, por exemplo, na decisão de construir Sobradinho esteve embutida também a discutível decisão de inundar milhares de hectares das terras mais férteis do Nordeste, um celeiro em potencial em plena caatinga. Assim, por exemplo, quando pensa-se em "resolver" o problema de Itá estimulando a compra de terras no Rio Grande do Sul e colocando simultaneamente nas mãos dos camponeses alguns milhares de cruzados (11), fatalmente estar-se-á produzindo uma fantástica desorganização do mercado de terras no Rio Grande do Sul, inflacionando o preço dos imóveis rurais e criando condições favoráveis para o agravamento da questão fundiária naquele Estado, onde o contingente dos sem terra aumenta a cada dia.

(11) Cf. Resposta da Eletrosul à Comissão Regional de Atingidos por Barragens. Eletrosul, 1986: 6 e 7.

Se o "social" não fosse acessório, os planejadores do setor elétrico teriam tido condições de prever, ainda invocando Sobradinho, que as terras da região seriam supervalorizadas com os investimentos realizados e que haveria uma tendência à concentração fundiária. Não cabe aqui levantar hipóteses a respeito do que ocorreu naquela região da Bahia, mas apenas indicar que, como demonstram claramente os dados do Incra e do IBGE, justamente no período em que a CHESF estava intervindo na região, houve uma enorme concentração de terras nas mãos de poucos, através da grilagem pura e simples. Só no município de Santo Sé (margem direita) a área dos imóveis entre 500 e 1000 hectares aumentou 800% em relação a 1972 (um ano antes do início da construção). Neste mesmo município, onde em 1972 havia apenas 98 "latifúndios por exploração", segundo classificação do INCRA, em 1984 já havia 985. (12)

As evidências aqui apresentadas são o resultado desta política que vem sendo implementada pela Eletrobrás e suas concessionárias e imposta unilateralmente à nação. Nem as populações deslocadas, nem as populações da área de abrangência dos reservatórios, nem a sociedade brasileira, através de seus órgãos de representação, foram consultadas a respeito de nenhuma destas decisões. E, no entanto, tais decisões não só têm graves implicações sociais, mas também importam em investimentos que constituem parte significativa da dívida externa do país, cujo ônus recai sobre todo o povo brasileiro, através da elevação da carga fiscal e da redução dos programas sociais.

Poderia ser contra-argumentado que afinal de contas está em jogo a geração de energia, infra-estrutura básica para o desenvolvimento econômico, e ainda que se trata de uma alternativa "nobre" à energia nuclear, pois não envolve riscos e gera empregos. Respondendo a este tipo de argumento, dir-se-ia aqui que a questão não é essa, pois ninguém é contra, em princípio, à geração de hidreletricidade. A questão é outra: para uma sociedade que pretende ser regida por princípios democráticos, torna-se imperativo que decisões

(12) Uma análise da concentração de terras ocorrida na área de barragem de Sobradinho está contida em Sigaud, Martins-Costa e Daou, 1987.

deste tipo - que implicam inversões maciças de capital e que trazem em seu bojo efeitos sociais tão graves - considerem, como uma variável tão importante quanto a demanda de energia e os interesses de empresas sequiosas por encomendas milionárias ou energia barata, os interesses de alguns milhares de cidadãos brasileiros afetados por essas obras e a própria nação brasileira. O que é inaceitável é que sob o pretexto de produção de energia "limpa" se dê prosseguimento a uma política autoritária e irresponsável social e economicamente.

2 - Os impasses atuais

A abertura democrática e o advento da Nova República, na medida em que representaram uma ampliação das liberdades democráticas, criaram condições favoráveis à pressão, por parte das populações atingidas pelos grandes projetos, contra os desmandos do setor elétrico. É neste contexto que se estende o sucesso relativo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área da barragem de Itaparica no sentido de obter um acordo em relação ao reassentamento e ainda o da Comissão Regional de Barragens do Alto Uruguai no sentido de forçar a Eletrosul a rever seus procedimentos e a aceitá-la como interlocutora.

Tal alteração do quadro, no entanto, processa-se muito mais pelo lado da sociedade civil, levando o Estado a abrir algumas brechas, do que propriamente no sentido de implicar uma mudança real do processo de tomada de decisões. A substituição formal do poder militar pelo poder civil não foi suficiente para inverter a ordem de prioridades nem para resgatar o "social" nas grandes obras.

Cabe assinalar que, em função mesmo das alterações da conjuntura política, o país conta hoje com um novo enquadramento legal, que de alguma forma contempla o "social" das grandes obras. Trata-se da legislação de proteção ao meio ambiente (Lei 6938/81 e Decreto 8835/83), de inspiração norte-americana, que resultou, já na

Nova República, na efetivação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a quem coube a fixação de diretrizes para o licenciamento de obras potencialmente poluidoras do meio ambiente (Resolução 001/86 do Conama).

Embora seja inegável a importância de uma legislação protetora e sobretudo o deslocamento do licenciamento das obras do interior do Ministério das Minas e Energia para órgãos de proteção ao meio ambiente, constata-se que a rigor tais mudanças dificilmente irão contribuir para resolver os problemas reais.

Examinando atentamente os dois decretos e a própria resolução do CONAMA, verifica-se que embora o Conama estabeleça parâmetros para o licenciamento de obras (cf. artigo 6 da Resolução 001/86), a matéria prima sobre a qual os órgãos licenciadores deverão se pronunciar (o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA) será elaborado sob a chancela dos interessados nos projetos. Ora, mesmo em se tratando de equipes de pesquisa independentes em relação dos proponentes (artigo 7º da Resolução nº 001/86 do Conama), o fato mesmo de essas equipes serem financiadas pelos próprios proponentes do projeto (parágrafo 2º do artigo 18 do Decreto 8835/83) anula as próprias condições de independência de tais equipes. Dificilmente uma grande empresa de consultoria produzirá um RIMA sugerindo a não realização de um projeto (como está previsto no item I do artigo 5º da Resolução 001/86 do Conama). Um parecer deste tipo seria suicida para uma empresa, porque a tornaria suspeita para outros RIMAS a serem encomendadas pelo setor elétrico. O risco de ser excluído do mercado milionário de consultoria (as transações envolvem geralmente milhões de dólares) é um risco que indivíduos podem eventualmente assumir, mas nunca empresas, sobretudo aquelas que além dos interesses no mercado de consultorias, estão intimamente ligadas às empresas interessadas na realização das obras. Este seria o caso de grandes empresas de consultoria, como por exemplo o CNEC que se constitui no braço consultor de uma grande empresa da construção civil, a Camargo Correa, a qual, vale lembrar, é uma das beneficiárias da energia subsidiada gerada por Tucuruí, que alimenta indús-

trias de alumínio do grupo (Alumar). (13)

Ainda que não houvesse esse tipo de constrangimento, custa a crer que os órgãos oficiais de meio ambiente venham a negar licenciamento aos grandes projetos hidrelétricos. Isso porque a legislação exige apenas um RIMA e o entendimento do setor elétrico (cf. Circ. DNAE/DCAE nº 482/86) é de que o RIMA deve ser submetido após os "Estudos de Viabilidade" para obtenção de "Licença de Instalação". Ora, os "Estudos de Viabilidade" constituem a terceira etapa de uma seqüência que se inaugura com a "Estimativa do Potencial Hidrelétrico", uma "primeira avaliação" (feita em escritório) do potencial, do número de locais barráveis, do custo do aproveitamento desse potencial. Definição das prioridades, prazos e custos" (cf. Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos - ELETROBRAS/ELETRONORTE, 1986: 3). Seguem-se os "Estudos de Inventário" para a "determinação do potencial energético da bacia, estabelecendo a melhor divisão de queda e estimativa do custo de cada aproveitamento" (idem: 3). Nestas duas primeiras etapas analisa-se a bacia hidrográfica como um todo, com base fundamentalmente em dados disponíveis, sendo dispensados os dados de campo, pressupondo-se portanto a existência de conhecimentos acumulados, o que é discutível no que se refere aos aspectos sociais e econômicos. Somente na fase final dos "Estudos de Inventário", ao nível do Manual da Eletrobras, é que se mencionam os estudos de campo. Trata-se, no entanto, nesta etapa, de avaliar os efeitos dos diferentes aproveitamentos possíveis em uma bacia, visando a uma hierarquização (vê-se portanto que está em jogo a escolha de uma alternativa e não a possibilidade de não fazer: ora, a tendência de quem busca alternativa é certamente a de minimizar os impactos). Segue-se a opção técnica-política por um aproveitamento, excluindo-se outros possíveis e então passa-se à fase da viabilidade. Neste momento trata-se de definir a "concepção global de um dado aproveitamen

(13) Sobre as interrelações entre empresas de consultoria e empresas da construção civil, cf. Pinguelli e Mielnik, 1987. Quanto aos interesses da Camargo Correia na produção de alumínio, cf. informações veiculados pelo então Secretário-Geral de MME, em entrevista concedida ao Correio Brasiliense de 04/01/87. Sobre os interesses do mesmo grupo, cf. informações veiculadas pela Revista Veja, edição de 30/09/87.

to". Aí os estudos devem ser detalhados e completos e entre seus objetivos figura a "proposição de medidas destinadas a neutralizar ou atenuar impactos negativos" (idem: 24) através de um plano de controle ambiental. Só então é que a empresa interessada no projeto deverá submeter o RIMA aos órgãos licenciadores. Na medida em que estas três etapas são longas e representam já um grande investimento, a previsão é de que se exerça uma forte pressão sobre o órgão de meio ambiente para a liberação da "Licença de Instalação". O exemplo das barragens de Babaquara e Cararaô, a serem construídas pela Eletronorte na bacia do Xingu, ou o "Complexo de Altamira", no jargão do setor, é significativo. Os "Estudos de Viabilidade" foram iniciados em 1980 e deveriam estar concluídos em dezembro de 1987. Só para essa etapa, a estimativa de custo é de 50 milhões de dólares, sendo que até junho de 1986 (cf. discurso do Presidente da Eletronorte pronunciado em São Paulo em agosto de 1986, por ocasião do Brasilcon'86) já haviam sido gastos 30 milhões. Não se dispõe dos dados referentes aos custos relativos à estimativa do "Potencial da Bacia do Xingu" e ao "Inventário". Mesmo supondo que tenham sido inferiores, é evidente que os investimentos já realizados se constituem num argumento extremamente forte para que o projeto do Xingu, orçado em 10,6 bilhões de dólares, receba sinal verde, apesar da ameaça de destruição que representa para 7 povos indígenas.

Por fim, caberia ainda assinalar como fragilidade do novo enquadramento legal o fato de que tanto a legislação quanto a portaria do CONAMA são extremamente vagas em relação ao que se deseja saber sobre "impactos", o que cria espaço para que o próprio setor elétrico imponha suas concepções. Assim, quem define o conceito de "impacto" e o modo de lidar com "impactos" são os próprios interessados ou proponentes que elaboram os termos das concorrências, selecionam os vencedores e julgam o seu trabalho, o que lhes confere um enorme poder, pois não apenas controlam os RIMAS através do pagamento direto, mas também através da imposição do próprio modo de tratar o problema.

Embora, para o tratamento da questão ambiental, as diretrizes sejam recentes no panorama brasileiro, há fortes razões pa-

ra suspeitar que o setor elétrico saberá contornar aparentes dificuldades criadas pelos RIMAS. É difícil pensar que um grupo de empresas estatais tão fortes quanto aquelas que compõem o sistema Eletrobras, encastelada no Ministério mais forte e mais rico da República e dispondo de apoios significativos em setores empresariais, vá se deixar embaraçar em função de determinados constrangimentos legais impostos de fora, pelo Banco Mundial, e de dentro por pressão de ecologistas.

Certo é que os responsáveis pelo setor elétrico se declaram sensibilizados com a questão ambiental - na qual o "social" está incluído - e procuram demonstrar isso para a sociedade e para o Banco Mundial através do Manual de Estudos de Efeitos Ambientais e do Plano Direto para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico (os dois principais documentos do setor sobre o assunto, datados de 1986). No entanto, não existem indícios reais que a nova postura represente uma mudança no modo de conceber a questão.

Não apenas não se observa nenhuma inversão de prioridades em relação ao "social", mas também se verifica que a rigor trata-se de minimizar a avaliação dos efeitos, antes mesmo de se pensar em minimizar os próprios efeitos. (14) A rigor os dois principais do-

(14) Um bom exemplo desta postura pode ser encontrado no volume dedicado aos "Estudos de Meio-Ambiente" do "Projeto Básico" da UHE Itá (CNEC, s/d), elaborado pela mesma empresa encarregada da viabilidade do Xingu. Uma leitura atenta do texto permite perceber a tendência embutida a desqualificar a região e por extensão os que a ocupam. Assim, com a intenção evidente de minimizar o mérito dos agricultores da região que conseguem, apesar da topografia desfavorável, superar de muito na produtividade média nacional para o milho (2.400kg/ha x 1730kg/ha), a empresa contrapõe a produtividade da área à produtividade da Argentina e dos EUA, numa comparação totalmente temporânea que induz, no entanto, o leitor a perceber a agricultura da região como "atrasada", o que portanto torna menos problemática a inundação de terras, afinal de contas "mal aproveitadas", para tais padrões internacionais. As sete páginas de texto escrito sobre os "efeitos socio-econômicos" de uma obra que deslocará, segundo estimativa do Plano 2010 (Eletrobras, 1987: 5 e 19), 5700 pessoas so na área rural, os ditos efeitos são apresentados sob a forma fetichizada de "efeitos sobre o produto" e reduzidos ao eufemismo de "produção renunciada". Em termos de emprego, o "Básico de Itá", após registrar (pg. 19) que 87% do emprego está no setor agropecuario, onde se encontra a maioria da população atingida, numa relação de 24% para a população urbana e 76% para a rural; que no meio rural 90% do pessoal ocupado pertence à família do ocupante e que o número de assalariados é pouco significativo, aponta, no capítulo dos efeitos, como benefício da obra, a geração de empregos (onde não há desemprego) e sugere a utilização da "mão-de-obra local" na construção da hidrelétrica. Daí se conclui que o "benefício" de Itá neste particular será inundar terras, expropriar agricultores produtivos e transformá-los em vendedores de força de trabalho. É essa visão distorcida dos fatos sociais e econômicos - apenas para dar um exemplo - que a Eletrosul submete aos órgãos do meio-ambiente.

cumentos do setor não explicitam afinal como se avaliam impactos , a partir de que metodologia. De que modo pretende o setor, por exemplo, avaliar as repercussões culturais de suas iniciativas? O entendimento do social passa pela produção de um conhecimento que por sua vez requer um investimento intelectual e um tempo de maturação. A vida social é constituída de relações sociais dotadas de uma dinâmica própria, que não pode ser simplificada como um conjunto de atividades justapostas tal qual um rol de roupas, como sugere o Manual do Setor. Na medida em que não se avança no conhecimento do sistema social que sofrerá uma intervenção, dificilmente será possível minimizar, se é que isso é possível, impacto de qualquer tipo. Como, por exemplo, irá o setor compensar as perdas de um grupo social que é dividido ao meio pelas águas represadas, como tende a acontecer no Alto Uruguai? De que modo compensar uma nação indígena pela perda do território quando este servir de fundamento à sua identidade? De que modo minimizar a inviabilização das formas de cooperação econômica entre pequenos produtores dispersos pelo reassentamento, se tais formas sequer são percebidas nos estudos pretensiosos e megalômanos encomendados por tecnocratas do setor que certamente pensam que o "social" pode ser fotografado e esgotado numa penada?

Sem desmerecer os profissionais que colaboram na elaboração destes trabalhos e que como assalariados de grandes empresas de consultoria ou de instituições de pesquisa/universidades são obrigados a se submeter às normas por elas impostas encontrando-se portanto privados de autonomia para uma apropriação real do produto de seu trabalho, o fato é que a maioria dos estudos feitos por encomenda do setor elétrico é pobre; os estudos são repetitivos e pouco revelam a respeito da vida social real. E é a partir de uma visão empobrecida do social, que se procede a avaliação de "impactos", concebidos quase como um "susto" que as populações - os pobres cidadãos brasileiros das áreas de intervenção do setor elétrico - deverão levar e dele se recompor em algum momento graças às medidas "neutralizadoras" consubstanciadas no que o setor denomina de "programas de desenvolvimento regional".

Alternativas a este quadro dependem necessariamente de vontades

de política. Se o setor elétrico se dispuser a levar a sério o "social", será necessário que procure entendê-lo como um todo dotado de significação antes de criar situações de fato, para as quais não existem soluções democráticas, mas sim soluções de força que, para serem impostas, não podem dispensar as forças repressivas, como a Polícia Federal que "socorreu" o setor em Sobradinho e Itaparica, para citar apenas alguns exemplos. Não basta no entanto conhecer adequadamente. É preciso reconhecer que a "população atingida" é constituída de cidadãos brasileiros ou de povos indígenas que têm o direito de ser respeitados. O reconhecimento dos direitos dos cidadãos brasileiros e dos povos indígenas deve ser incorporado ao planejamento e à tomada de decisões, mesmo que essa opção implique a redução dos programas de geração de hidreletricidade e a busca de outras alternativas energéticas e de uma política industrial ajustada aos interesses da maioria.

BIBLIOGRAFIA

- BANCO MUNDIAL, 1984. Project Performance Review. Sobradinho Hydroelectric Project: the Population Resettlement Component. 31pp.
- BARROS, H.O.M., 1984. A dimensão social dos impactos da Construção do Reservatório de Sobradinho. Trabalhos para Discussão. Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Pesquisas Sociais, Recife, 4 (15): 1-52.
- BRASIL, Congresso Nacional. 1982. Projeto de Resolução nº 108, de 1980/CPI das Cheias do Rio São Francisco. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 37 (01/07, Seção I, Sup. "A", nº 090), 590pp.
- BRASIL, Leis, Decretos. Decreto nº 88.351, de 01/06/83 - Regulamento a Lei nº 6938, de 31/08/81 e a Lei 6902, de 27/04/81 que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

- BRASIL, Leis, Decretos. Lei nº 6938, de 31/08/81 - Dispõe sobre a política do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e dá outras providências.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução 001, de 23/01/86. Diário oficial de 17/02/86.
- CHESF/SINDICATOS, 1986. Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, com a presença do Ministério das Minas e Energia. Petrópolis, 01/12/86, 5p. (mimeo).
- CORREIO BRAZILIENSE - Edição de 01/07/87, pág. 12.
- DINIZ, E. & LIMA JUNIOR, O. Brasil de, 1986. Modernização autoritária: o empresariado e a intervenção do Estado na economia. Rio de Janeiro: IUPERJ. 99p. (Série Estudos, 47).
- DNAE/DCAE. Circular nº 343, de 06/11/86.
- DUQUÉ, G., 1980. Casa Nova: interventions du pouvoir et strategies paysannes. Paris, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 405p. Thèse (Doctorat de 3e cycle en sociologie). (mimeo).
- ELETOBRAS, 1986. Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico.
- ELETOBRAS, 1987. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 - Plano 2010. Versão preliminar (versão 01). 15/05/87.
- ELETOBRAS, 1986. "A geração de energia na Amazônia e o mercado do Sudeste", palestra proferida pelo Presidente da Eletronorte, Dr. Miguel Rodrigues Nunes, em 25/08/86, por ocasião da realização do Brasilcon'86, São Paulo.
- ELETROSUL, 1986. "Resposta à Comissão Regional de Atingidos por Barragens", PRE - 684-86.
- ELETROSUL/CNEC, s/d. Usina Hidrelétrica Itá: projeto básico. Volume II - Estudos de Meio Ambiente, 101pp.
- ELETROSUL/CRAB, 1987. "Documento de Acordo entre Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul e Comissão Regional de Atingidos por Barragens - Crab, em relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho". Erexim, 4pp.
- GRZYBOWSKI, C., 1987. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, Vozes, 90pp.

- KLEIN, L., 1987. "Bens de capital e Estado no Brasil: a implementação do Programa de Eletricidade". Revista Brasileira de Ciências sociais, 1(3): 83-101.
- PANDOLFI, Ma. Lia, 1986. Na margem do lago: um estudo sobre sindicalismo rural. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/PIMES. 169pp. Dissertação (Mestrado).
- PIERSON, D., 1972. O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro, MINTER/SUVALE, 1972. 3 vol.
- PINGUELLI ROSA, L. & MIELNIK, O., 1987. "Impacts of great energy projects in Brasil: hidroelectric and nuclear power - comparative study", General Report. Rio de Janeiro, COPPE, 166pp.
- SIGAUD, L., 1986. "Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho": comunicação nº 9. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional.
- SIGAUD, L., COSTA, A.L. Martins & DAOU, A., 1986. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado". Ciências sociais Hoje, 1987. São Paulo: Vértice/ANPOCS.
- VEJA, 1987. "O negócio do China é o melhor do país". Edição de 30/09/87. Editora Abril nº 995.

ABSTRACT

The "social" policy of the Electric Sector

An analysis of the more frequently recurring dimensions of the policy for energy generation, referring specifically to its social implications and indicating some of its present impasses. This policy has the particular characteristic of generating not

only hidroelectricity, but also perverse social effects which seem to remit to principles and procedures common to all industries in the electric sector. The debate can certainly contribute to illuminate the issue.

RESUME

La Politique "sociale" du Secteur Electrique

Une tentative d'analyse des dimensions plus présentes de la politique de génération d'énergie, en ce qui concerne spécifiquement ses implications sociales et une indication de quelques uns de ses impasses actuels. Cette politique possède la particularité de générer non seulement l'électricité hidrique mais aussi des effets sociaux, pervers, qui semblent remettre à des principes et procédures communs à toutes les entreprises du secteur électrique. Leur reconstruction peut certes contribuer à éclairer la question.

A ARTICULAÇÃO PESQUISA-EXTENSÃO E O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Michelângelo G.S. Trigueiro(*)

RESUMO

Este artigo representa uma busca de novas abordagens teórico-metodológicas para a questão da relação entre pesquisa e extensão na agropecuária, focalizada principalmente do ponto de vista institucional. A proposta é de formular um esquema de análise que permita compreender o fenômeno como um processo estruturado com dinâmica própria e sujeito a fatores estruturais que interferem nessa dinâmica. O esquema metodológico, que permite uma análise crítica da articulação pesquisa/extensão/produtor, desemboca em propostas concretas para o processo.

Muito se tem dito e escrito, recentemente, sobre o que se chama "articulação pesquisa-extensão". Fala-se dos problemas encontrados para conseguir-se uma integração entre pesquisadores, extensionistas e produtores: a resistência de alguns desses indivíduos, num trabalho conjunto: os tais bloqueios de comunicação, isto é, o desconhecimento, a desinformação e a falta de sensibilidade de certos grupos de indivíduos para com a realidade vivida por outros indi-

(*) Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, pesquisador da EMBRAPA.

vídus; a falta de interesse das instituições envolvidas na implementação dessa articulação; e assim por diante, culminando, via de regra, em acusações mútuas. Contudo, há um consenso: a necessidade de uma real integração entre os trabalhos dos pesquisadores, dos extensionistas e dos produtores - agentes mais diretamente ligados ao processo de geração/difusão/adoção de tecnologia -, a fim de se obter respostas adequadas a determinados problemas dos agricultores, em particular, e àqueles problemas decorrentes do padrão dominante de desenvolvimento agropecuário, em dada conjuntura de nossa história.

Enfim, sabe-se que o objetivo primordial da pesquisa agropecuária é gerar tecnologias compatíveis com as necessidades e possibilidades dos produtores e de certo modelo de desenvolvimento agropecuário. Concorde-se que as tecnologias geradas pelas instituições de pesquisa devam ser, efetivamente, adotadas pelos produtores na solução de seus problemas tecnológicos. Entende-se, ainda, que os chamados setores de difusão de tecnologia, e mormente os serviços de Extensão Rural, têm, nesse processo de geração-adoção de tecnologia, um papel fundamental, não só quanto à difusão propriamente dita das tecnologias geradas, mas também na própria decisão do que pesquisar, da qual devem fazer parte, necessariamente, os produtores - principais destinatários desse trabalho. É a máxima, tão provalada, do Modelo Circular de Programação de Pesquisa da EMBRAPA: "a pesquisa deve começar e terminar no produtor". Todos nós temos consciência de que existem problemas numa "articulação pesquisa-extensão-produtor"; e estes problemas realmente existem.

Entretanto, após os inúmeros discursos e em que pese a boa vontade de alguns dirigentes e técnicos das instituições de pesquisa e de extensão rural, para melhorar o desempenho dessa articulação, os problemas e os obstáculos persistem. E por que isto ocorre? Esta nos parece ser a questão básica a ser aqui explorada: que fatores estariam interferindo mais diretamente na referida articulação, os quais, a despeito da reta intenção de alguns indivíduos, têm suscitado entraves para uma integração mais conseqüente entre os diferentes segmentos afetos à geração/difusão/adoção de tecnolo

gias; interação, esta, que se relaciona com as necessidades de certo padrão de desenvolvimento agropecuário? Em princípio, assumimos a idéia de que a resposta a esta questão implica um questionamento mais amplo sobre aspectos nem sempre evidentes, afetos à problemática da articulação pesquisa-extensão-produtor, e mesmo minimizados em algumas discussões a esse respeito; questionamento, este, que requer um tratamento menos pragmático e mais conceitual e teórico do problema, se pudermos nos servir deste tipo de distinção.

Assim, tenciona-se formular um esquema de análise para o fenômeno da articulação pesquisa-extensão-produtor que permita compreendê-lo segundo determinado processo estruturado, isto é, com uma dinâmica própria e sujeito a fatores estruturais que interferem nessa dinâmica.

A formulação teórica que se pretende apresentar decorre, fundamentalmente, de um esforço de síntese sobre diferentes enfoques e contribuições acerca da questão da "articulação pesquisa-extensão-produtor". Neste caso, contudo, não houve preocupação com uma revisão exaustiva da literatura, tampouco em criar algo absolutamente inédito. Ao contrário, buscou-se, a partir do conhecimento de algumas experiências de articulação, bem ou mal sucedidas, e de certas discussões sobre o tema, obter uma sistematização dessas idéias, num modelo teórico que permitisse uma reflexão mais abrangente do problema.

De qualquer modo, há que se ter em conta que os impasses enfrentados pela articulação pesquisa-extensão-produtor não se devem, necessariamente, ao desconhecimento desses fatores, às vezes obscuros, que afetam tal articulação, mas a razões estruturais, e, sobretudo, a decisões políticas dos grupos mais envolvidos nesse processo. Não obstante, espera-se com o presente trabalho, oferecer subsídios que possam auxiliar tais setores responsáveis a uma tomada de decisão mais conseqüente e conforme a orientação que melhor lhes convier, na implementação de determinado projeto de articulação pesquisa-extensão-produtor.

O Conceito de Articulação Pesquisa-Extensão-Produtor

Entende-se a articulação pesquisa-extensão-produtor como sendo uma estrutura de relações sociais específicas (não-neutra), possuindo uma dinâmica própria, buscando a integração entre esses segmentos, e orientada para a geração, difusão e adoção de tecnologias apropriadas a determinados contextos sócio-econômicos; dinâmica, esta, que condiciona e é condicionada pela realidade social global e por curto momento do desenvolvimento agropecuário.

Este conceito, que assinala a noção da articulação pesquisa-extensão-produtor como um processo estruturado (não-neutro), relacionado às forças sociais da realidade global e a um momento do desenvolvimento agropecuário desta economia, implica três grandes observações: 1ª) a idéia de uma história para o fenômeno da articulação pesquisa-extensão-produtor, decorrente de sua natureza processual e não-neutra - no sentido de envolver um conjunto diversificado de interesses sociais que se reforçam ou se opõem, nesse processo; 2ª) ligada à primeira observação, refere-se a idéia da articulação pesquisa-extensão-produtor como uma estrutura (um conjunto de ações sociais) relacionada a uma outra estrutura, isto é, ao desenvolvimento agropecuário, por exemplo (neste caso, a articulação pesquisa-extensão-produtor não é vista como um fim em si mesma, ou contendo, em seu interior, as explicações últimas para seus desdobramentos e limitações; ao contrário, a articulação pesquisa-extensão-produtor condiciona e, em última instância, é condicionada pelo desenvolvimento agropecuário e pelas forças sociais que remontam à estrutura social global); e 3ª) a noção de uma estrutura para a articulação pesquisa-extensão-produtor, querendo significar, aqui, um conjunto de relações específicas (não-redutíveis ao todo ou a outras estruturas da sociedade), com uma dinâmica interna própria e sujeita a diversos fatores, como, por exemplo, os individuais (relativos às características psico-sociais dos agentes mais diretamente envolvidos nessa articulação - os pesquisadores, os extensionistas e os produtores), os institucionais (as ações e decisões das

organizações de Pesquisa e de Extensão), e os aspectos voltados às diferentes conjunturas econômicas (relativos às políticas agrícolas, por exemplo); fatores, estes, nem sempre evidentes ao observador e que tornam bastante complexo o fenômeno da articulação pesquisa-extensão-produtor.

Daí a idéia de autonomia relativa para a estrutura de articulação pesquisa-extensão-produtor, aqui defendida. Isto é: de um lado, tem-se, com este conceito, a necessária vinculação e, mesmo, subordinação (não-determinística) da articulação pesquisa-extensão-produtor à realidade social global e ao desenvolvimento agropecuário e, de outro lado, constata-se a especificidade ou irredutibilidade dessa estrutura de articulação às demais estruturas que compõem a sociedade.

Visando a um maior aprofundamento dessa problemática, passar-se-á à discussão mais detalhada desses três pontos, separadamente: 1) a articulação como um processo histórico; 2) vinculado ao desenvolvimento agropecuário; e 3) compreendendo determinada estrutura complexa de relações, compondo, assim, o cerne deste trabalho. A intenção, conforme se disse, é chegar a um quadro geral - teórico - para explicar os mecanismos que interferem na estrutura da articulação pesquisa-extensão-produtor. Entretanto, embora seguindo essa estratégia de análise - abordando, separadamente, diferentes aspectos deste conceito de articulação -, o esquema teórico resultante deverá ser o produto dessas observações tomadas conjuntamente.

A Articulação Pesquisa-Extensão-Produtor enquanto um Processo Histórico Específico

Inicialmente, pretende-se argumentar que não há um projeto único de articulação pesquisa-extensão-produtor, uma vez que, conforme se entende neste trabalho, esta articulação pressupõe diferentes interesses sociais - relativos aos grupos e indivíduos que dela

participam mais diretamente, bem como aos grupos identificados na estrutura social global (as classes e suas frações), os quais, em última instância, condicionam estes projetos de articulação.

Com outras palavras, há uma história dentro de cada projeto de articulação pesquisa-extensão-produtor; história, esta, conduzida pelos agentes mais diretamente envolvidos com a Pesquisa Agropecuária e a Extensão Rural, e moldada pelas forças sociais presentes em dada conjuntura política de nossa formação social. O que equivale dizer que inexistente uma fórmula de articulação pesquisa-extensão-produtor válida universalmente, mas esta depende, sempre, de circunstâncias históricas específicas e do contexto sócio-político e econômico que torna possível ou inviável esta ou aquela articulação. Desse modo, deve-se evitar o ufanismo que vê, numa idéia geral e abstrata de articulação pesquisa-extensão-produtor, a solução para os mais diferentes impasses no processo de geração-difusão-adoção de tecnologia.

Por outro lado, tais observações pretendem chamar a atenção para a maneira como, erroneamente, tem sido considerado o termo produtor, nas discussões sobre tal articulação. Ou seja, fala-se, abstratamente, em produtor, como se este indivíduo representasse uma única categoria social, ou como se o conjunto dos produtores formasse um todo homogêneo, o que redundaria numa grande simplificação do problema desta articulação. Contrariamente, entende-se que não se pode negligenciar a necessária diferenciação de categorias de produtores rurais, em definições conseqüentes sobre diferentes projetos de articulação pesquisa-extensão-produtor; a idéia é que cada uma dessas categorias de produtores (do agricultor de subsistência, que utiliza, basicamente, a mão-de-obra familiar, até o grande empresário capitalista, passando por produtores mais ou menos capitalizados e mais ou menos engajados no mercado) possui características sócio-culturais e econômicas específicas (demandas, necessidades e possibilidades distintas para adotar esta ou aquela tecnologia), merecendo um tratamento ajustado à sua realidade, quando a intenção for implementar determinada articulação pesquisa-extensão-produtor.

Evidentemente, pode haver certas ações de articulação, por parte da Pesquisa ou da Extensão Rural, por exemplo, que se aplicam a um amplo leque de categorias de produtores. Contudo, em muitas outras circunstâncias, deve-se buscar questionar a "regra-geral" - o procedimento habitual - e desenvolver formas específicas de articulação pesquisa-extensão-produtor. E o mesmo se aplica, também, às peculiaridades sócio-culturais que participam mais diretamente desse processo de articulação.

Por outro lado, também não se pode desconhecer as possibilidades e limitações colocadas, dentro de um processo histórico mais amplo, pelos demais grupos sociais (as classes e suas frações), às diferentes definições sobre projetos de articulação pesquisa-extensão-produtor. E isto pode ser pensado em termos globais, ou seja, os fatores ou as determinações impostas por estes grupos à sociedade como um todo (e com os reflexos necessários ao desenvolvimento agropecuário), em dada conjuntura política de nossa formação social, ou pode ser visto em termos das peculiaridades sócio-econômicas e culturais, em diferentes regiões, dentro de uma mesma conjuntura política. Assim, poder-se-ia propor que uma articulação realizada na década de 70 pode não mais servir para o presente momento, ou que uma articulação pesquisa-extensão-produtor realizada, por exemplo, no Sul do País, pode não se aplicar à região Norte.

Enfim, tais considerações sobre a necessidade de uma perspectiva histórica para a articulação pesquisa-extensão-produtor apontam para um aspecto mais específico, nessa discussão, que é o do relacionamento entre esta articulação e a estrutura do desenvolvimento agropecuário. Esta problematização, que se fará a seguir, visa a ressaltar a idéia de que a articulação pesquisa-extensão-produtor não é um fim em si mesma (não é auto-explicativa), porém deve ser sempre compreendida a partir do relacionamento que mantém com determinado padrão de desenvolvimento agropecuário.

O Relacionamento entre a Articulação Pesquisa-Extensão-Produtor e o Desenvolvimento Agropecuário

Inicialmente, comentar-se-á, sucintamente, o conceito de desenvolvimento agropecuário, aqui adotado. Para esta formulação, o presente trabalho apoiou-se nas discussões sobre desenvolvimento econômico", apresentadas por Chales Mueller (1981) em seu artigo intitulado "Agricultura e desenvolvimento econômico - uma abordagem multisetorial". A idéia a ser apresentada é a de que o desenvolvimento agropecuário compreenderia uma sub-categoria - um subconjunto - da noção, mais abrangente, de desenvolvimento econômico.

Corroborado pelo estudo de Mueller, este trabalho verifica diversas definições de desenvolvimento econômico. Numa resenha sobre o assunto, Flammang (1979), citado por Mueller (1981), obteve nove categorias diferentes de conceituação, muitas dessas chegando a considerar desenvolvimento como sinônimo de "crescimento econômico" - um processo de simples aumento, registrado por determinados indicadores econômicos (PIB, renda per capita e volume de exportação, por exemplo). Esta não é a posição aqui assumida.

Aproximando-se da abordagem de Mueller (1981:2), entende-se desenvolvimento econômico como sendo a combinação de expansão da economia, isto é, do seu crescimento, com mudanças na sua estrutura. Esta mudança não se limita, apenas, a modificações na estrutura propriamente econômica, mas na estrutura social como um todo, incluindo os seus níveis político e ideológico; ou seja, a estrutura econômica não existe isoladamente, porém, contrariamente, embora possuindo suas especificidades e leis internas próprias, ela articula-se com a dimensão ideológica que a explica, justifica e, em certo sentido, a condiciona, com a esfera política que a integra em seu movimento, e com todas as demais manifestações e estruturas que compõem a realidade social global. Trata-se, portanto, de uma estrutura complexa de articulações, em que modificações em qualquer desses níveis estruturados repercute em todo o conjunto da sociedade. Com isto, distancia-se das abordagens economicistas,

que enfatizam ou que praticamente se limitam ao papel do mercado, no desenvolvimento econômico. A perspectiva deste trabalho busca ressaltar a importância dos componentes propriamente sociais e políticos, presentes em dada conjuntura de nossa formação social no processo de desenvolvimento econômico, sem negar, evidentemente, o fundamental níveleconômico, "strictu sensu".

Diante disso, poder-se-ia afirmar que uma economia se desenvolve se ela experimenta, por exemplo, um aumento sustentado de sua renda "per capita", acompanhada de mudanças estruturais específicas, como uma expansão e eventual predomínio do "setor urbano-industrial, um crescimento das formas assalariadas de produção no campo e a substituição de formas tradicionais de produção agropecuária (voltada à subsistência) por uma agricultura mais intensiva de capital, modificando antigas relações de produção, dentre outras". Assim, conforme argumenta Szentes (1971), citado por Mueller (1981), "o desenvolvimento, sempre e em todas as partes, envolve e pressupõe a dialética de mudanças quantitativas e qualitativas, de evolução e de revolução".

No que tange ao desenvolvimento agropecuário propriamente dito, tem-se as seguintes considerações: 1ª) como parte do desenvolvimento econômico (uma subcategoria deste), o desenvolvimento agropecuário também pressupõe mudanças quantitativas e qualitativas, relativas à estrutura das relações de produção, no campo; 2ª) ele não pode ser considerado, em face do que foi discutido, como um processo autônomo e desvinculado dos demais arranjos da sociedade (a modernização na década de 70, por exemplo, insere-se num conjunto de outras medidas experimentadas pela sociedade brasileira, visando a determinadas alterações no seu padrão de desenvolvimento econômico como um todo); 3ª) o desenvolvimento agropecuário não corresponde a um mero reflexo de pressões advindas do mercado, numa sociedade capitalista (uma maior demanda por alimentos básicos, por exemplo), mas decorre de um conjunto de interesses que se expressam e se confrontam ao nível político e que resultam num determinado padrão de desenvolvimento agropecuário (isto é, nem sempre determina as necessidades econômicas e sociais são contempladas, neste ou

naquele padrão de desenvolvimento agropecuário, uma vez que, na arena política, certos interesses se sobrepõem a outros; ou seja, uma necessidade social não significa, necessariamente, uma força política suficiente para fazer valer os seus interesses); e 4ª) de corrente da consideração anterior, não há um modelo único de desenvolvimento agropecuário, isto é, não se pode falar em desenvolvimento agropecuário, em geral, mas, conforme entende este trabalho, deve-se buscar identificar as principais características econômicas, sociais e políticas que configuram este ou aquele padrão de desenvolvimento agropecuário (se enfatiza a exportação, se visa, prioritariamente, à fixação do homem no campo e à produção de alimentos básicos, e assim por diante, sem excluir, evidentemente, possibilidades e alternativas combinadas; neste caso, queremos chamar a atenção para suas características mais marcantes em termos de suas políticas agrícolas).

Estas considerações são fundamentais para compreender a problemática do relacionamento entre o desenvolvimento agropecuário e a articulação pesquisa-extensão-produtor. Em termos esquemáticos, este relacionamento é apresentado na Figura 01, a seguir.

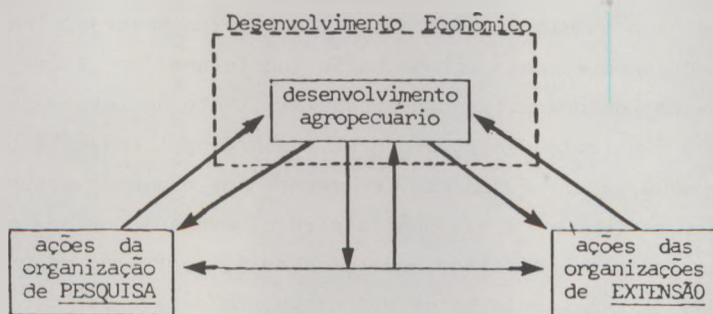


FIGURA 01: Esquema de relacionamentos entre o desenvolvimento agropecuário e as ações das organizações de Pesquisa e de Extensão.

Nesta **Figura**, verifica-se, inicialmente, a reciprocidade de determinações (1) entre o desenvolvimento agropecuário (contido no desenvolvimento econômico) e as ações das organizações de Pesquisa e de Extensão rural. Tomando-se cada um desses pares de determinações, separadamente, tem-se: 1) as relações entre o desenvolvimento agropecuário e as ações de pesquisa; 2) as relações entre as ações das organizações de Extensão Rural e o desenvolvimento agropecuário; e 3) as relações entre o desenvolvimento agropecuário e a articulação Pesquisa/Extensão, representada, na **Figura**, pela dupla seta. Esses diferentes pares de determinação implicam, por sua vez, problemáticas específicas e que não se reduzem umas às outras.

Quanto às determinações entre as ações da pesquisa e o desenvolvimento agropecuário (ou um padrão definido historicamente de desenvolvimento agropecuário), tem-se: 1) no sentido da pesquisa para este desenvolvimento, quer-se entender que as ações desenvolvidas pela organização de pesquisa interferem num certo padrão de desenvolvimento agropecuário, afetando suas características internas (é o caso, por exemplo, do melhoramento de certos cultivares, por parte da pesquisa, que levaram a aumentos de produtividade e a modificações na renda e na organização da produção de certas Unidades produtivas, com repercussões em toda a sociedade, viabilizando o determinado modelo econômico); 2) no sentido inverso, entende-se que o desenvolvimento agropecuário condiciona, em última instância, as ações da organização de pesquisa, tanto em termos de suas diretrizes e prioridades de pesquisa, quanto na formação e treinamento de seus recursos humanos, e, mesmo, nos aspectos propriamente administrativos (é a situação típica da EMBRAPA, criada no contexto histórico da propalada modernização e, portanto, segundo determinadas exigências do setor produtivo, na década de 70, implicando uma política específica de formação e treinamento de recursos humanos (2) e toda uma montagem administrativa - o Modelo Insti-

(1) O que se está chamando, aqui, de determinação, significa uma "interferência estrutural", isto é, fatores que afetam a dinâmica interna de uma estrutura estando indicado cada um por uma seta, na Figura 01.

(2) Veja, por exemplo, TRIGUEIRO (1987).

tucional da EMBRAPA - que pudesse dar "maior agilidade e flexibilidade" na captação e no gerenciamento dos recursos financeiros dessa instituição).

Análise semelhante é feita nas relações entre as ações das organizações de Extensão e o desenvolvimento agropecuário. É bastante evidente a influência das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER's) na difusão das tecnologias geradas pela EMBRAPA e no apoio e fomento às Unidades produtivas, no País. Por outro lado, é a dinâmica do desenvolvimento agropecuário que, em último nível, condiciona a existência e as mudanças no enfoque e na estrutura organizacional dos serviços de Extensão Rural, como se pôde acompanhar, também na modernização, a evolução da antiga ABCAR para a atual EMBRATER - coordenadora da Extensão Rural em nosso País. (3)

Finalmente, a relação que mais interessa, no presente trabalho, é aquela existente entre a dupla seta - representando a articulação pesquisa-extensão - e o desenvolvimento agropecuário. Este relacionamento é o que envolve, em termos mais abrangentes, a estrutura da articulação pesquisa-extensão-produtor.

A dupla seta, no caso, significa mais que um mero relacionamento (de reciprocidade) entre as duas organizações (de Pesquisa e de Extensão) ou mesmo entre indivíduos de uma ou outra organização; ela encerra, neste trabalho, uma estrutura de relações - algo que não se reduz à Pesquisa, nem à Extensão, embora dependa de ambas. Como esta articulação não existe para si, ou seja, como um fim de si mesma, ela necessariamente deve complementar-se, mediante a interrelação com outros segmentos sociais e organizações que integram, de um modo ou de outro, o desenvolvimento agropecuário, a saber: o sistema bancário e de crédito rural, as organizações responsáveis pelo fomento e fornecimento de insumos, os formuladores de política agrícola e, sobretudo, o produtor. Com outras palavras, a articulação pesquisa-extensão só pode ser compreendida quando integrada ao setor produtivo propriamente dito, aqui representa

(3) Para maiores informações, veja PADILHA (1984).

do pelo Produtor - principal destinatário das ações da Pesquisa e da Extensão e para onde deverão convergir, em última instância, os produtos das demais organizações que compõem o desenvolvimento agropecuário. Daí falar-se numa estrutura de articulação pesquisa-extensão-produtor.

A **Figura 02**, a seguir, mostra, simplificada, este relacionamento entre a articulação pesquisa-extensão-produtor e o desenvolvimento agropecuário.

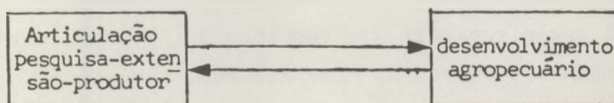


FIGURA 02: O relacionamento entre a articulação pesquisa-extensão-produtor e o desenvolvimento agropecuário.

Nesta **Figura**, é ressaltada a idéia de estrutura de relações para a articulação pesquisa-extensão-produtor e não apenas um mero intercâmbio de experiências ou a execução de ações isoladas de certos indivíduos.

Quanto às determinações ali assinaladas, tem-se que: 1) a estrutura pesquisa-extensão-produtor interfere no desenvolvimento agropecuário, na medida em que tende a reforçar seu padrão dominante (através, por exemplo, da difusão/adoção massiva de tecnologias que visem a elevar a produção de grãos exportáveis - dentro de um modelo agro-exportador), ou a limitá-lo (caso em que se busca a difusão-adoção de tecnologias poupadoras de insumos e produtos químicos, num contexto de desenvolvimento agropecuário em que predominam os interesses das indústrias desses insumos); 2) por sua vez, o desenvolvimento agropecuário, que é um conceito de algo dinâmico, interfere na articulação pesquisa-extensão-produtor, definindo as condições e possibilidades de diferentes arranjos para cada projeto de articulação passível de ser implementado pelos setores responsáveis, em diferentes momentos ou regiões; ou seja, é a nature-

za do desenvolvimento agropecuário que determina, em último nível, que projeto de articulação é passível ou não de ser realizado, neste ou em outro contexto sócio-econômico (a possibilidade, por exemplo, do grupo de articulação pesquisa/extensão (GAPE), no Estado do Pará, o modelo exercido pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Semi-Árido (CPATSA), a articulação pesquisa extensão-produtor, no Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (CNPGL), em Minas Gerais, e outros, em situações sócio-econômicas e políticas que tornam possíveis tais experiências). Contudo, a análise das razões que permitiram o surgimento deste ou daquele exemplo de articulação pesquisa-extensão-produtor foge, consideravelmente, ao exame destas discussões.

Por ora, pretende-se, unicamente, apontar direções para possíveis investigações futuras, bem como definir um quadro teórico geral de análise dessa problemática, buscando identificar certos fatores que devem ser considerados para este tipo de investigação.

Assim, finalizando este trabalho, passar-se-á à discussão da articulação pesquisa-extensão-produtor, enquanto um processo estruturado; isto é, tenciona-se, a seguir, verificar a estrutura interna da articulação pesquisa-extensão-produtor, com o detalhamento de alguns de seus elementos constitutivos.

A Estrutura Interna da Articulação Pesquisa-Extensão-Produtor

O modelo teórico a ser delineado nesta parte do trabalho partiu de um estudo desenvolvido por Araújo e Braga (1985) sobre "O desempenho da articulação pesquisa/extensão rural e seus reflexos no processo de difusão das inovações tecnológicas". Nesse estudo, os autores reconhecem três grupos de fatores que afetam a articulação pesquisa/extensão, a saber: "os fatores psicossociais", os "institucionais" e os "conjunturais".

Seguindo essa sugestão, e pensando numa estrutura de articulação que incluía, também, os produtores, o esquema teórico aqui pro-

posto pode ser representado, graficamente, pela **Figura 03**, abaixo:

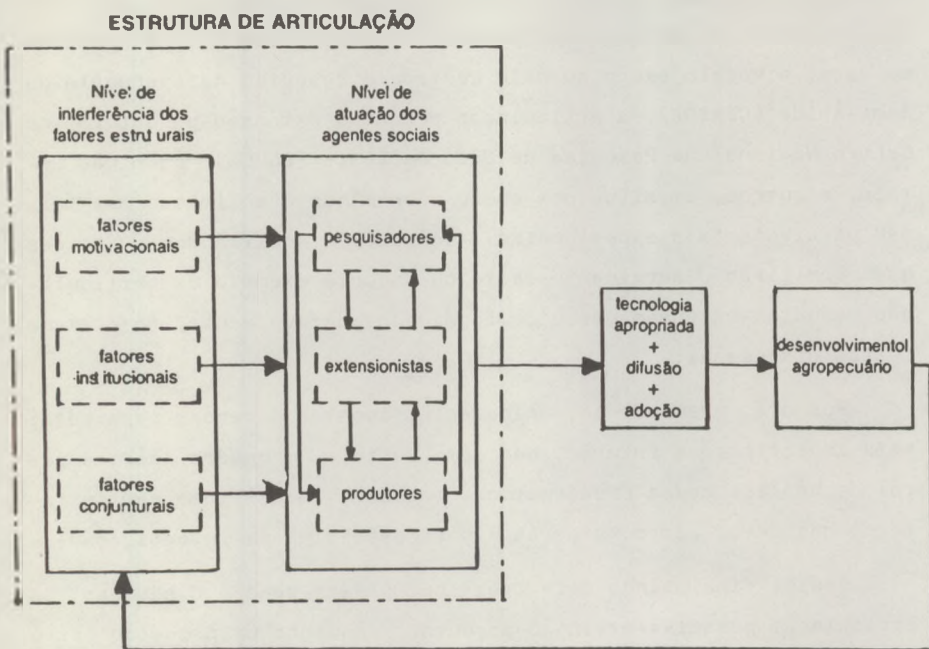


FIGURA 03: Estrutura interna da articulação pesquisa-extensão-produtor.

Em primeiro lugar, verifica-se, na **Figura 03**, a existência de dois grandes níveis de análise da estrutura interna da articulação pesquisa-extensão-produtor (o nível de interferência dos fatores estruturais e o nível de atuação dos agentes sociais). Vejamos por partes:

O nível de interferência dos fatores estruturais compõe-se, basicamente: a) dos fatores motivacionais; b) dos fatores institucionais; e c) dos fatores conjunturais. Os aspectos motivacionais dizem respeito às características propriamente individuais dos agentes sociais que participam mais diretamente desse processo de articulação, ou seja, os pesquisadores, os extensionistas, os pro-

dutores e os chamados difusores : (4) estes últimos, embora não tenham aparecido, explicitamente, na **Figura 03**, em razão de lá estarem indicados, apenas, os níveis organizacionais e o sistema produtivo "strictu sensu", são componentes fundamentais desse processo de articulação. Constatam desses fatores motivacionais variáveis ligadas à origem sócio-econômica e à formação ou qualificação desses agentes, à experiência acumulada em sua atividade (tempo de serviço , por exemplo), às suas expectativas quanto à valorização do seu trabalho (renda, ascensão funcional e salarial, prêmios e outros benefícios) e disposição para o trabalho conjunto, por exemplo.

Quanto aos fatores institucionais, entendem-se as variáveis administrativas (relativas às normas e procedimentos organizacionais) e as decisões e ações das instituições de Pesquisa e de Extensão, das agências financiadoras e do sistema bancário, dentre outras organizações, voltadas à articulação pesquisa-extensão-produtor. Ou seja, estes fatores, que se traduzem, neste caso, em determinadas ações institucionais, não correspondem a quaisquer procedimentos que venham a afetar o desenvolvimento agropecuário, em geral, porém àquelas dirigidas, especificamente, à articulação pesquisa-extensão-produtor. Por exemplo: a locação de recursos financeiros para determinado projeto de articulação; a criação de um fundo mútuo, envolvendo as instituições de Pesquisa e de Extensão Rural; um programa conjunto, para essas duas instituições, de formação e treinamento de recursos humanos; políticas de capacitação de recursos humanos, visando a um maior conhecimento, sobretudo por parte da pesquisa, da realidade ou das diferentes realidades vidas pelos agricultores; a definição de critérios de premiação e valorização de trabalhos de pesquisa mais ajustados ao contexto da produção agropecuária local; a criação de linhas de créditos especiais e de programas conjuntos de difusão de tecnologia, abrangendo a Pesquisa, a Extensão e o sistema bancário; prioridades de pesquisa que reflitam esse trabalho de articulação; e a elaboração, e

(4)Indivíduos responsáveis pelo setor de difusão de tecnologia das Unidades de Pesquisa da EMBRAPA ou do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, desempenhando um papel decisivo na interligação entre os segmentos da Pesquisa e da Extensão rural, chegando também aos produtores.

xecução e acompanhamento de um programa comum de ações de articulação, por parte da Pesquisa e da Extensão Rural.

Finalmente, os fatores conjunturais compreendem um conjunto de variáveis sócio-econômicas e políticas, relativas a um momento definido do processo de desenvolvimento agropecuário, que influenciam a articulação pesquisa-extensão-produtor. São exemplos dessas variáveis: preços de insumos, facilidade de comercialização, infra-estrutura de estradas, condições de armazenagem, assistência técnica, preços de produtos, pressões sociais em áreas de reforma agrária e disponibilidade de crédito, de tecnologias e de terras. Em geral, os fatores conjunturais são expressos numa política agrícola ou econômica do governo.

O segundo nível de análise, presente na **Figura 03**, é o da atuação dos agentes sociais mais diretamente envolvidos com a articulação pesquisa-extensão-produtor. É neste nível que ocorre a articulação pesquisa-extensão-produtor, propriamente dita; ou seja, é aqui que se observam, concretamente, as ações dos pesquisadores, extensionistas, produtores e difusores, visando à real integração e co-participação desses diferentes segmentos, no processo de geração-difusão-adoção de tecnologias.

No nível de atuação dos agentes sociais, como indicado na **Figura 03**, os pesquisadores interagem com os extensionistas, estes com os produtores, e os pesquisadores com produtores, mediante estratégias específicas (reuniões técnicas, dias de campo, seminários, visitas, excursões e treinamentos, por exemplo), as quais podem, também, incluir os três segmentos simultaneamente. Vale observar que, neste caso, não se estão considerando encontros esporádicos, fortuitos ou eventuais, que acontecem em ações isoladas da pesquisa/difusão de tecnologia e dos serviços de extensão rural, porém, pensa-se, fundamentalmente, nas ações que resultam de um programa de articulação, ou seja, de ações organizadas de articulação, visando a objetivos pré-estabelecidos.

Ainda dentro desse processo de articulação, é extremamente relevante a figura do coordenador de difusão de tecnologia, que cor-

responderia ao articulador por excelência, ensejando o encontro e o entendimento entre pesquisadores, extensionistas e produtores, ao invés de ser um mero intermediário entre esses três segmentos (Rodrigues, 1985).

Uma atuação conseqüente e crítica (problematizadora) da difusão de tecnologia e, mormente, da articulação pesquisa-extensão-produtor, visa, não só a atuar na difusão propriamente dita, mediante a transferência e disseminação de resultados de pesquisa, mas, sobretudo, a interferir no próprio processo de geração de tecnologia, através da realização de pesquisas mais ajustadas aos diferentes produtores e que reflitam as reais necessidades destes agentes sociais. Este é, no entender do presente trabalho, o grande objetivo a ser perseguido por um processo eficiente de articulação pesquisa-extensão-produtor.

Entretanto, diversos são os bloqueios, reais ou potenciais, enfrentados por essa articulação; bloqueios, estes, decorrentes dos fatores motivacionais, institucionais ou conjunturais que afetam, conforme a **Figura 03**, a vida ou a atuação dos agentes sociais, na articulação pesquisa-extensão-produtor.

Embora não esteja explícito na **Figura 03**, entende-se que tais fatores condicionam diferentemente as ações desenvolvidas pelos pesquisadores, extensionistas, produtores e difusores. De um modo geral, os fatores motivacionais têm um forte peso na disposição e no significado que cada um desses sujeitos deverá conferir às suas ações, repercutindo numa maior ou menor dificuldade de integração. Os "bloqueios de comunicação" decorreriam de uma desinformação das peculiaridades e limitações de uns indivíduos em relação a outros, e do não interesse ou do desconhecimento da forma como superar tais dificuldades. Por enquanto, cumpre observar a grande complexidade desses fatores, implicando a existência de universos sócio-culturais bastante diferentes - construídos ao longo de toda uma história de vida - e impossíveis de serem subestimados numa articulação pesquisa-extensão-produtor que se proponha eficiente.

Já os fatores institucionais, igualmente decisivos para esse

processo de articulação, afetam, fundamentalmente, os segmentos da Pesquisa e da Extensão. São elementos limitantes, por exemplo: a inexistência de recursos financeiros para as atividades de articulação (enquanto um programa estruturado); a falta de uma política de formação e treinamento de recursos humanos, por parte das organizações de Pesquisa e Extensão que viabilize essa integração e que leve a uma maior aproximação (conhecimento) das diferentes realidades e necessidades dos produtores; a inexistência ou o precário funcionamento de um programa de ação conjunta pesquisa-extensão; a alocação insuficiente de recursos humanos (em número e qualidade) nas áreas responsáveis pela difusão de tecnologia em organizações de pesquisa; e a dificuldade da organização de pesquisa em traduzir os resultados desta articulação em determinadas linhas e programas de pesquisa.

Evidentemente, os fatores conjunturais (preços, crédito, estradas e condições de comercialização, por exemplo) interferem, predominantemente, no segmento dos produtores. Contudo, faz-se mister a inclusão desses fatores nas preocupações da articulação pesquisa-extensão-produtor, como um todo, e condicionando certas decisões do pesquisador, quanto ao que pesquisar e para quem pesquisar, sempre tendo em conta a idéia de que a tecnologia gerada deva ser "socialmente aceitável e economicamente viável". Daí a necessidade de análises econômicas e sociais sobre determinadas tecnologias, podendo ser realizadas tanto pelos extensionistas como pelos difusores.

Enfim, o resultado esperado de um desempenho conseqüente da articulação pesquisa-extensão-produtor, é a geração de tecnologias apropriadas a diferentes contextos sócio-econômicos, a sua difusão, abrangendo um maior número de produtores, mediante a grande mídia e outras estratégias de divulgação e difusão de tecnologia (dias de campo, Unidades de Observação e de Demonstração, e visitas a produtores, por exemplo) e culminando com a adoção destas tecnologias, por esses produtores. Todos estes fatos, conseqüentemente, deverão interferir em determinado padrão do desenvolvimento agropecuário, o qual, por sua vez, afeta a estrutura interna da ar-

articulação pesquisa-extensão-produtor, atuando, privilegiadamente, no seu nível de interferência dos fatores estruturais, conforme está indicado na **Figura 03**.

De um modo geral, este é o esquema teórico aqui proposto para explicar a dinâmica interna da articulação pesquisa-extensão-produtor e o seu relacionamento com o desenvolvimento agropecuário.

Verifica-se, portanto, a grande complexidade da estrutura interna da articulação pesquisa-extensão-produtor, requerendo, por parte dos setores responsáveis, a devida e cuidadosa atenção para o problema, e implicando a necessidade de estudos que possam melhor orientar suas decisões a esse respeito.

À Guisa de Conclusões

Após essas discussões, o presente trabalho propõe os seguintes pontos como conclusões gerais ou como objeto para possíveis reflexões:

1º) A necessidade de se evitar certas simplificações e generalizações acerca da idéia da articulação pesquisa-extensão-produtor, como se essa idéia significasse algo a-histórico e válido em todos os contextos sócio-econômicos. Ou seja, procurou-se mostrar a relevância de contextualizar esta articulação num tempo e num lugar de finidos, evitando-se posições "a priori" e fórmulas gerais, mas analisando as possibilidades desta articulação, caso a caso (em diferentes momentos ou regiões);

2º) A não-neutralidade, no processo de articulação pesquisa-extensão-produtor, significando a existência de diferentes grupos de interesse na implementação desta ou daquela proposta de articulação; o conhecimento das características sócio-culturais, econômicas e políticas destes grupos é fundamental para a identificação das reais possibilidades e limitações quanto à realização de determinada articulação pesquisa-extensão-produtor (isto pode ser fei-

to, tanto em termos dos grupos mais diretamente envolvidos - pesquisadores, extensionsistas e produtores - quanto, em relação aos demais grupos da sociedade, que, em última instância, tornam possível certa articulação);

3º) Uma articulação eficiente pesquisa-extensão-produtor não depende, apenas, da boa vontade e da disposição de alguns técnicos ou dirigentes da Pesquisa ou da Extensão, mas decorre de fatores estruturais, nem sempre evidentes ao observador, que não podem ser negligenciados pelos setores responsáveis, nas tomadas de decisão, nesse processo;

4º) Não basta, unicamente querer implementar determinada proposta de articulação, mas as instituições mais diretamente envolvidas - a de Pesquisa e a de Extensão Rural - devem estar capacitadas estruturalmente para realizar esta tarefa; e isto requer decisões políticas das instâncias superiores dessas instituições, que, em muitas situações, podem implicar certas mudanças estruturais (por exemplo, quanto à alocação de recursos financeiros num programa de articulação pesquisa-extensão-produtor, quanto à sistemática de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos e quanto à definição dos critérios de premiação dos indivíduos ligados às referidas instituições);

5º) A importância de se pensar a articulação pesquisa-extensão-produtor como uma estrutura própria e complexa de relações sociais específicas, com uma dinâmica e resultados definidos, embora não inteiramente autônoma; e

6º) A necessidade de se desenvolver estudos sócio-econômicos que possam auxiliar na compreensão dos possíveis bloqueios existentes nessa estrutura interna de articulação (relativos, por exemplo, aos fatores motivacionais, institucionais e conjunturais) passíveis de soluções; estudos, estes, que podem envolver, inclusive, as universidades e entidades de pesquisa locais.

Enfim, todos estes segmentos (pesquisadores, extensionistas, produtores, difusores e dirigentes, em geral) e não apenas cada um, isoladamente, devem buscar as soluções destes problemas, em

conjunto, e mediante uma permanente postura crítica e reflexiva, concorrendo, desse modo, para o desenvolvimento agropecuário de suas regiões.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, J.G.F. & BRAGA, G.M., 1985. O desempenho da articulação pesquisa/extensão rural e seus reflexos no processo de difusão das inovações tecnológicas. Viçosa, U.F.V.
- MUELLER, C.C., 1981. Agricultura e desenvolvimento econômico: uma abordagem multissetorial. Brasília, UnB/Departamento de Economia (Texto para discussão, 071).
- PADILHA, R., 1984. "Extensão rural no Brasil: novos tempos". Rev. Bras. Tecnol., Brasília, 15(4).
- RODRIGUES, C.M., 1985. "Difusão de Tecnologia, uma abordagem além do circuito tecnológico". Cad. Dif. Tecnol., Brasília 2(2): 305-311, maio/ago.
- TRIGUEIRO, M.G.S., 1987. Estrutura da prática tecnológica: a pesquisa e a sociedade na agropecuária brasileira. Brasília: UnB.

ABSTRACT

The Articulation between Research and Extension
and the Development of Agriculture

This article results from the search for new and more adequate theoretical-methodological approaches to the issue of relations between research and extension in agriculture and cattle-raising,

especially from the institutional point of view. The proposal presented intends to formulate a pattern of analysis permitting the comprehension of the phenomenon as a structural process with its own dynamics, subject to structural factors, which interfere in those dynamics. The methodological framework, which suggests a critical analysis of the articulation research/extension/producer, concludes with concrete proposals for the process.

RESUME

L'Articulation recherche-extension et le développement de l'agriculture

Cet article représente une tentative d'élaboration d'une nouvelle approche théorique-méthodologique à la question du rapport entre recherche et extension dans l'agriculture, centrée principalement sur l'analyse institutionnelle. L'on propose de formuler un schéma d'analyse permettant de comprendre le phénomène comme un processus structuré à dynamique propre et soumis à des facteurs structurels qui interfèrent dans cette dynamique. Le cadre méthodologique, qui permet une analyse critique de l'articulation entre recherche/extension/producteur, débouche sur des propositions concrètes pour ce processus.

RESUMO

Este artigo analisa a inserção social, política e econômica de uma nova categoria social denominada de "novos livres". Usada originalmente como designação oficial para qualquer indivíduo liberto do pelos decretos de emancipação no Caribe, designa aqui uma parte da força de trabalho, deslocada de um sistema produtivo para outro, levando, inclusive, em consideração não só as estruturas sociais caribenhas como sua inserção na economia internacional.

1 - Uma nova categoria social

As atuais populações do Caribe nelas se estabelecem por ocasião da implantação da economia colonial. Ora, as unidades de produção dessa economia, as "plantations", são incapazes de reproduzir suas partes constitutivas - capital e trabalho - devido à sua total extroversão. Trata-se, ou de unidades de produção de uma espécie bastante particular à qual faltariam razões de ser, economicamente falando, ou então deve-se considerá-las ramos ou subdivisões (de além-mar) das grandes companhias comerciais. Sob este último enfoque, os fluxos de capitais que as sustentam e que as sustentam e que por elas são alimentados reencontram sua lógica. Entretanto, o observador continua diante do problema de reprodução

(*) Sociólogo, pesquisador do Institut Haïtien de Coopération et d'Etudes Latino-Américaines et Caraïbéennes. Tradução de Regina do Prado.

da mão-de-obra. Em uma economia de "plantation", importações sucessivas ou sazonais de trabalhadores são indispensáveis. Uma única organização territorial não basta como base de apoio.

Deve-se perguntar, pelo menos no Caribe, qual categoria social contribui com seu trabalho para este tipo de economia. Enquanto a pesquisa se centra nos projetos de sociedade que as potências coloniais desejam estabelecer na região, ela descreve uma estrutura econômica normativa e esforços de enquadramento da vida cotidiana. Durante os séculos XVII e XVIII, essas potências estavam em condições de impor seus projetos, os investimentos necessários à implantação de um sistema escravagista já existindo então.

No século XIX, o capital é solicitado pelas grandes aventuras industriais. A partir deste período de declínio da economia "plantation", torna-se mais pertinente, se se quer compreender a evolução da região, observar a organização da vida cotidiana e a estrutura econômica que responde pela reprodução da população. Este encaminhamento leva à identificação de um conjunto de normas que diferem das prescrições metropolitanas e que partem da evidência do dualismo das sociedades locais. Um tal encaminhamento permite, assim, apreciar, em seu justo valor, o papel da "plantation" e de suas instituições de suporte na malha social nacional.

O século XIX é o período de formação dos povos do Caribe. Os embriões de organização endógena desabrocham durante essa época. O capital do Caribe e as autoridades coloniais fazem, naturalmente, o melhor que podem para salvaguardar as estruturas sociais e econômicas tradicionais. Mas o contexto internacional não se presta para isso.

A organização de uma agricultura de exportação durante esse período é mais ou menos dinâmica, segundo as condições dos territórios em questão e a proteção dada pelas metrópoles. G. Beckford resume assim as medidas tomadas para garantir a sobrevivência da "plantation".

"(...) Em todas as regiões onde foram estabelecidas as primeiras "plantations" do Novo mundo, os ajustes à abolição da escravatura se fazem, no essencial, de modo idêntico: o monopó-

lio fundiário do plantador impedindo os antigos escravos de se libertarem dos trabalhos executados na "plantation"; legislação editada pelos governos colocados sob controle dos plantadores, a fim de forçar os antigos escravos a continuarem nas "plantations"; outras disposições visando a perpetuar "o vínculo" dos antigos escravos à "plantation", e, enfim, imigração de novos trabalhadores, onde fracassaram todas as outras disposições".(1)

Entre a totalidade das "outras disposições" que garantem o vínculo às "plantations", esse economista salienta a criação de impostos e de taxas que obrigam os antigos escravos a evoluir no seio de uma economia monetarizada - mesmo que não necessariamente de mercado - e lhes impedem qualquer volta às antigas formas de escravatura. Todas estas são medidas que agravam ainda mais a regulamentação contra a "vagabundagem", maneira como a migração interna é chamada oficialmente. A imobilização dos trabalhadores e a necessidade de dinheiro vivo se somam à penúria artificial das terras cultiváveis para criar um conjunto de circunstâncias que, sem serem de natureza econômica, representam obstáculos que delimitam o campo de ação econômica da população.

Assim, depois da emancipação geral dos escravos, o sistema de produção dominante não é mais claramente definido do que a "plantation" escravagista. Vê-se aparecer no Caribe diferentes tipos de trabalhadores agrícolas. Eles não são mais uma propriedade do plantador e gozam, a partir daí, de um certo poder de negociação.

As negociações concretas que mantêm os empregados, assim como as condições de vida dos agrupamentos que eles organizam, reproduzem, entretanto, décadas depois, situações vividas debaixo da tutela dos antigos mestres. Devido às marcas que os processos de criouliização do período precedente deixaram na mentalidade dos antigos mestres e escravos, teríamos o direito de esperar que subsistissem, de ambas as partes, comportamentos denotando uma certa continuidade nos valores e normas da cultura escravagista. Mas, isto

(1) BECKFORD, George L., Persistent poverty, underdevelopment in plantation economies of the Third World. New York, Oxford University Press, 1972, p. 96.

só é verdadeiro em relação aos mestres.

Procuro, no presente estudo, determinar qual o tipo de trabalhador que sucede ao cativo dos séculos XVII e XVIII. Chamo-o de novo livre, personagem que deve sobreviver às suas necessidades em um sistema que não prevê o seu bem-estar. Emprestada do vocabulário colonial de São Domingos, a expressão "novo livre" designa qualquer indivíduo libertado pelos decretos de emancipação geral.

Apresentarei a forma de inserção desta categoria na vida econômica e sua participação nos sistemas políticos do Caribe. Estas reflexões levarão a construir, tanto os espaços nos quais se deslocam os agrupamentos que formam os trabalhadores, como as relações entre o universo mental que eles mesmos se constroem com o que ordena o mundo que os domina.

2 - O trabalho por empreitada

Um século depois da abolição da escravatura nas possessões britânicas, Lord Moyne trata, no capítulo III do famoso Relatório da Comissão Real das Índias Ocidentais, 1945: "Estruturas e condições sociais", da dicotomia nég-blanc.

"Trataremos, neste capítulo, principalmente das condições de vida da população não-européia: negros cujos antepassados haviam sido levados como escravos às Índias ocidentais e imigrantes vindos das Índias, chegados em circunstâncias que diferem totalmente dos modos de imigração dos colonos (...). Os negros preenchiam uma única função: fornecer mão-de-obra barata às propriedades que os europeus possuíam e administravam a fim de que produzissem suas preciosas colheitas de exportação". (2)

Como se sabe, o papel econômico do Caribe diminuiu de importância, exceto no caso de Cuba, durante todo o século XIX, em consequência do desenvolvimento da economia de mercado, dos progressos

(2) West India Royal Commission Report, presented by the Secretary of State for the Colonies, London, His Majesty's Stationery Office, July 1945, (& 1 and 2, p. 29), denominado Relatório da Comissão Moyne, para facilitar a leitura.

técnicos registrados pela cultura de um substitutivo para a cana-de-açúcar, da abertura de novas superfícies à economia de "plantation", e, após a primeira guerra mundial, da produção crescente de alimentos tropicais em território metropolitano de clima temperado.

Mesmo se os economistas vêem nisso uma evidência que não merece ser desenvolvida, existe um ponto sobre o qual parece-nos útil insistir: as negociações que se apoiam na riqueza global das sociedades caribenhas e a distribuição dessa riqueza, desprovidas de racionalidade econômica. As práticas econômicas locais decorrem de acordos concluídos ao nível político. Sem esses acordos, não há "plantation".

A subordinação da vida econômica às considerações de ordem política subsiste na sociedade contemporânea e traz um real prejuízo à produção das empresas agro-exportadoras. A derrocada que sofre atualmente a economia açucareira do Caribe, assim como o seu sucesso, são a melhor prova disso. Sem os acordos concluídos entre a República Dominicana, representada pelo Consejo Estatal del Azúcar, e a República do Haiti, por exemplo, não teria havido açúcar dominicano no mercado internacional. (3) Para colocar nossa argumentação em seu verdadeiro contexto, devemos voltar à plantação do século XIX, mostrando como que as práticas estabelecidas na época ainda regem a produção em sistema de plantação. Lembremos, a respeito disto, a subdivisão que Peter Fraser faz das áreas de economia de "plantation" no século XIX.

"O Caribe pode (...) ser dividido em cinco grandes regiões onde a agricultura de exportação capitalizada 1) periclitava: Haiti; 2) declinava: Suriname, Jamaica e as quatro ilhas pré-citadas (Montserrat, Tobago, Granada e República Dominicana); 3) subsistia: Barbados; 4) progredia: Cuba, Guiana Inglesa, Trinidad, assim como duas exceções dentro desse grupo, a Martinica e a Guadalupe, das quais a França se ocupou depois da

(3) MURPHY, Martin. "The history and process of haitian migration to the Dominican sugar industry: modern day slavery or super-exploitation". IN: CONFERENCE ON MIGRATION AND CULTURE CONTACTS IN THE CARIBBEAN, 4-7 Apr. 1984, Barbados. Barbados, University of West Indies, 1984. Versão suscetível de modificações, que citamos com o amável consentimento do autor.

perda de São-Domingos; 5) apenas começava: Porto Rico, República Dominicana (que se consagraram à agricultura de exportação extensiva no fim do século XIX) e Caiena, mais conhecida por seus degredados do que por suas exportações. As fortunas diversas que, dependendo dos países, conhecia o setor de exportação repercutiam nas sociedades rurais". (4)

Em alguns casos, a "plantation" experimenta sérias dificuldades, e o plantador torna-se de novo apenas um grande proprietário de terras. Em outros casos, a produção de açúcar é absorvida pelas sociedades multinacionais, e as elites locais ordenam a produção de cana, criando um clima político favorável ao crescimento do setor. Tanto em um como em outro caso, as terras aráveis são fortemente monopolizadas e os novos livres só podem substituir o trabalho que forneciam às "plantations" através da exploração de terras marginais.

O quadro que traça Celma das sociedades martiniqueza e guadalupense da época aponta vários tipos de trabalhadores: 1 - Os colonos parciais (5); 2 - Os trabalhadores empregados ou peones acasillados; 3 - As pessoas "estrangeiras", isto é, os trabalhadores agrícolas empregados ao dia ou por semana. Na Guiana Inglesa a situação se apresenta, segundo Rodney, como segue:

"A mão-de-obra da "plantation" se subdividia em três categorias: primeiro a dos engajados (6) que eram, na sua maioria, indianos; depois a dos diaristas, que eram habitualmente imigrantes cujo contrato havia expirado, e seus descendentes crioulos; enfim a dos habitantes crioulos do vilarejo que eram em regra geral, africanos". (7)

(4) FRASER, Peter, "The fictive peasantry: caribbean rural groups in the nineteenth century". IN: CRAIG, Susan, ed. Contemporary Caribbean: a sociological reader. Trinidad and Tobago, The College Press, 1981. p. 328.

(5) A historiadora nota que os usineiros confiam uma parte de suas terras a "seus trabalhadores", a saber os colonos parciais. "O arrendamento da terra é um sistema próximo da parceira no qual o colono paga o aluguel da terra ao usineiro ou arrendatário, in natura, quer dizer, em cana-de-açúcar, e em obrigação moral, quer dizer, em dias de trabalho. CELMA, Cecile, "O movimento trabalhador nas Antilhas da Primeira Guerra Mundial a 1939). IN: L'Historial Antillais. Fort de France, Tomo V, p. 177.

(6) Utilizaremos a palavra engajados para designar os indentured laborers.

(7) RODNEY, Walter, A history of the Guayanese working people, 1881-1905. Kingston, Heinemann Educational Books, 1981. p. 34.

Quanto a Woodville K. Marshall, ele distingue, no Caribe oriental, trabalhadores residentes e não residentes e nota que, desde 1840, predominam os não-residentes. (8)

A análise das relações do trabalho entre os cativos e os empregadores indica que a influência do trabalhador sobre a empresa e, de uma maneira geral, sobre as instituições oficiais que definem esta última depende, em primeiro lugar, do tipo de relações que ligam o empregador e o empregado e, em segundo lugar, do grau de exploração ao qual este último é submetido. Os novos livres - que se trate de colonos, de trabalhadores empregados, de trabalhadores estrangeiros, de engajados, de trabalhadores residentes nas "plantations" ou de aldeões - não mantêm, à semelhança dos cativos, qualquer relação profissional com os plantadores.

Existe, então, progresso nesta relação de trabalho na medida em que há relação econômica. Enquanto o trabalho do escravo era obtido sob tortura, o novo livre é pago por tarefa.

O trabalho por empreitada é acessível a todo indivíduo que dispõe de tempo. Assiste-se então à implantação de uma reserva multiforme de mão-de-obra. Um trabalhador qualificado pode, durante seus momentos de folga ou com a ajuda de pessoas a seu cargo, tornar-se empregador, pequeno camponês independente, meeiro e às vezes trabalhador por empreitada em época de muito trabalho.

Produz-se uma superposição complexa de diversos agrupamentos de indivíduos e uma certa confusão quanto às relações de trabalho e as relações de compra e de venda das matérias primas.

"Convém sem dúvida precisar que numerosos operários que trabalham em fábrica têm interesses comuns aos dos trabalhadores agrícolas. Fora da estação das colheitas eles são frequentemente empregados como trabalhadores agrícolas e, como estes últimos, são às vezes meeiros e fornecedores (da plantaço). A este último título, eles têm tudo a ganhar dos preços elevados e de um trabalho fracamente retribuído. Enquanto empregados da indústria açucareira e fornecedores (das plantaço), seus interesses são opostos e podem até mesmo entrar em con-

(8) MARSHAL, W.K. The social and economic development of the Windwards Islands, 1838-1865. Cambridge University, 1963; 69. Tese (Doutorado).

flito: remunerações elevadas por um lado, fracos custos de produção da cana, por outro lado". (9)

Segundo os países, a mão-de-obra colonial se apresenta sob forma de "ajuntamentos" reunidos de formas diversas. A relação no-vo livre - plantador - explica porque a separação lógica entre os tipos de trabalhadores mencionados não corresponde a uma distribuição dos indivíduos em categorias ou classes sociais mas sim em "ajuntamentos", para retormar o termo adotado por Rodney.

Vários são os analistas que supõem, erradamente, que o trabalho de empreitada depende de uma relação salarial. (10) A Comissão Moyne chama a atenção sobre a natureza dessa relação e conclui:

"No setor agrícola, as modalidades de emprego variam de uma colônia à outra, mas o trabalho de empreitada se encontra em todas elas. "Trabalho de empreitada" é a expressão empregada nas Índias Ocidentais para designar o que se estipulou chamar na Grã-Bretanha "trabalho segundo o rendimento" ou "retribuição diante dos resultados". A grande maioria dos trabalhadores agrícolas das Índias Ocidentais é paga pela soma de trabalho que fornece efetivamente e não pelo tempo que consagra a ele. É raro que os trabalhadores agrícolas sejam, nessa região, pagos mais ao dia do que por empreitada, e as retribuições, se bem que variem sensivelmente de uma colônia à outra, são extremamente baixas. (...) Assim, desde que se faz menção de somas conferidas aos trabalhadores, trata-se, em regra geral, mais de renda do que de salários. Temos aqui um ponto importante sobre o qual nunca é demais insistir: o fato de que a maioria dos trabalhadores agrícolas das Índias Ocidentais é paga pelo trabalho que realiza efetivamente". (11)

A remuneração por empreitada, que constitui uma forma específica de participação econômica, é tão difundida hoje quanto o foi na época de Lord Moyne:

"Devido ao sistema de pagamento segundo o rendimento, ao qual

(9) Saint Lucia, Report of the Commission of Enquiry into the Stoppage of Work at the Sugar Factories in March 1952, and into the Adequacy of Existing Wage-Fixing Machinery in that colony. Castries, 1952, & 78, p. 22. Para facilitar a leitura, este documento será chamado: O Relatório da Comissão Malone, daqui para frente.

(10) Várias citações utilizadas no presente trabalho ilustram esse desprezo.

(11) West India Royal Commission Report, op. cit., Chapter 10, § 7-8, pp. 192-193.

se submetem 97,5% dos haitianos consultados por ocasião do presente estudo, as plantações só pagam ao seu pessoal quando ele trabalha, fato que essas pessoas expressam através de uma fórmula tão lacônica quanto eloqüente: "Tu não cortas (a cana), então tu não comes". (12)

A empresa produtora não compra a capacidade de trabalho do no vo livre mas sim a mercadoria que essa capacidade produz. Deste modo o plantador escapa a todas as pressões econômicas que o obrigariam a levar em consideração a pessoa do trabalhador agrícola. Por que se preocuparia ele, em promover novas qualificações ou em adquirir novas tecnologias, por tarefas que não são colocadas sob sua responsabilidade? (13)

Como de costume, a empresa emprega e paga um contramestre que, por seu lado, recruta a mão-de-obra, distribuindo-lhe as tarefas. (14)

Este sistema permite à "plantation" se adaptar, de maneira fle

(12) M.F. Murphy, op. cit., p. 38.

(13) As forças do mercado internacional levam o plantador a modernizar a produção. Ver por exemplo o caso das "plantations" da Guiana Inglesa segundo W. Rodney, op. cit., p. 23 e seguintes. Isto não tem nada de incompatível com o arcaísmo da produção de empreitada, como o assinala o próprio autor, op. cit., p. 32. Esta diferença se traduz pela modernização do setor industrial por oposição ao setor agrícola. Ver Manuel Moreno Fraginals, "Plantations in the Caribbean: Cuba, Puerto Rico and the Dominican Republic in yhr Late Ninettenth Century." in Manuel Moreno Fraginals, et al., ed., Between Slavery and Free Labor, the Spanish-Speaking Caribbean in the Nineteenth Century. Baltimore: The John Opkins University Press, 1985, p. 5.

(14) "A companhia G & W's Central Romana emprega, tanto na República Dominicana como no Haiti, agentes que recrutam, sobretudo no sudeste da península haitiana, trabalhadores sazonais registrados desde sua chegada, junto à Direccion General de Migración. Os modos de recrutamento e as formalidades atinentes são sensivelmente os mesmo praticados pelo Consejo Estatal de Azúcar, com apenas uma diferença, que não deve ser negligenciada: só os agentes recrutadores (e não os braceros) são empregados legalmente pela Gulf & Western. Os braceros, se bem que pagos diretamente pela G & W e alojados nos acampamentos que ela coloca à disposição deles, não são empregados pela companhia, mas pelos agentes recrutadores." Martin F. Murphy, op. cit., p. 17.

xível, às mudanças de calendário de produção, às disponibilidades dos fatores de produção e às flutuações dos preços no mercado internacional. Os conflitos de interesses entre "a habitação" (a "plantation") e os trabalhadores, não chegam nem a ser imaginados, já que o trabalhador agrícola não mantém relações diretas com a empresa.

Os trabalhadores empregados são, na verdade, empreiteiros dependentes de outros empreiteiros e não chegam a formar uma entidade articulada à "plantation". Dela eles não fazem parte, mais do que fazem do Corpo Legislativo, os marceneiros chamados para consertar os móveis da Câmara dos Deputados.

Estritamente falando, as "plantations" não empregam mão-de-obra agrícola. O trabalho de empreitada faz com que haja a contratação de um trabalhador independente ou de um indivíduo empregado por sua própria conta. Não se trata de um contrato de trabalho, mas de um contrato de compra e venda de produtores ou de serviços, passado entre duas entidades independentes.

Numa "plantation" não há funções de trabalho que, do ponto de vista operacional, estejam ligadas umas às outras e vinculadas a um sistema de gestão. A atividade diária do trabalhador agrícola é apenas uma sucessão descozida de tarefas diferenciadas. A renda dela derivada pode ajudar a viver, mas esta ocupação não poderia constituir um modo de vida. O trabalhador não pode fazer carreira, especializar-se e progredir no contexto da "habitação".

"A tarefa é a "soma de trabalho solicitada a cada trabalhador, diariamente, pelo número de horas que ele está acostumado a fornecer". Segundo estas testemunhas, uma tarefa necessita de cerca de seis horas de trabalho. (...) Para o corte, a tarefa é avaliada para duas pessoas: o cortador e a amarradora*. 1 tarefa: 20 pilhas de 25 pacotes de 10 pedaços com 1 metro, o que equivale a, aproximadamente, 2.500-3.000kg de cana-de-açúcar". (15)

A duração do trabalho é mascarada sob o produto a fornecer, o

*N.T. A palavra "amarreuse", neologismo do autor, só existe em sua forma verbal "amarrear", mas pôde ser traduzida por existir na língua portuguesa.

(15) Cécile Celma, op. cit., p. 181.

que dá lugar a toda espécie de maquinações altamente propícias à concorrência monopolista (16). Celma nota, a respeito da greve ocorrida em Bassignac, em fevereiro de 1923:

"As espécies de cana dos tipos 3000 H 12 e a Big Tana são muito duras para cortar. A experiência provou que os cortadores não acabavam sua tarefa antes das 17 horas, enquanto que antes eles haviam terminado desde as 14 horas". (17)

O "contrato de trabalho", escamoteando o tempo gasto pelo trabalhador, leva em primeiro lugar à mercadoria produzida. A remuneração não tem, então, relação com a substituição das energias gastas durante o trabalho, do mesmo modo que os benefícios de um empresário não têm nada a ver com a duração de sua atividade profissional. A soma das rendas do trabalhador agrícola não chega nem a lhe permitir que reproduza suas condições de vida e as de sua família.

Se o empregador pagava um salário por um lapso de tempo determinado, ele deveria levar necessariamente em conta o nível de vida de seu empregado, já que a produtividade é uma função deste nível de vida (nutrição e educação compreendidas). Quando o trabalhador é pago por empreitada e não por dia, sua fome é da alçada das considerações morais e não econômicas: ela é então sem interesse para o empreiteiro. Ao trabalhador que deseje ganhar mais por unidade de tempo, resta-lhe se fazer ajudar pelos seus próximos, como é nota-

(16) "Qualquer que fosse a sua categoria, os trabalhadores eram cada vez mais explorados, devido ao próprio aumento do volume das tarefas que eles precisavam executar. No que dizia respeito à avaliação da tarefa, eles não tinham voz e só o supervisor estava habilitado a decidir sobre sua boa execução. Quando o supervisor não ficava satisfeito, ele segurava ou 'suspendia' o pagamento a ser feito ao trabalhador. Pela quantidade de afrontas expressas pelos velhos trabalhadores que sobreviveram às diversas formas de emprego praticadas nas propriedades agrícolas, nenhum é evocado com mais frequência nem com maior emoção do que o anúncio da 'suspensão' de seu pagamento semanal, no momento em que eles se aproximavam da mesa utilizada a esse fim." W. Rodney, op. cit., p. 58. Os engajados da Guiana Inglesa sofreram muitíssimo com a capacidade que tinha o plantador de jogar com a duração do trabalho. Ibid., p. 42.

(17) Cecile Celma, op. cit., p. 199.

damente o caso do emprego das mulheres e das crianças. (18)

Em consequência, o mínimo vital, a saber, o teto de remuneração que pode aceitar um trabalhador, não é um dado que intervenha no estabelecimento das remunerações ou, mais exatamente, nos preços das mercadorias obtidas pelo trabalho. O trabalhador empregado por empreitada pode, então, morrer de fome sem que o empregador tenha que se preocupar com isso.

A institucionalização desta forma de emprego teve duas consequências: a pobreza dos trabalhadores agrícolas e a falência de empresas, tão rentáveis quanto as plantações. Voltaremos ainda sobre este último ponto.

Não existe trabalhador por empreitada que escape aos circuitos de uma agricultura camponesa fundada na parceria, ou das pequenas explorações independentes. Quando mesmo estas formas de emprego lhes são dificultadas, os trabalhadores se livram a diversas atividades marginais, o que Lambros Comitas chama de uma "multiplicidade profissional". (19)

Na ausência de um pseudo-campesinato, ou quando seus efetivos não podem ser deslocados, a valorização das plantações depende dos circuitos migratórios. A simbiose entre o trabalho de empreitada e o campesinato recria-se além das fronteiras nacionais. A situação se assemelha a do comércio dos negros, e, segundo Martin F. Murphy, ela é bem mais vantajosa para o empregador do que

(18) "Constatamos, mais uma vez, que as mulheres são as parentes pobres. São prova disso os magros salários que lhes são conferidos, em particular às amarradoras. (...) A mulher não hesita, então, em recorrer ao trabalho das crianças, a fim de melhorar seus fins-de-semana, encorajada nisso pelos patrões, comendadores ou outros administradores. As crianças trabalham, então, o mais frequentemente na cultura extensiva, nos campos de cana, na fábrica, na pesagem da cana e nas caldeiras (...) As crianças são, elas também, um elo da cadeia e contribuem para conseguir o mínimo vital para o lar". Cécile Celma, op. cit., p. 185.

(19) COMITAS, L. Occupational multiplicity in Rural Jamaica (1964) IN: COMITAS, L. e LOWENTHAL, ed. work and family life - west Indian perspectives. Anchor Press/Doubleday, 1973:163-164.

o era a outra. (20) André Corten assinala também as analogias en tre esses dois tráficos. (21)

3 - Sindicatos e política

A lógica do pagamento por empreitada decorre do modo de funcionamento original das "plantations", o qual se apoiava em um conjunto de acordos políticos, visando garantir o desenrolar dos ciclos da produção colonial. Nas possessões britânicas são as associações de "produtores" (22) que negociam preços e cotas com o governo imperial. Além de sua posição monopolista, esses "produtos" operam na base de um conhecimento ex ante do preço e do volume da produção comercializável.

Não contentes em cultivar em suas próprias "plantations", o grosso da cana moída em suas fábricas, esses "produtores" estipulam os preços das canas oferecidas pelos pequenos proprietários independentes. Salvo uma eventual ruptura das negociações com a metrópole, a única dificuldade, colocada às associações de produtores, consiste em se assegurar que os "salários" pagos aos trabalhadores agrícolas estejam de acordo com os "fatos econômicos", isto é, com a estimativa da correspondência entre a função dos trabalhadores e o cálculo do valor total da tonelada do açúcar.

O Presidente da Associação do Açúcar de Santa Lúcia diz, em janeiro de 1952:

(20) "(...) O trabalhador haitiano, empregado na indústria açucareira dominicana, é desprovido das condições de sobrevivência - até mesmo de procriação - as mais elementares. Estes trabalhadores só ocasionam, nos dias de hoje, a seus empregadores, custos relativamente mínimos, que se tratam de custos indiretos (recrutamento, habitação e serviços médicos) ou diretos (salários). O trabalhador e os substitutos que ele poderia procriar são, em favor deste sistema, fornecidos a um custo mínimo pela economia haitiana". Martin F. Murphy, op. cit., pp. 40-41.

(21) Ver nota 43 mais adiante.

(22) Trata-se, muitas vezes, de associações de exportadores que se fazem chamar de produtores.

"O produto da venda de cada tonelada de açúcar é destinado pelo produtor às quatro rubricas seguintes:

- (1) provisões
- (2) salários
- (3) despesas gerais e amortizações
- (4) lucros

Supondo que todos os produtores de açúcar das Índias Ocidentais Britânicas pratiquem o mesmo preço líquido, as despesas feitas com os itens (1) e (3) deveriam ser sensivelmente iguais em todas as colônias. Em consequência, desde que a soma destinada ao item (2) (salários por tonelada de açúcar) seja inferior à média, a que corresponde ao item (4) só pode evidentemente lhe ser superior, e vice-versa". (23)

O cálculo é então muito simples. Uma companhia espera produzir a quantidade de toneladas de açúcar que lhe foi fixada por quota. Isto feito, ela determina a superfície de suas propriedades que precisará cultivar, e o custo da produção. Dividindo o custo total pelo número de hectare a cultivar, ela obtém o custo total dos diferentes fatores necessários ao início da exploração de um hectare. A Comissão Malone observa que a indústria açucareira também pratica esse método de fixação dos "salários". (24)

Não há órgão de gestão de pessoal dentro da "habitação", e a sociedade não dispõe de instituições habilitadas em arbitrar as disputas econômicas entre as partes. A variedade de "tarefas" atribuídas aos trabalhadores independentes, só pode criar um clima de confronto, mesmo sob a direção da mais astuta administração.

(23) The Malone Commission Report, op. cit., p. 43.

(24) "A Comissão considera que a melhor ilustração da atitude dos empregados diante de seu pessoal é trazida pelos registros onde são consignadas as remunerações deles. Esses registros, que não consideram nem as remunerações nem o tempo de trabalho, dão apenas os custos relativos aos trabalhos específicos. Não queremos dizer com isso que os empregados sejam tratados dura ou cruelmente e vários foram aqueles que renderam mesmo homenagem à indulgência de certos membros do pessoal de direção. Mas esses empregados não são tratados como indivíduos que tenham uma participação real e vital para a indústria açucareira; eles não são, na verdade, outra coisa que 'itens de despesa', incalculáveis, naturalmente, mas mesmo assim apenas 'itens de despesa'. A Comissão estima que, na presente conjuntura, essa atitude é eminentemente deplorável e até perigosa". The Malone Commission Report, op. cit., § 60, p. 17.

As greves, que a "habitação" considera sabotagem, degeneram em tumulto, pois os entendimentos, de natureza política, se dão em um clima de contestação das estruturas coloniais que fixam as relações entre as categorias sociais existentes. Os conflitos remetem aos acordos que presidem a implantação do sistema econômico.

"Comparar as remunerações pagas em uma operação qualquer é ao mesmo tempo irracional e sem sentido. A única comparação válida, do ponto de vista econômico e prático, leva à remuneração que é paga à mão-de-obra por tonelada de açúcar produzido". (25)

Nessas circunstâncias, um sindicato de empresa é impensável e é dentro do vilarejo ou da comunidade inteira que nasce, na verdade, a coesão social trabalhadora. Encontram-se aí agrupamentos e redes superpostas de trabalhadores agrícolas, meeiros, camponeses, trabalhadores qualificados... A negociação trabalhadora tem, então, uma fisionomia bastante particular, que opõe os empregados - as plantações - aos empregados - a população em geral.

Daí o produto do trabalho ser apenas um parâmetro, entre vários outros. A principal preocupação da população é obter o mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador e de sua família: produtos provenientes da agricultura e rendas provenientes do trabalho por empreitada.

Walter Rodney descreve a complexidade destas negociações:

"A organização do trabalho realizado pelos aldeões (26) retira sua originalidade da existência de uma equipe de trabalho independente (...). Na Guiana Inglesa, os africanos crioulos se agruparam às brigadas de trabalho e conduziram, junto à direção, negociações com a finalidade de exercer um controle sobre os salários e também sobre as condições e a duração do trabalho. Deslocando-se de "plantation" em "plantation" para obterem melhores preços, discutindo sobre a delimitação de certas tarefas, eles lançam mão de todos os recursos possíveis, inclusive da distribuição do tempo e das necessidades dos plantadores. Os trabalhadores aldeões se esforçam, acima de tudo, para subordinarem as necessidades da "plantation" aos ritmos de vida do vilarejo. Dão mais valor a suas pequenas

(25) Testemunho trazido pela Comissão Malone, op. cit., p. 43.

(26) Na Guiana, o tipo de trabalho dos aldeões é distinto daquele dos engajados ou dos antigos engajados que residem na plantação.

plantações de legumes para consumo próprio, a suas modestas atividades de subsistências e aos lazeres, aos quais acreditam ter direito, do que ao ritmo da plantation. A não ser em caso de extrema necessidade, os aldeões nunca concluíram contratos com plantations, preferindo negociar suas remunerações no começo de cada semana de trabalho". (27)

Paralelamente, as associações voluntárias que tentam intervir na solução dos conflitos se assemelham aos sindicatos dos trabalhadores apenas no nome:

"Mais ou menos nesta época (1945), alguns jovens, inclusive eu, decidimos participar ativamente dos trabalhos de organização; começamos, quatro ou cinco pessoas, a pregar o sindicalismo nos locais de movimento". (28)

Na ausência de relações de trabalho entre "empregador" e "empregado", a solução dos conflitos será decidida através de uma negociação de ordem política, e não de uma arbitragem econômica. A partir da abolição, empregadores e empregados confiam esta solução seja ao bom senso do governador, às forças da ordem, à marinha de Sua Majestade ou ainda ao tumulto e à sabotagem. Mais uma vez, os engajados não possuem senão um poder de negociação mínimo. (29)

(27) W. Rodney, op. cit., p. 43.

(28) Testemunho relatado pela Comissão Malone, op. cit., § 18, p. 7.

(29) "Dentre os territórios que empregavam engajados, a Guiana Inglesa foi o país que mais frequentemente se sentiu culpado em recorrer às instâncias criminais para deixar prevalecer os direitos dos empregadores sobre os dos trabalhadores. (...) Em casos excepcionais, os responsáveis pela administração da justiça tomaram partido do imigrante, e os magistrados julgaram ser preferível não se solidarizarem com a posição adotada pelo sistema jurídico. (...) Tanto os administradores quanto os supervisores criticaram o juiz (Hastings Huggins) por este ter dado vereditos muito benevolentes, tais como uma multa de um dólar e custas de 72 centavos (ou uma pena de sete dias de prisão) para sancionar um dia de ausência. Como explica Huggins, tratava-se de um castigo severo, já que um engajado macho robusto raramente ganhava mais do que o salário estatutário mínimo (ou seja, 24 centavos de dólar por dia). A multa, acrescida das custas (isto é, US\$1.72) constituía então uma exação equivalente a sete dias de trabalho não retribuídos". W. Rodney, op. cit., p. 41.

Em um sistema econômico onde não se paga salário e onde as empresas produtoras se desinteressam pelas relações de trabalho, não pode existir sindicato "dentro da acepção universal do termo". (30) Os sindicatos não podem preencher sua função se não puderem participar "da política", (31) já que todas as instituições de base são postas em causa no momento de cada conflito. (32)

O exemplo da greve ocorrida em 1951, em Santa Lúcia, ilustra perfeitamente o que acabamos de dizer. O conflito começará no vilarejo de Canárias, por ocasião da campanha eleitoral conduzida por um negociante, Sr. Brown, que disputava uma cadeira no Conselho Legislativo. Os detratores do Sr. Brown observam que, já que as eleições eram feitas com base no sufrágio universal:

"este último era bastante esperto para se dar conta de que a promessa de melhores condições de trabalho poderia muito lhe ajudar a drenar sufrágios. Sua plataforma eleitoral visa, para usar suas próprias palavras, "sensibilizar as pessoas da região a uma melhoria de sua sorte através de salários mais elevados e de melhores condições de existência: melhoria de seu estatuto social e de seus modos de vida". (33)

O Sr. Brown organizara então o Sindicato dos Trabalhadores e Camponeses de Roseau e, como era de se esperar, ganhara as eleições.

É interessante notar que a força dos "sindicatos" rurais é desproporcional ao número de seus afiliados. A adesão ao "sindicato" é, geralmente, mínima. Porque ele exprime as reivindicações po

(30) Saint Lucia, Report of the Commission appointed by His Excellency the Governor to investigate the causes of the stoppage of work in the Sugar Industry during March and April 1957, the wage structure, the terms and conditions of employment and other matters relating to all the foregoing in the industry in Saint Lucia. Castries, § 13, p. 5. Para simplificar, diremos: o Relatório da Comissão Jackson.

(31) Relatório da Comissão Malone, op. cit., § 18, p. 7.

(32) Este assunto é tratado em diversos textos citados na presente obra. Ver também Richard Hart, "Trade Unionism in the English-Speaking Caribbean: The Formative Years and the Caribbean Labour Congress", in Susan Craig, ed., op. cit., pp. 59-96.

(33) Relatório da Comissão Malone, op. cit., § 26, p. 8.

pulares, o sindicato mobiliza toda a comunidade e a representa diante da exploração agrícola.

De mais a mais, as próprias pressões do sistema político criam condições particularmente propícias à intervenção de líderes de o rigem urbana. Os dirigentes devem, efetivamente, ter experiência suficiente para poderem intervir junto às instituições do sistema global.

Retomamos, desta forma, tanto a primeira dicotomia blan-nèg quanto a inserção particular dos libertados no sistema de negocia ções sociais. As melhorias são negociadas por descendentes de li bertados, que raramente possuem alguma experiência de trabalho ma nual agrícola.

Com o surgimento do sufrágio universal, a situação econômi ca das "plantations" torna-se intolerável nos países dotados de governos representativos.

"A campanha político-sindicalista feita pelo Sr. Brown no Va le de Roseau não deixara, desde o início, de preocupar os membros da Associação Açucareira, os quais, contudo, se de ram conta que não lhes restava outra alternativa, senão se preparem para abandonar a indústria." (34)

Fortalecidos pelo apoio da massa dos trabalhadores, os líde res (urbanos) dos sindicatos rurais tornam-se interlocutores pri vilegiados dos poderes responsáveis pela organização do sistema econômico colonial. Assim, nascem muitos partidos trabalhistas ou socialistas no Caribe. (35) Por ocasião d: promulgação do sufrá gio universal - em 1951 para o Caribe submetido à Inglaterra - , a força destes partidos torna-se incontrolável. Eles progridem em direção à autonomia administrativa (self-government) no Commonwealth caribenho e, nos territórios sob tutela francesa, obtêm importan tes melhorias dos níveis de vida da população.

(34) Testemunho registrado no Relatório da Comissão Malone, op. cit., § 55, p. 16.

(35) Com relação à Jamaica, podemos ler: "Os camponeses, que tam bém eram trabalhadores assalariados, criaram, desde os anos 30, uma tradição de militância que deu origem ao sistema de partido emanado do movimento sindicalista". Terry Lacey - Vio lence and Politics in Jamaica 1960-70. Frank Cass and Co., 1977, p. 24.

4 - Migração e crioulização

O novo livre - tal como o define uma sociedade de ontem, ainda escravagista - é um trabalhador: (1) desprovido de qualquer meio de produção, além daquele de utilidade marginal; (2) mantido à margem do mercado de trabalho; (3) que não possui acesso às instituições e decisões políticas que denunciem a organização de um mercado de trabalho.

Da emancipação até o final do século XIX, o trabalho caribenh (assim como o capital) circula, primeiramente, em escala mundial em favor da chegada de engajados provenientes, em sua maioria, do sudeste asiático. (36) Não podemos também deixar de mencionar os africanos libertados dos navios negreiros que, em Santa Lúcia, por exemplo, constituem, juntamente com os engajados indianos, 10% da população.

A partir do final do século XIX, a mão-de-obra se desloca es tritamente na região caribenha, e, em seguida, dentro da Bacia do Mar do Caribe. Longe de ser único e restrito a este período da história, tal fenômeno é ainda bastante difundido e reveste dolorosa atualidade.

As economias de "plantation" que vimos surgir recentemente em Cuba, na República Dominicana, em Porto Rico e na América Central notadamente, retomam, todas elas, a mesma fórmula. (37) Elas se apoiam em trabalhadores migrantes nacionais e em imigrantes que, em suas novas pátrias, passam a conhecer a sorte imposta aos indianos, chineses e javaneses na Guiana, em Trinidad, no Suriname ou na Jamaica.

(36) "Enquanto muitos trabalhadores vinham da Europa e da África com contrato, a maioria dos recém-imigrados vinham da Ásia. Mais de 135.000 chineses, cerca de um milhão de indianos e mais de 33.000 javaneses chegaram, assim, nas Caraíbas". Sidney W. Mintz, "Caribbean Nationhood in Anthropological Perspective". in Caribbean Integration, Papers on Social, Political and Economic Integration, Ed. Sybil Lewis e Thomas G. Mathews, Rio Piedras, University of Puerto Rico, 1967 (Third Caribbean Scholars' Conference, Georgetown, Guyana, April 4-9, 1966), p. 151.

(37) Manuel Moreno Fraginals, op. cit., p. 6.

Ainda não foi feito um estudo acerca da incidência destes movimentos migratórios sobre as sociedades receptoras. Não obstante, uma coisa é certa: neste tipo de sociedade, o trabalho não circula mais do que o capital. (38)

Isto vem explicar que a renda de um trabalhador haitiano empregado na República Dominicana não é comparável aos salários pagos aos dominicanos (ou, mais precisamente, àqueles, entre eles, que não são de origem haitiana). O Estado impõe um sistema legal que regulamenta a utilização dos dois fatores de produção, mas evita encorajar as transações que visem a harmonizar os custos destes fatores. É o próprio Estado que mina o mercado de trabalho.

De acordo com sua importância, as migrações dos novos livres, destinados a assegurar o bom funcionamento das economias de plantação nos séculos XIX e XX, exigem uma nova visão dos sistemas culturais e institucionais que organizam a vida quotidiana. Ao contrário das plantations escravagistas, cuja exploração exigia uma criouliização da mão-de-obra imigrada, a plantation dos séculos XIX e XX prefere utilizar indivíduos que, no tempo do tráfico de negros, teriam sido chamados de "bossales". Com a aquiescência dos plantadores e das autoridades coloniais, estes novos "bossales" tornam-se a salvação do sistema de plantação.

À primeira vista, os imigrantes indianos são mais úteis à plantação do que os crioulos de origem africana; em seguida, os novos recrutados, mesmo indianos, são mais bem cotados do que os criouliizados.

Esta descoberta de W. Rodney cria uma dificuldade insuperável aos teóricos da criouliização, obrigando-os a redefinir o conceito de cultura e o termo criouliização. Durante mais de um século, a criouliização atravancou o desenvolvimento da "plantation".

"Estando os recém-chegados nas plantations mais maleáveis

(38) "A terra (...) não é fundamentalmente um capital. Ela é vendida e comprada em razão das necessidades de uma gestão orçamentária, mais em função das necessidades do que em função de um capital". CORTEN, André, Port au sucre, prolétariat et prolétarisations, Haïti et République Dominicaine. Québec, Les Editions du Cidihca, 1986, p. 101.

dos trabalhadores, os plantadores encorajaram a drenagem contínua de imigrantes indianos. A chegada em massa de novos imigrantes de 1877 a 1881 deve, sem dúvida, ter tido um efeito relativamente dissuasivo para as lutas nas quais se empenharam os trabalhadores mais endurecidos. Cada vez que recém-chegados participavam de uma greve ou de um motim, os administradores minimizavam deliberadamente seu empenho, atribuindo-o à inexperiência. Do mesmo modo, os imigrados mais antigos eram acusados de desviarem seus compatriotas recém-chegados. Quanto aos magistrados, estes se empenhavam sistematicamente em fazer crer que um trabalhador, chegado há alguns meses, não poderia protestar violentamente sem que pessoas desonestas mais experientes os tivessem convencido. Os novos, que tomavam parte dos levantes, se beneficiavam da indulgência dos tribunais e, às vezes, nem mesmo eram levados para a Justiça". (39)

Temos aí um dos traços mais gritantes da exploração dos trabalhadores haitianos na República Dominicana. Em seu estudo sobre o capitalismo e a população excedente de São Domingos, Isis Duarte concorda com a maneira de ver de Rodney. Para sustentar seus dizeres, ela cita, de maneira bastante judiciosa, o historiador Roberto Cass:

"(...) Apenas salários muito baixos podiam garantir uma produção rentável às plantações. (...) A inferioridade destes salários com relação às rendas percebidas, em regra geral, sobre as pequenas explorações de terra explica, em larga escala, a forte proporção de trabalhadores estrangeiros que, nas empresas agrícolas capitalistas, exerciam tarefas que os ocupavam em tempo integral ou durante a maior parte do ano...". (40)

Para grande satisfação do Consejo Estatal del Azúcar (CEA) da República Dominicana, o governo da República do Haiti combate a "crioulização" dos engajados de última hora. Negociando em nome deles e sem a sua participação, ele interdita aos trabalhadores de tirarem proveito das lições de experiência para negociarem suas condições de vida. A esta respeito, Murphy afirma que o anba fil (trabalhador que atravessa a fronteira fraudulentamente) defende melhor seus interesses do que o bracero (trabalhador legalmente

(39) Walter Rodney, op. cit., p. 155.

(40) CASS, Roberto. Acerca del surgimiento de relaciones capitalistas de producción en la República Dominicana. Thèse (Licence). Université Autonome de Saint Domingue, apud DUARTE, Isis. Capitalismo y super-población en Santo Domingo. Cudia, 1980. p. 129.

empregado). (41)

O papel que a criouliização desempenhou no século XIX, período em que esta foi uma condição necessária para a contestação, esclarece o significado que teve no século XVIII. Para se compreender como um indivíduo, que ignora tudo sobre as normas de uma sociedade de plantação determinada, torna-se mais útil do que o crioulo e o criouliizado, é necessário fazer uma análise conjunta dos esquemas culturais e das relações sociais entre agrupamentos de indivíduos. Uma leitura paralela de Duarte e de Rodney mostra que a Guiana e a República Dominicana, por exemplo, possuem mais pontos em comum do que poderíamos imaginar à primeira vista.

Nos séculos XIX e XX, estes agrupamentos emergem de duas categorias sociais: o plantador, que representa o fator capital, e o novo livre, que representa o fator trabalho. Ao contrário do que ocorria durante a escravidão, os novos livres estão em condições de se agrupar para defenderem de qualquer jeito seus interesses. Nestas circunstâncias, o plantador considera o período de seasoning como sendo a etapa mais produtiva da vida do trabalhador migratório, a etapa em que este ainda não sabe se defender contra os abusos.

A plantação se mantém, renovando sem parar a necessidade de criouliização. Ela não pretende criouliizar ninguém.

5 - A reprodução dos bossales

A primeira tentativa de explicação para os comportamentos das

(41) "Seja como for, o anba fil (aquele que, habilmente, atravessa a fronteira passando pelos arames farpados) tende, porque aprendeu, nos bateys e nos canaviais, a manipular os sistemas existentes, a melhor defender e garantir seus interesses do que o bracero. Na maioria das vezes, notadamente na região leste, ele consegue moradia um pouco melhor, ainda que, como todos os habitantes dos bateyes, não disponha de água potável e de instalações sanitárias adequadas e seja vítima das formas de super-exploração, em uso na indústria açucareira". Martín F. Murphy, op. cit., p. 31.

populações caribenhas em função de sua participação em uma cultura crioula, fortemente marcada pela Europa, remonta ao período de descolonização. Ela se apóia na garantia das elites intelectuais que tomam as rédeas dos sindicatos operários e, através disso, as dos governos. A familiaridade destas elites com as instituições oficiais explica o papel por elas exercido, da mesma forma que explica porque seu estatuto e suas funções se inscrevem entre os objetivos do sistema social global.

Tratando-se de descolonização, a contestação tem por objeto a dicotomia nèg-blanc sem, nem por isto, ultrapassar as categorias secundárias kréol-bossal. Para alguns, os novos livres são desprovidos de educação escolar; para outros, não têm educação política.

Dentro dessa perspectiva, as virtudes do crioulo, confundidas com as do libertado, tornam-se o paradigma da sociedade caribenha, já que os engajados tradicionais (indianos, chineses, javaneses) são a única categoria que desmente a homogeneidade da cultura crioula, concebida como uma cultura européia modificada para "responder às circunstâncias locais".

A questão fica clara ao compararmos a Guiana e a República Dominicana, sem nos deixar cair na armadilha das palavras. Da mesma forma que a cultura "crioula meio-saxônica, meio-africana" da Guiana não consegue assimilar os engajados tradicionais originários da Índia, a cultura "crioula de coloração latina" da República Dominicana não pode absorver os novos engajados (vindos sobretudo do Haiti). Os haitianos nunca serão crioulos dominicanos, assim como os East Indians crioulos da Guiana.

O conjunto dos novos "engajados" e as populações camponesas minimizadas são despojados de sua idiossincrasia cultural, dentro da qual não vemos mais do que simples resíduos ou sobrevivências africanas. Sua pele negra é levada a fator de homogeneidade. Fala-se de "raça" e de "classe" em um contexto cultural cuja variedade apenas reproduz as diferenças entre as diversas potências metropolitanas. E o embranquecimento, de uma forma ou de outra, pa-

rece ser o destino de todo o Caribe. (42)

Uma vez passada a euforia pela ascendência à independência, e esgotadas as estratégias de desenvolvimento, então organizadas, de vemos agora levantar outras questões e esquecer, pouco a pouco, as teorias da criouliização.

As análises mencionadas anteriormente testemunham a permanência das instituições oficiais que enquadram a vida quotidiana antes e depois da emancipação geral dos escravos. Diante da situação atual da mão-de-obra nas plantações dominicanas, André Corten afirma:

"A migração dos trabalhadores haitianos para a República Dominicana muito se assemelha ao comércio e transporte negreiro de outrora. Ela constitui (...) um verdadeiro tráfico negreiro. (...) O tráfico negreiro (...) marca a interpenetração profunda do econômico e do político nas relações capitalistas regressivas". (43)

Sobre as condições de vida dos trabalhadores haitianos na República dominicana:

"O autor (M.F. Murphy) sustenta que o estatuto reservado ao trabalhador haitiano na República dominicana não é a escravidão, precisando, entretanto, que suas condições de vida e de trabalho são piores do que as condições estabelecidas pelos sistemas escravagistas das plantations caribenhas de antigamente". (44)

Tendo em vista as mudanças - impostas pelo exterior - enfrentadas pelas categorias sociais de base e pelos mecanismos de negociações dos contratos de trabalho, a continuidade e atualização

(42) "Sob os ângulos cultural e social, a organização crioula cor respondia a uma graduação hierárquica de elementos europeus e africanos, grosseiramente visualizados segundo uma sucessão de cores que iam do negro ao branco. Para se incorporarem com eficácia a este sistema, os imigrantes (vindos da Índia) deviam se iniciar à vida crioula. A categoria que ocupavam dentro da hierarquia social dependia de sua facilidade de assimilação dos esquemas culturais europeus". WINFORD, Donald, "'Creole' culture and language in Trinidad: a socio-historical sketch". Caribbean Studies, 15(3): 32.

(43) André Corten, op. cit., p. 104 e 107.

(44) Martin F. Murphy, op. cit., p. 40.

das instituições coloniais subsistem. Mas é sobretudo o esforço oferecido para a adaptação dos progressos culturais metropolitanos ao entorno colonial que permanece sem mudança. Convém, entretanto, reconhecer que este esforço por adaptação não faz parte do conjunto da população caribenha.

A organização da vida quotidiana das populações do Caribe não poderia então ser concebida como uma versão tropical da cultura europeia. O Estado, poderíamos talvez dizer, aspira integrar a massa à cultura dita crioula e embranquecê-la. Mas esta ideologia oficial - sem dúvida compartilhada por vastos setores da população - nunca deu lugar à adoção de medidas eficazes.

A agricultura de exportação, incentivada pelos Estados do Caribe, não visa a assegurar a reprodução da população das ilhas, como também não visa uma melhoria de seus níveis de vida e uma integração mais estreita a uma cultura europeia modificada, a cultura crioula. Para que isto seja convincente, basta lembrarmos a evolução dos "salários pagos ao dia" durante cerca de um século. (45)

Não se pode conceber uma sociedade na qual a remuneração dos trabalhadores empregados pelas empresas principais não assegure o mínimo necessário à sobrevivência e onde o Estado se esforça, sub-repticiamente, por difundir as normas e valores chamados a administrar a utilização deste mínimo; uma sociedade na qual o Estado não se preocupa em homogeneizar os modos de vida privada, e aplica uma única e mesma política cultural a toda população.

Os esforços do Estado vão, decididamente, de encontro à criação. Depois da emancipação geral, a "plantation" não pode funcionar senão freando este processo ou anulando seus efeitos através da drenagem de imigrantes, isto é, de novos bossales. Privilegiando certas relações sociais ligadas ao trabalho por empreitada, as autoridades locais contribuem, implicitamente, para o analfabetismo, a desnutrição, deploráveis condições sanitárias e

(45) Em Santa Lúcia, foi estabelecido que os salários permaneceriam os mesmos de 1840 a 1930. Ver JESSE, C, Outlines of St. Lucia's history, 2. ed. S.L., St. Lucia Archeological and Historical Society, 1964. p. 44.

de moradia, bem como para a ignorância das regras do jogo dos fatores propícios ao desenvolvimento da agricultura de plantação.

A exemplo de seus predecessores que se negavam a esquecer sua distante Índia, os migrantes (novos engajados) dão prova de uma lealdade cada vez maior, em relação a sua pátria ou a sua cultura de origem à medida que dela se distanciavam. Para se protegerem, eles afirmam sua marginalidade, sua bossalité, e criam entaves étnicos que são ignorados pelas autoridades políticas e pelos partidos de oposição, tanto de seus países de origem quanto das sociedades receptoras. Encontram-se, daí, à mercê das sociedades transnacionais e dos plantadores crioulos, o que lhes vale o desprezo das classes trabalhadoras locais.

Um estudo comparativo das relações de trabalho que mantinham ou que ainda mantêm os jamaicanos e haitianos em Cuba, os cocolos e haitianos na República Dominicana, os emigrados de São Vicente e de Granada em Barbados ou em Trinidad, bem como os trabalhadores originários das Caraíbas ditas de língua inglesa no Panamá, em Honduras, na Nicarágua ou em Costa Rica, confirmaria plenamente as observações feitas por Rodney a respeito dos trabalhadores da Guiana. Quanto às antigas colônias da Inglaterra, um artigo de Dawn I. Marshal ressalta a amplitude dos movimentos migratórios que, ao longo de um dos períodos considerados, provoca uma queda da população da maioria destes territórios. (46) Neste mesmo arti

(46) "De 1885 a 1920, os caribenhos conheceram um êxodo considerável. Segundo as estimativas, as Caraíbas de língua inglesa registraram então uma perda de 130.000 indivíduos, jamaicanos e barbadianos, em sua maioria. Todas as ilhas, com exceção da Jamaica e de Trinidad, viram diminuir sua população masculina ativa, assim como toda a população. Os dados estatísticos, a seguir, dão uma idéia da importância destes movimentos migratórios. De 1902 a 1932, 121.000 jamaicanos saíram para trabalhar nos canaviais cubanos, fluxo que, em 1930, deixou de existir não sem violência e repatriamento forçado. Por sua vez, 60.000 barbadianos abandonaram, de 1904 a 1914, sua ilha rumo ao Panamá. Ainda que as estimativas difiram quanto ao número de habitantes das Índias Ocidentais emigrados para os Estados Unidos durante o mesmo período, elas nunca chegam a menos de 46.000 indivíduos. Uma delas, relativa apenas aos jamaicanos, indica até mesmo 44.000 pessoas". MARSHALL, Dawn I. "The history of Caribbean migration, the case of the West Indies". Caribbean Review. 11(1): 8, 1982.

go, o leitor encontra a analogia existente entre as negociações que plantadores e trabalhadores agrícolas conduzem em escala regional e a situação que Rodney havia observado na Guiana.

Um estudo comparativo da composição da mão-de-obra na região permite destacar vários pontos: preferência das sociedades agro-exportadoras pelos trabalhadores mantidos à margem dos sistemas políticos, onde são decididas as condições de trabalho; razões e incidência das medidas discriminatórias aplicadas aos trabalhadores emigrados; círculo vicioso no qual os trabalhadores agrícolas migrantes, aos quais é recusada qualquer possibilidade de integração nas sociedades receptoras, se encontram presos, agravando a marginalização da mão-de-obra nacional, beneficiando apenas aos plantadores e às companhias agro-industriais; perpetuação, através das medidas discriminatórias aplicadas aos novos engajados (todos de raça negra), de uma certa cultura européia, presumivelmente desaparecida.

O trabalhador agrícola ainda não goza, no Caribe, dos direitos civis e políticos conquistados pelas classes trabalhadoras européias do século XIX. Seria divulgando e colocando em prática estes direitos que, para chamar a atenção, deveria se dar o processo de criouliização. Sem proteção real, o grosso da população se reproduz e se multiplica fora dos sistemas econômico e cultural dominantes e a despeito das políticas oficiais. Esta demarcação do sistema dominante é o que convenciamos chamar de contra-plan-tation.

6 - Novos livres e impasse político

O colonialismo não é outra coisa senão a superposição da marginalidade econômica e da marginalidade política das populações colonizadas. O estado colonial estabelece os modos de distribuição do único meio de produção disponível: a terra. Mas o monopólio, ou, mais precisamente, a concessão que ele assegura aos plan

tadores desordena todos os princípios de uma economia de mercado. A proliferação das atividades remuneradas por tarefa testemunha uma busca desesperada de opções de sobrevivência dentro de um quadro institucional imposto de fora.

A plantação nunca pode sustentar uma concorrência prolongada com as empresas que, em razão das relações de trabalho prevalentes, procuram, sem parar, a melhoria de suas técnicas e das qualificações - portanto o nível de vida - de seus empregados. A sobrevivência da 'plantation' está ligada ao sistema colonial. Ao pressionar os novos libertados a atividades econômicas marginais, a instituição que os emprega se condena a desaparecer.

Incapaz de assegurar, como nos melhores tempos do tráfico de negros, uma oferta elástica de mão-de-obra, e incapaz de retirar qualquer possibilidade de negociação ao trabalhador, o Estado colonial provoca uma superabundância de efetivos e destrói as relações de trabalho pelo fracionamento dos produtos do trabalho árduo e pela imposição de uma concorrência monopolista. Tendo que ser investido em atividades marginais, o trabalho perde todo valor econômico.

Para se compreender bem uma situação colonial, é preciso preservar-se das ambigüidades lingüísticas que obscurecem as relações quotidianas. Para regulamentar a vida social caribenha, as instituições oficiais recorrem a conceitos elaborados nas metrópoles. Os analistas das sociedades caribenhas utilizam, geralmente, estes mesmos conceitos e consideram os fenômenos sociais locais como aproximações dos fenômenos metropolitanos. Desta forma, na área de produção econômica, fala-se de monopólios, contratos de trabalho, jornadas de trabalho, salários, greves, sindicatos, etc, mesmo em sua ausência.

Examinando o modo de utilização da mão-de-obra que prevalece depois da abolição da escravatura, descobrimos que as sociedades caribenhas diferem do modelo metropolitano. Antes da emancipação, apenas um ator econômico possui trabalho e capital, e os intercâmbios econômicos são desconhecidos. As categorias sociais

fundamentais - plantadores e escravos - se definem no nível das estruturas políticas.

Depois da emancipação, e por decisão unilateral das metrópoles, a propriedade do capital é separada da do trabalho. Os atos econômicos pertencem às categorias sociais de base que, daí em diante, passam a duas: a dos novos livres e a dos plantadores. Diversos tipos de novos livres existem, mas todos mantêm a mesma relação com o capital.

Os novos livres produzem em parcelas marginais que lhes pertencem, ou que lhes são alugadas, ou ainda em propriedades dos próprios plantadores. As matérias-primas são reunidas na fábrica, transformadas e, em seguida, vendidas no mercado internacional.

Em regra geral, é somente após o estabelecimento do valor total de venda do produto a ser exportado que o custo das matérias-primas será fixado e que os produtores serão ressarcidos. O esforço realizado para se produzir as matérias-primas ou o tempo que a ele é consagrado não é objeto de regulamentação alguma ou de negociação institucionalizada.

Sendo as relações - ou a ausência de relações - entre plantadores e novos livres afiançadas pelo Estado colonial, os agrupamentos de indivíduos e as associações voluntárias cobram constantemente dos poderes públicos a salvaguarda de seus privilégios e de seus direitos ou o arbítrio de suas contestações. O laço existente entre os "sindicatos" de trabalhadores agrícolas e os partidos políticos repõe as negociações entre capital e trabalho dentro do contexto apropriado, isto é, dentro do âmbito do colonialismo (da dicotomia blan-nèg).

A negociação "operária" não pode ser separada das lutas de liberação nacional. Se obtiver êxito, ela assina a condenação de morte da plantação. Os produtores de açúcar entram em falência e a cana é substituída pela banana, alimento que se acomoda melhor à pequena exploração camponesa.

Este tipo de negociação, que põe em questão todo o sistema institucional, supõe dirigentes com uma visão ou experiência so-

cial mais aprofundada do que os operários e trabalhadores agrícolas. A população de novos livres não controla, portanto, todas as repercussões dos movimentos de reivindicação, e os líderes possuem uma margem de autonomia considerável.

O menosprezo voltado ao novo livre, elemento-chave da mão-de-obra caribenha, e os preconceitos que impedem a compreensão da lógica de sua reprodução, derivam dos cortes seculares que separaram as redes de agrupamentos de indivíduos que pertencem às categorias dominantes e dominadas. O sistema de "plantation", anulando ou, na melhor das hipóteses, expulsando seus recursos humanos, livra-os, ao mesmo tempo, de um entendimento com os seus administradores.

ABSTRACT

The New Freedmen

This article analyses the social, economic and political insertion of a new social category, the "new freedmen". Originally used to designate any individual freed by emancipatory decrees in the Caribbean, the expression here indicates a part of the work force, dislocated from one productive system to another, within the context not only of Caribbean social structures but also of Caribbean insertion in world economy.

RESUME

Les Nouveaux Libres

L'article analyse l'insertion sociale, économique et politique d'une nouvelle catégorie sociale, appelée "nouveaux libres". Utilisée à l'origine pour désigner tout individu libéré sur les décrets d'émancipation, l'expression indique ici une partie de la force de travail disloquée d'un système productif à un autre, prenant en considération non seulement les structures sociales des Caraïbes mais aussi l'insertion de ces pays dans l'économie mondiale.

EMPREGO PÚBLICO E CLIENTELISMO

Martine Droulers(*)

RESUMO

O clientelismo é examinado não como resquício do passado em vias de extinção, mas antes como traço próprio de nossa modernidade, desempenhando funções diversas, entre elas: resposta à disfunção de mercado (dito de regulação social) e ajuste político. Passa-se, assim, no clientelismo moderno, de uma situação de subordinação pessoal, nascida da dependência econômica, para uma situação de intermediação no acesso aos recursos do Estado. São utilizados os exemplos da França e do Brasil.

Clientelismo não é um termo utilizado correntemente em ciências sociais, a não ser em sociologia política. No entanto, a relação de clientela já há muito que é estudada pelos historiadores e etnólogos, mas nem por isso pertence ao passado, parece, ao contrário, ser uma constante que assume formas específicas segundo as condições sociais e políticas dos países e das regiões. Estranho silêncio para uma prática tão difundida.

Tentaremos desvendar manifestações de clientelismo das socie-

(*) Geógrafa, professora do Instituto des Hautes Études de l'Amérique Latine e pesquisadora do CNRS. Tradução de Liliâne Jacqueline Rebelo Horta.

dades francesa e brasileira guardando todavia a preocupação de abordar o tema como um mecanismo de recomposição social. Será estudado, essencialmente, através de sua ligação com o acesso a um emprego público, isto é, através da análise dos determinantes da relação patrão/cliente no acesso a um emprego no serviço público. Isso, no atual contexto de democratização, no caso do Brasil, e de descentralização, no caso da França. Nessa evolução para uma maior transparência político-administrativa, as relações do tipo cliente listas são, muitas vezes, rejeitadas por serem consideradas arcaicas. Entretanto, elas estão estreitamente imbricadas nas instituições e a tal ponto enraizadas nos comportamentos que elas se infiltram nas malhas da burocracia formal implantada, e diga-se de passagem, de maneira eficaz.

Até numa sociedade como a brasileira que sempre distribuiu empregos públicos para que uma elite pudesse assentar o seu poder político, a relação de clientelismo exprime mais do que uma simples relação de dependência e de domínio, ela é antes de tudo uma relação de troca que regula as relações sociais. O patrão fornece um emprego, e o cliente lhe trará a sua ajuda no momento das eleições ficando ainda à sua disposição. Não se trata, pois, de uma relação de exploração, nem mesmo de troca desigual, porque tanto o patrão quanto o cliente encontram, nessa relação, alguma vantagem e, assim, ela acaba sendo considerada legítima.

1 - O Clientelismo como resposta à disfunção do mercado de trabalho

No Brasil contemporâneo, e mais especialmente no Nordeste onde a economia debilitada aumenta os fenômenos de clientelismo, os serviços públicos representam o empregador mais importante. O sistema de distribuição dos empregos, chamado de "empreguismo" e caracterizado pelo fato de empregar membros da família ou pessoas com as quais se tenha algum parentesco em cargos públicos e sobre os

quais quem emprega possui um certo poder, é o grande devorador dos minguados orçamentos dos estados nordestinos. E, como enfatizou Roberto Magalhães, Governador de Pernambuco de 1982 a 1986, "não adiantaria nada aumentar as receitas dos estados, se os governadores, oprimidos pela política e pela miséria, continuassem a distribuir empregos públicos". É, pois, uma tradição que, em época de recessão, assume formas um pouco mais clandestinas.

2.1 - O Clientelismo prestando socorro ao emprego

A Universidade Federal da Paraíba-UFPb -, criada em 1956, federalizada em 1961, se constitui no polo da vida cultural de um estado que se situa entre os mais pobres e menos industrializados do Nordeste onde a administração pública funciona como uma fonte essencial de empregos, atingindo 50% do emprego formal.

A UFPb foi palco de um ritmo de crescimento extremamente rápido, no fim dos anos 70, período que corresponde à gestão do reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, administrador dinâmico, "com trânsito livre" em Brasília (tinha sido nomeado pelo Ministro Ney Braga) que deu um impulso decisivo à UFPb conseguindo dotá-la com o segundo maior orçamento das universidades federais brasileiras.

Observa-se, primeiramente, um crescimento notável do corpo docente que vai triplicar em cinco anos, passando de 987 em 1975, a 2775 professores em 1980. O número de estudantes, entretanto, apenas duplicava passando de 10.000 a 21.000. A relação professor/aluno que era de 10,5 em 1975, passaria a 7,5. A partir de 1981, observa-se, entretanto, uma estabilização tanto do corpo docente quanto do efetivo de alunos. (1)

Já não ocorria o mesmo em relação ao crescimento mais notável

(1) Em 1986, a UFPb contava com 73 departamentos, 50 programas de pós-graduação e numerosos laboratórios distribuídos geograficamente em 7 campi: João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Souza e Cajazeiras.

ainda do pessoal técnico-administrativo, e cujo princípio de recrutamento era de natureza mais clientelista que o dos professores, os quais eram submetidos à obrigação do concurso e de modo incontornável, depois de 1980. A progressão desse pessoal técnico tinha sido mais lenta até 1976, apenas o acréscimo de uma centena a cada ano. Mas, como as outras categorias, bruscamente, o seu crescimento acelerou-se durante a administração do reitor Lynaldo Cavalcanti, passando de 1600 a mais de 4.000 funcionários. Diferentemente do corpo docente, esse crescimento continuou atingindo 7244 funcionários em 1987, na época em que todas as universidades federais se ressentiam dos efeitos da crise e não mais se expandiam.

Evolução dos Efetivos da Universidade Federal da Paraíba

ANO	PROFESSORES	PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	ESTUDANTES
1970	680	1076	5620
1975	987	1489	10389
1976	1230	1647	11492
1977	1761	1745	14717
1978	2207	2459	16714
1979	2686	3360	20267
1980	2773	4068	22194
1981	2781	4650	21880
1982	3028	5283	22303
1983	3266	5431	22200
1984	2991	5750	22519
1985	3008	6203	21161
1986	3023	6138	21050

FONTE: Dados Básicos da UFPb.

Foi particularmente o acesso ao emprego por parte dessa categoria de pessoal que nos chamou a atenção e que nos faz pensar que, assumindo o lugar dos recursos públicos ou melhor reorganizando-os, pois o Estado recusa criar novos empregos públicos, a prática do clientelismo de recrutamento tem um papel de ajuste. Essa prática contribui no aumento do número de empregos (em resposta a uma certa disfunção do mercado de trabalho), mas quase que clandestinamente, e isso se percebe nas estatísticas: os documentos oficiais destinados ao Ministério da Educação publicam, para a

UFPb, 6200 funcionários técnico-administrativos, enquanto que a folha de pagamento registra apenas 1.000 a mais.

Ninguém quis ou soube elucidar essa diferença. Um outro problema é a qualificação e a adequação dos funcionários: 20% do pessoal técnico-administrativo recebe a denominação de "auxiliar de serviços gerais" e um terço deles são analfabetos. A Universidade está começando um curso de alfabetização, assim como cursos de formação profissional para 1350 funcionários do Hospital da Universidade. Esta categoria de pessoal recebe entre 1 e 2 salários mínimos, embora tenha acesso a moradia em conjunto habitacional e outras vantagens estabelecidas no contrato de trabalho. A outra categoria numerosa é a dos agentes administrativos, 25% do total. A maioria descaracterizada como agentes de formação superior e outros sem primário completo. Surgem agora as questões da regularização e do salário, que podem ser solucionadas pelo apadrinhamento ou pelas greves.

Assim, quando os recursos públicos diminuem, o clientelismo assume, de algum modo, um papel de regulador no mercado de trabalho.

A nível de recrutamento, todos os meios são implementados para contornar a obrigação do concurso público que o peso e a lentidão administrativos tornam, aliás, muito excepcional. A lógica do recrutamento não parece, pois, ser a da gestão ótima dos serviços mais sim muito mais uma resposta a uma forte demanda social local. Será uma prática de recrutamento em liquidação? Frequentemente, ela é realizada em condições precárias, mas ela assegura, pelo menos ao interessado, "um pé na instituição".

Por outro lado, internamente à Universidade, a extensão dos cargos preenchidos através do voto, reforça, por um efeito um pouco perverso, a política clientelista: para conseguir eleger-se chefe de departamento, chefe de centro, pró-reitor e finalmente reitor, os candidatos procuram votos junto às diferentes categorias de pessoal. Eles se esforçam, distribuindo favores e dando sua proteção a indivíduos e suas famílias, no intuito de facilitar o seu acesso a um emprego público. O sistema não tem limites; as redes

de clientela se cruzam entre as diversas fontes de empregos públicos existentes no estado da Paraíba: o governo estadual, as municipalidades de João Pessoa e Campina Grande, os organismos federais. E todo mundo sabe que a maioria dos funcionários públicos possui dois empregos, recebe de duas folhas de pagamento, mas raramente atende aos dois, existindo casos de sobrecarga de trabalho para uns e o hábito de faltar de outros.

O clientelismo pode desempenhar um certo papel de ajuste a nível de mercado de trabalho para o qual ele seguramente contribuiem relação à sua fluidez. Assim como a sua influência também se exerce na sociedade civil.

1.2 - Papel de regulação social

Com efeito, numa região dependente, com uma economia debilitada, onde reina uma forte instabilidade no trabalho não qualificado, os indivíduos mais estáveis, e, particularmente, aqueles que têm um emprego no setor público, entretanto, com salários baixos, montam uma estratégia de solidariedade familiar, isto é, procuram colocar seus parentes e aliados nos serviços públicos que os empregam. É assim que o clientelismo funciona, como elos de uma corrente. Nas classes populares, o indivíduo mais estável em seu trabalho aumenta seus parentescos, isto é, a sua família no sentido mais amplo, e também a sua influência na sua unidade de vizinhança.

Daí o desafio primordial da corrida para um emprego e dos meios para conseguí-lo, da importância da relação cliente/patrão cliente como se fossem elos de uma corrente, do funcionamento das redes de clientela para enfrentar a crise e do papel dos intermediários nas relações de clientela modernizadas.

Parece pois que, longe de ser uma forma arcaica e em via de desaparecimento, o clientelismo é muito mais uma resposta pragmática e constante, "um traço universal que o movimento generalizado de

burocratização moderna não poderia fazer desaparecer", como Bruno Jobert descreve e cuja função de ajuste social é inegável. Esse traço aparece mais nos sistemas políticos marcados pela centralização e dependência. No entanto, é uma prática que todos aqueles que detêm uma parcela de poder e a ele recorrem denunciam, ressentindo-a porém como uma forma pouco moderna de gestão da mão-de-obra e de assentamento político.

2 - O Clientelismo como forma de ajuste político na França e no Brasil

Essa prática considerada numa perspectiva histórica, é audaciosa, visa ampliar o campo de investigação para fazer sobressair, através dos exemplos de uma vasta literatura, as principais características do clientelismo observadas nas sociedades francesa e brasileira, por diversos pesquisadores.

2.1 - Entre o local e o nacional, fluxo e refluxo do clientelismo na França

Sobrevoando rapidamente as instituições republicanas, perceberemos manifestações do clientelismo e suas conseqüências sobre o emprego, nos serviços públicos, a nível central do poder, tanto nas grandes cidades quanto na zona rural.

A partir de 1880, na França, a República se assenta sobre os novos "notáveis", socialmente mais próximos de seus eleitores: médicos, comerciantes, funcionários. Eles estão encarregados de consolidar as idéias republicanas nas cidades e nas aldeias onde são criadas instituições decisivas: o conselho municipal eleito que escolhe o seu prefeito, a escola pública e o seu professor primário. A República considera os prefeitos como a continuidade de sua in

fluência no seio do povo, ela os convida para grandes banquetes como o da Exposição Universal de 1900, onde compareceram 20.770 dos 36.000 prefeitos com os quais contava a França. A República se apoia também nos novos funcionários, nos professores primários encarregados de insuflar os princípios de "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" no interior.

Nesse sistema dos notáveis, o poder de um notável é medido pelo volume de subvenções que ele pode obter para o seu município ou sua comunidade, pelo número de recomendações com as quais ele pode beneficiar os seus subalternos. É a implementação daquilo que podemos chamar de "democracia clientelista radical" que se reveste de aspectos particulares tanto a nível local quanto nacional.

A nível nacional, por exemplo, o Ministério da Agricultura, nas mãos dos radicais, torna-se o Ministério mais politizado da Terceira República, na medida em que os deputados ali vêm para pedir, tentando obter vantagens para suas circunscrições.

A nível local e, particularmente, na administração das grandes cidades, vê-se a instauração, segundo a expressão de J.Y. Nevers, para Toulouse, de "um modelo radical de democracia municipalista". O prefeito tranca o acesso aos recursos municipais (empregos sazonais, ticket refeição...) e mantém os vereadores numa posição de dependência pessoal. "O clientelismo político dos agentes do radicalismo (pequena e média burguesia) reproduz o clientelismo profissional do comerciante do bairro, do médico, do advogado".

Durante a Terceira República, os comportamentos políticos da França rural e da França urbana tendem a se aproximar: as cidades votam num prefeito popular (Herriot, Salengro ou Flaissières) e, assim, personalizam o seu voto, enquanto o interior adquire uma consciência política. Assim, o voto municipal, tanto na cidade quanto no interior, tende a diferenciar-se do voto legislativo e as práticas de clientelismo intervêm mais a nível local.

Mais tarde, o socialismo municipal apresentará um novo modelo de administração urbana que se apoia na instalação de um dispositi

vo de administração local moderna e eficaz que se esforça para atender, prioritariamente, as necessidades dos mais desfavorecidos, instaurando desta vez ao contrário do prefeito radical, um verdadeiro colegiado, sendo mais favorável à organização do partido S.F.I.O.

Todavia, o clientelismo tradicional se mantém na administração municipal socialista, por exemplo, Gaston Defferre, em Marselle, que apesar de praticar o "capitalismo modernista", se apoia numa rede de clientela constituída por empregados municipais enquadrados pelo Sindicato FO e em diversos grupos étnicos e nacionais (córnicos, armênios, repatriados da África do Norte) para os quais os serviços da prefeitura dispensam, com prodigalidade, a sua solicitude. "Em 1964, o prefeito de Marseille controlava direta ou indiretamente 50.000 empregos... o clientelismo de Marseille apresenta-se como uma forma de ajuda social eficaz, é profundamente popular" (Sanmarco-Morel, p. 107).

Entretanto, a relação de clientela é cada vez mais percebida como a antítese da modernidade política e da racionalidade administrativa, e os socialistas de Marseille recusam-se agora a ter recurso a redes de clientela para prover cargos municipais, segundo Sanmarco-Morel (p. 147), que não hesitam em rotular: "o clientelismo não funciona mais". Essa prática, eles dizem, só se justificava na época da forte pressão demográfica devida à chegada de contingentes maciços da África do Norte. Mas parece, todavia, que a relação de clientela é uma constante das relações políticas com variações no tempo: períodos de fluxo e refluxo segundo a evolução econômica e segundo a evolução dos comportamentos políticos, assim como segundo as especificidades regionais.

Na perspectiva da geopolítica regional adotada por Y. Lacoste e sua equipe, a referência feita ao clientelismo, aparece várias vezes, mas tratada mais amplamente em relação à Corsa onde é praticularmente interessante situar cartograficamente o fenômeno do clientelismo, pois a sociedade corsa é antes de tudo uma organização feita na base do clientelismo, onde os políticos são submeti

dos a verdadeiras restrições, por exemplo, à colocação em empregos da função pública no continente. O poder das clientelas também se deixa ser adivinhado no número considerável de intervenções na gestão das empresas públicas e para-públicas da "Ilha de Beleza". Finalmente, o clientelismo é apresentado como uma estrutura fundamental da sociedade tradicional cuja persistência fortifica o projeto dos conservadores estabelecido sobre a manutenção das relações de dependência; "a médio prazo, a sobrevivência do clientelismo passa por adaptações inevitáveis das mutações em cursos e das novas exigências de um número crescente de insulares, o que a maioria dos líderes do clientelismo admitiu, manifestamente, nesses últimos anos, face à escalada das contestações" (p. 1114). Logo, o clientelismo se adapta, assume formas atenuadas, transforma-se.

Na Velha República, pudemos dizer que o partido gaulista que, primeiramente, foi o partido de um homem, tornou-se, progressivamente, um partido de clientela porque os deputados eram eleitos no escrutínio uninominal, no contexto de uma circunscrição, ao contrário do que ocorria na 4ª República onde a eleição era proporcional a partir de uma lista departamental.* Os deputados, agora solicitados diretamente por seus eleitores, procuram obter favores nos gabinetes ministeriais, o que nos lembra a 3ª República e até falou-se de neo-radicalismo a propósito do gaulismo. "O regime retomou os métodos próprios" ao partido no poder, subvenções, créditos para aqueles que votam e assim constituiu-se uma clientela".

Com a modernização e a chegada ao poder de jovens tecnocratas, a base sócio-econômica do clientelismo parece desaparecer e acredita-se que o sistema dos notáveis das redes de clientela está arruinado. Mas, as atitudes clientelistas perduram, enraizadas em estruturas e instituições próprias a cada país. No caso francês, o clientelismo não seria uma resposta à dependência institucional do poder local no sistema administrativo global e uma das dimensões do fenômeno mais geral de dependência entre Paris e a Província?

(*) Nota do tradutor:
relativo ao departamento, circunscrição administrativa local na França.

Em resumo, as práticas do clientelismo se infiltram na centralização das instituições francesas através dos partidos e corpos de agentes do Estado onde a lógica corporativa intervém" (J. Rondin, p. 25).

Pode-se questionar se não é em parte a essas práticas que se deve a multiplicação dos agentes não titulares que formam, hoje em dia, um quarto do efetivo total do pessoal empregado pelo Estado, perto de 500.000 agentes "cujas perspectivas de carreira são muito medíocres e as remunerações sensivelmente inferiores às dos titulares". É para remediar essa desigualdade que um relatório foi preparado, em 1983, pelo Ministro da Função Pública e Reformas Administrativas, junto com um projeto de lei definindo as condições nas quais devem ser providos os empregos civis permanentes do Estado e autorizando a integração dos agentes não titulares ocupando tais empregos. A transparência e a racionalidade da função pública não são definidas apenas uma vez.

2.2 - Permanência e Renovação das relações de clientela no Brasil

Observa-se, há um século, a passagem de uma sociedade dominada pelas oligarquias e caracterizada por um clientelismo tradicional, a uma sociedade marcada por múltiplas formas de clientelismo mais modernizado e práticas de apadrinhamento político.

Na República das oligarquias (1889-1930), a vida política é dominada pela figura do Coronel, o grande dono de terras e chefe político local. O destino da Velha República é de absorver as populações rurais numa burocracia militar e civil através de um sistema de clientela que troca empregos por votos.

Os governadores podiam nomear os funcionários, a nível de estado e das prefeituras, apoiando-se localmente em "clãs eleitorais" organizados pelos coronéis, que construíam a sua reputação de bem-

feitores locais nomeando os seus aliados para cargos públicos. Por exemplo, na Paraíba, três famílias, no sentido amplo de seu significado, exerciam o seu monopólio sobre a terra, os mercados e a força de trabalho numa economia construída em torno do algodão. Os chefes políticos locais utilizavam o aparelho de estado e dividiam as suas receitas com suas famílias (cf. L. Lewin).

O homem forte é quem manda, é o mandonismo, pois "a gratificação nunca está ausente, nem muito longe da coerção" (A. Rouquié, p. 47), ele promove o seu filho, é o filhotismo. Esses dois mecanismos simbolizam as infiltrações do clientelismo tradicional numa sociedade onde os modos de produção capitalistas penetram cada vez mais.

A partir dos anos 30, com o êxodo rural e a transformação das relações de produção, surge um novo tipo de coronel, mais ligado ao nível federal. Ele tem necessidade de um maior número de votos, e se serve da mediação de um cabo eleitoral, líder local que se responsabiliza por uma centena de votos e se torna o porta-voz de sua comunidade. As desigualdades das condições de vida aumentam e os intermediários se tornam cada vez mais necessários, com o estabelecimento de mecanismos de clientelismo que se desenvolvem em cadeia.

No fim da década de 50, o patrão rural perde essa sua preeminência e torna-se, por sua vez, um mero intermediário entre as massas rurais e o aparelho burocrático. Mas, é a nível urbano que se opera uma maior mudança na vida política e social brasileira com um aumento muito grande do setor terciário e de numerosos desequilíbrios internos. Depois de 1945, numerosos partidos personalistas e clientelistas surgiram e para assegurar a sua permanência no poder, continuaram a nomear funcionários públicos. Além disso, uma grande autonomia local permite, com efeito, que os prefeitos organizem os serviços públicos e administrativos.

É a época do triunfo do populismo que também faz funcionar uma política de industrialização dublada de uma sindicalização enquadada e controlada pelo Estado. Isto é, numa outra escala além

do clientelismo rural, existe uma categoria de trabalhadores selecionada, promovida, que desempenha um papel intermediário, contribuindo assim para a renovação da prática do apadrinhamento político. Esses mecanismos de cooptação parecem demonstrar que os termos de troca entre patrões e clientes é bem mais favorável aos primeiros, tanto mais quanto a parte da população operária é excluída dessa relação.

Se, depois de 1964, durante vinte anos de regime autoritário centralizador, as práticas clientelistas parecem ter pouco se modificado nas zonas rurais, elas se tornam rapidamente mais complexas na zona urbana.

De um lado, no Nordeste, como no resto do país, o desaparecimento "esperado" do coronelismo não parece ter ocorrido. Nessa região, os resultados das eleições para o cargo de governador, em 1982, demonstraram esse fato. Os homens ligados ao regime militar foram reconduzidos, ao contrário dos resultados dessas mesmas eleições nos estados do sul do Brasil. Até as redes clientelistas readquiriram vigor sob o impulso dos órgãos federais de planejamento em ação no Nordeste (cf. M. Bursztyń). Ainda em 1984, a rejeição da emenda Dante de Oliveira, que teria permitido a organização de eleições diretas para a Presidência da República, foi ocasionada pelo voto dos parlamentares nordestinos, como enfatiza P.H. Martins, observando ainda que as alterações da essência do coronelismo, ao longo do século XX, devem ser relacionadas com a expansão do capitalismo que acarreta, não apenas a afirmação de um poder burguês, mas também a difusão de relações de apadrinhamento político como forma de clientelismo modernizado. Desse modo, foi observado o renascer do empreguismo, no Nordeste e mais do que em outro lugar qualquer, lá onde o apadrinhamento político permite que as grandes famílias empreguem numerosos descendentes.

Por outro lado, convém também enfatizar que, em 1985, as eleições municipais conduziram à prefeitura das grandes cidades nordestinas figuras sustentadas pelas forças da "esquerda": Jarbas Vasconcellos (PSB) em Recife, Maria Luiza Fontenele (PT) em Fortaleza,

enquanto São Paulo votava em Jânio Quadros. Será que os comportamentos políticos do Norte e do Sul do Brasil teriam tendência a se aproximar?

Em todas as grandes cidades, as favelas representam lugares privilegiados para o exercício do apadrinhamento político, indispensável para conseguir os serviços urbanos mínimos e evitar ameaças de expulsão. No Rio de Janeiro, o fenômeno é antigo, os políticos formam para si "clientelas cativas" para retomar a expressão empregada por E. Diniz. Eles consolidam o seu poder num bairro, instalando ali, por exemplo, um escritório prestando assistência, visando atender às necessidades da população local. Existe, aparentemente, uma grande lealdade entre o candidato e seu eleitorado popular. Entretanto, a antropóloga A. Zaluar se opõe ao ponto de vista da "polítóloga" E. Diniz, dizendo que, muitas vezes, o eleitor das favelas se decepciona na espera dos serviços a serem realizados e dos contatos pessoais com o candidato. Por isso, os pobres urbanos dirigem-se a vários políticos ao mesmo tempo para tentar conseguir o atendimento de suas reivindicações, mas sem todavia garantir o seu voto. Parece que a máquina política está ligeiramente enferrujada nas periferias urbanas e as "clientelas cativas" estão limitadas nos bolsões mais urbanizados. Finalmente, parece que as relações tradicionais do paternalismo brasileiro estão se enfraquecendo para uma grande parte dos pobres trabalhadores das metrópoles que, por sua vez, se voltam maciçamente para o Estado no intuito de obter as condições de vida mais elementares (A. Zaluar, p. 234).

Se ousarmos comparar o "defferisme"* que foi chamado de "clientelismo social democrata" por J. Julliard (2), parece ser possível que uma equipe municipal consiga manter-se um bom tempo no poder, graças ao frágil equilíbrio de sua rede de clientelismo. Mas, se os problemas de habitação e emprego se tornarem muito agudos, o equilíbrio se quebra e é a crise do sistema hegemônico local que enfatiza o aspecto flutuante, precário, e cada vez menos estável

* Expressão advinda de Gaston Deffere, membro da direção do Partido Socialista, notável da província francesa.

(2) História da França urbana, T. 5 p. 610.

das relações clientelistas.

A urbanização progredindo, mais ou menos rapidamente, cria mudanças sociais mais ou menos importantes. Segundo um estudo sobre as conseqüências políticas das mudanças urbanas, nas aglomerações da Loire Moyenne, entre 1958 e 1979, P. Perrineau observa que quando a construção das casas populares é concentrada, a esquerda ganha votos, mas quando o progresso da urbanização é lento e moderado, não se observa esse brusco aumento de votos para a esquerda.

No Brasil, onde as taxas de crescimento urbano são bem mais elevadas, sai-se de uma situação de clientelismo na qual a subordinação pessoal nascia da total dependência econômica, para uma situação de clientelismo político moderno onde o político torna-se um dos intermediários no acesso aos recursos do Estado. Essa função de intermediário é cada vez mais importante, é a do "broker" dos anglo-saxões, literalmente o corretor, esse personagem do mundo urbano e da esfera política moderna, que desconta no tráfico de influência para ter acesso a bens do Estado, uma dessas figuras que bem poderia ser a do famoso despachante da sociedade brasileira: o intermediário obrigatório nas relações complicadas que o cidadão enfrenta com um Estado excessivamente burocrático. Essa função de intermediário passa, então, e cada vez mais, pelos canais da política. A. Zaluar observa, aliás, que não é por acaso que no Rio de Janeiro os políticos clientelistas se chamam a si próprios de despachantes (p. 258).

Na realidade, a prática do clientelismo modernizado e do apadrinhamento aparece como um instrumento de legitimação e de organização das relações de poder em benefício dos grupos dominantes, mas, também pode ser o fiador para as classes populares, não estando sob o comando dos tecnocratas. Essas formas de clientelismo modernizado são bem diferentes do clientelismo tradicional, a sua esfera de influência é mais extensa e implica o controle dos canais de organização coletiva, sindicatos ou associações de bairro.

O clientelismo tem, aliás, efeitos de contraste sobre a vida política, podendo alimentar ou ao contrário estancar a instabilidade

de, como, J.P. Lavaud enfatiza, a propósito da Bolívia (p. 123 et 199), quando ele explica o fracasso do MNR na sua tentativa de instaurar uma coesão e uma estabilidade através de um sistema de apadrinhamento, entre 1956 e 1962.

Assim, os governos pressionados pela demanda social não conseguem atender todos os setores da sociedade, menos ainda em período de recessão, e as clientelas se tornam flutuantes numa perpétua decomposição ou recomposição.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982 na Paraíba. Ed. Universitária/UFPB, João Pessoa, 1986.
- BLEITRACH, D. et alii. Classe ouvrière et social-démocratie: Lille et Marseille. Paris, Ed. Sociales, 1981.
- BUARQUE, Sergio, coord. Teoria do emprego e industrialização tardia. Recife, Massangana, 1987.
- BURSZTYN, M. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes, 1984.
- CREDAL. Pouvoir local et enjeux territoriaux. Document de recherche, Equipe Brésil n° 10. Paris, IHEAL, jun., 1986.
- DINIZ, E. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. Clientelismo urbano, ressuscitando um antigo fantasma? Novos estudos CEBRAP, nov. 1982. p. 21-27.
- HISTOIRE de la France rurale. Paris, SEUIL, s.d. T. 3 (de 1789 a 1914).
- HISTOIRE de la France urbaine. Paris, SEUIL, s.d. T. 4 (La ville de L'age Industriel e T. 5 (La ville aujourd'hui), FEOPOLITIKUES de régions françaises. Paris, Fayard, s.d. T. 3.

- JOBERT, B. Clientélisme, patronage et participation populaire. Revue Tiers Monde, 24(95): 537-556, juil./sept. 1983.
- KARNOUOH, C. La démocratie impossible: parenté et politique dans un village lorrain. Études Rurales, 52: 24-56, 1973.
- HAMON, F. Les agents non titulaires de l'Etat: rapport au ministre de la Fonction publique et des réformes administratives In: La Documentation Française. 1983.
- LAVAUD, J.P. L'imbroglie bolivien, turbulences sociales et fluctuations politiques, 1952-1982. Paris, Université de Paris IV, 1987. Thèse (Doctorat d'Etat).
- LEAL, J. Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LEMIEUX, V. Le patronage politique: une étude comparative. Québec, Presses de l'Université de Laval, 1977.
- LEWIN, L. Some historical implications of Kinship organization for family-based politics in the Brazilian northeast. Society for comparative study of society and history, 21(2): 262-292, 1979.
- MARTINS, P.H. Coronelismo, poder burguês e movimentos populares no nordeste. Presença: 139-148, dez./jan. 1985.
- MEDARD, J.F. Le rapport de clientèle: du phénomène social à l'analyse politique. Revue Française de Sciences Politiques, 26(1): 103-130, 1976.
- _____. Policital clientelism in France: the center periphery nexus reexamined. In: EISENSTADT & LE MARCHAND, eds. Political clientelism, patronage and development. S.L., SAGE, 1981 (Contemporary Political Sociology, 3).
- NEVERS, J.Y. Du clientélisme à la technocratie: cent ans de démocratie dommunale à Toulouse. Revue Française de Sciences Politiques, 33(3): 428-454, juin. 1983.
- PERRINEAU, P. Espace et politique: les conséquences politiques du changement urbain dans les agglomérations de la loire moyenne, , 1958-1978. Paris, Institut d'Études Politiques, 1981. Thèse (Doctorat d'Etat).
- RONDIN, J. Le sacre des notables, la France en décentralisation. Paris, Fayard, 1985.

ROUQUIE, A. L'état militaire en Amérique Latine. Paris, Seuil , 1982.

SANMARCO, P. & MOREL, B. Marseille: l'endroit du décor. Provence , Edisud, 1985.

SOIFFER, S. & HOWE, G. Patrons, clients and the articulation of modes of production: an examination of the penetration of capitalism into peripheral agriculture in Northeastern Brazil. The Journal of Peasant Studies, 9(2) jan. 1982.

ZALUAR, A. Carnaval e clientelismo político. Cadernos CERU, 2ª série (1): 1-36, 1985.

_____. A Máquina e a Revolta, as organizações populares e o significado da pobreza. S.L., Brasiliense, 1985.

ABSTRACT

Public Employment and "Clientelism"

"Clientelism" is here examined not as a vestige of the past in extinction, but as a characteristic of our modern present, with several functions, such as a response to market disfunction ("social regulation") and political adjustment. Thus, in modern "clientelism" there is a passage from a situation of personal subordination, born of economic dependency, to a situation of mediation in the access to State resources. Examples are given in France and Brazil.

RÉSUMÉ

Emploi Public et "Clientélisme"

Le "clientélisme" est analysé ici non pas comme un vestige du passé en extinction, mais comme un trait propre de notre modernité, à fonctions diverses telles que celles de réponse à la disfonction du marché (dit de régulation sociale) et d'ajustement politique. Il y a un passage, dans cette modernité, d'une situation de subordination personnelle, née de la dépendance économique, à une situation de médiation dans l'accès aux ressources de l'Etat. Les exemples donnés sont ceux de la France et du Brésil.

DA CONSCIÊNCIA COMPORTADA À DIALÉTICA DA EXISTÊNCIA

Um confronto entre DURKHEIM e FREUD

José Mendes de Oliveira(*)

RESUMO

O presente ensaio constitui o esboço de uma reflexão mais ampla desenvolvida em dissertação, cujo ponto central é o confronto teórico entre a ontologia do social durkheimiano e a teoria psicanalítica. Em tal embate procurou-se apreender a relação **indivíduo/sociedade** no âmbito de cada quadro teórico e problematizar a apreensão dos aspectos subjetivos na vida social pela teoria sociológica. Dois eixos foram considerados nesta reflexão - a cultura e o conhecimento -, enquanto vieses de observação da problemática. Através desses dois pontos, discute-se, em sentido epistemológico, a dificuldade da teoria sociológica em lidar com a subjetividade humana e sua influência nos fenômenos sociais.

O presente ensaio constitui o esboço de uma dissertação mais densa eu foi apresentada, sob o mesmo título, ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília em conclusão ao Curso de Mestrado. O trabalho elaborado teve como propósito precípuo estabelecer uma reflexão crítica e revisora, obviamente não extenuante ou de íntegra terminante, sobre um problema epistemológico que atinge

(*) José Mendes de Oliveira é Bacharel em Antropologia e Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.

o pensamento sociológico em dimensões que se estendem para além de sua vertente positivista, ou seja, a incapacidade teórica em lidar com os fenômenos concernentes à esfera subjetiva do homem em prol de uma perspectiva objetivadora do social. Parece ser, evidente, enquanto traço marcante da sociologia, sua notável dificuldade em lidar com aspectos referentes à espontaneidade subjetiva e mais especificamente às manifestações de caráter afetivo. É assim que se estabelece de forma bastante axiomática, desde as primeiras tentativas de sistematização do pensamento sociológico, a dicotomia entre o afetivo e o racional enquanto pólos irredutíveis cuja relação é pressuposta em termos de uma superioridade e domínio do racional sobre o pulsional. Em âmbito sociológico esta dicotomia tem seu referente na relação indivíduo/sociedade, situando-se o social enquanto espaço legítimo de determinação das subjetividades.

Recorrendo às bases do pensamento sociológico, mais especificamente à teorização durkheimiana, encontramos o indivíduo e sua esfera de atuação como fato ontologicamente desautorizado para fundamentar a vida humana. O indivíduo concebido em termos de uma animalidade perniciososa - a esfera do homem voluptuoso -, cuja existência dever-se-á controlar curvando-a ao domínio da vida coletiva, espaço de expressão de uma espiritualidade cujo fundamento é a própria Razão capaz de conter os eflúvios das paixões, e fazer do homo animalis uma entidade moral, um ser sublime com uma "segunda natureza" grandiloquente. A moral enquanto expressão racional de uma alma coletiva conflitua-se com a corporeidade de um homem-depaixões, subjugando-a graças ao poder disciplinador da socialização e transformando-o em ser coletivo, o qual destituído da sociabilidade transformadora padecerá os inevitáveis limites da irracionalidade. Vê-se, portanto, a liberdade do indivíduo como produto do exercício de um logos coletivo. O sujeito, seja em suas atitudes mais passionais seja em termos de um desempenho cognitivo, torna-se elemento definido no e pelo consenso fora do qual a sua subjetividade constitui incivil mostra de insociabilidade.

Temos, portanto, no pensamento de Emile Durkheim, uma ontologia reducionista, a qual tomei como princípio de minha problemati-

zação na referida dissertação, orientando-me pelo questionamento sobre a possibilidade de uma teorização que concebesse a dimensão normativa do social e a sua relação com a ação individual sem deixar-se conduzir pela perspectiva reducionista e sistêmica de um consenso autoritário.

Neste sentido optei por estabelecer um confronto teórico entre a ontologia do social durkheimiano e a teoria psicanalítica, apropriando a teoria freudiana não só enquanto referencial teórico de contraposição analítica, mas como quadro teórico a ser também investigado no sentido de se identificar a "disposição" da relação indivíduo/sociedade em seu âmbito, abrindo-se assim, através da análise comparativa ou do cruzamento teórico, a possibilidade de um diálogo entre a perspectiva sociológica e a ótica psicológica, almejando com isso, sobretudo, repensar os aspectos "subjetivos" nas considerações da realidade social pela teoria sociológica. Com este intento procurei uma compreensão mais dinâmica entre as instâncias em consideração, esforçando-me em evitar a sedução por uma tendência mais sociocêntrica ou pelo solipsismo psicológico.

O ângulo através do qual circunscrevi e aprofundi minhas considerações foi o da consciência em sua expressão coletiva e individual ressaltando-se especificamente dois eixos orientadores: 1) O Eixo da Cultura, considerando-se aí o espaço das representações; e o 2) Eixo do Conhecimento, onde tomei como significativa a avaliação que cada quadro teórico desenvolve sobre as distorções da percepção e as implicações epistemológicas desta avaliação.

Para a consideração destes dois eixos parti do pressuposto de que a teoria psicanalítica, enquanto teoria crítica, possibilita um redimensionamento sociológico da relação indivíduo/sociedade em dois pontos:

1) Em primeiro lugar, ao colocar em questionamento a "filosofia do cogito" ou perspectiva cartesiana, através do deslocamento do sujeito para sua posição skhizo, ou seja, ao estabelecer a clivagem da subjetividade, possibilitando uma visão mais dialética do processo de cognição, e uma nova perspectiva para a problemática em

torno da consciência e da conscientização estabelecendo assim uma dialética da existência ao localizar o indivíduo enquanto sujeito interativo, cuja subjetividade firma-se em uma relação dialógica com o plano das normas coletivas.

2) Em segundo lugar, porém relacionado com o primeiro ponto, ao estabelecer um "princípio de construção do conhecimento" que relocaliza a problemática epistemológica afastando a "verdade" apriorística ou dada da interpretação positivista, para localizá-la, bem como a realidade social, enquanto projeções dos indivíduos em sociedade. O que implica uma dialogia entre o plano das representações e a vida psico-física dos indivíduos.

I - O Eixo da Cultura

A análise dos quadros teóricos mediante a consideração do primeiro eixo - o eixo da cultura - possibilitou-me verificar inicialmente, o que aqui situo em linhas gerais, que a análise durkheimiana sobre a sociedade parte de um princípio de redução em dois sentidos: o primeiro ao estabelecer o condicionamento da morfologia social à fisiologia social, e o segundo ao situar o social como entidade reflexiva fundada em um consensus omnium. A consequência da primeira redução manifesta-se na íntima vinculação que se faz entre o social enquanto o espaço de relações concretas entre os indivíduos e o sistema de representações coletivas. Considerando-se que tal sistema exprime o modo pelo qual a coletividade se concebe a si mesma em suas relações internas e externas, afere-se que a vida social é constituída de representações, pois a própria consciência coletiva, definida enquanto unidade de crenças, valores e sentimentos que particularizam o social enquanto entidade independente e auto-sustentada, só pode se externar via representações. Isso faz com que o sistema de relações sociais contextualize-se nas representações, cumprindo com a tendência em convergir as atividades sociais para o plano da cultura. O social adquire, portanto, a condi

ção de espaço moral destinado à hominização dos indivíduos estabelecendo-se, mediante uma postura teórica que se pretende racionalista, a subordinação da consciência individual à consciência coletiva. Desta forma, a segunda redução decorre da primeira e atinge particularmente a determinação da subjetividade do sujeito pela realidade social. A coletividade exerce um poder de socialização total sobre as consciências individuais, o que resulta na derivação e determinação das ações individuais pelos poderes morais e cognitivos do grupo. Disto decorre a contraposição do indivíduo ao social em termos do profano e do sagrado, ou mais genericamente do normal e patológico. Adquire-se o conhecimento da normalidade mediante a consideração do patológico, ou seja, o comportamento anômico surge como patologia social, ou mais precisamente como dessocialização enquanto ocorre afrouxamento ou quebra do poder de coerção da moral coletiva.

A confrontação deste panorama com o modelo freudiano revelou uma aproximação significativa quanto à tendência em ambas as teorias em estabelecer uma mesma perspectiva para o fenômeno cultural e reificar o social em termos de um telos hominizador. Pode-se admitir sem dúvidas que para as duas correntes a vida coletiva ergue-se na renúncia pulsional ou contenção do Princípio de Prazer. Não havendo entretanto concordância quanto à perspectiva do social sui generis ou superorgânico dotado de um poder reflexivo. O social freudiano, enquanto expressão de forças morais, situa-se no plano da economia da libido, tendo como atividade geradora básica os contra-investimentos ou sublimações secundárias, o que, em decorrência, anula a aceitabilidade de uma natureza gregária instintiva para os homens ou a existência natural do social.

Porém, a concordância quanto à renúncia pulsional aproxima, ou melhor, torna possível a aproximação do conceito durkheimiano de anomia e o conceito freudiano de neurose, pois ambos indicam um estado de dessocialização. Entretanto a equivalência é parcial, pois enquanto a anomia durkheimiana aponta em direção à perda do social com conseqüente indisciplina pulsional (portanto ocorre a fragilização da coerção), a neurose é apresentada como privatização dis-

cursiva e comportamental construída dentro e por interferência do próprio social repressor. Ocorre, portanto, uma dialética inexistente em Durkheim entre o Princípio de Prazer mais próximo à subjetividade e as imposições da vida coletiva, tendo em vista que a intromissão do normativo exigindo sacrifícios pulsionais superfluos conduz a comportamentos centralizadores. A angústia que se processa na neurose provém do estado de tensão entre forças contrárias cuja inteligibilidade não foge à própria inserção do indivíduo em um espaço simbólico que é sobretudo coercitivo, mas que exige também a compreensão da dinâmica psíquica definida ao nível do indivíduo.

Enquanto Durkheim só consegue perceber a interdição dos desejos e paixões em termos de uma permanência derivada e sustentada pela vida coletiva, Freud procura entendê-la dentro de um processo que não supera ou elimina de forma radical a face biopsicológica do homem, mas, ao contrário, tende a conceber a sociabilidade e suas imposições coercitivas em termos de um estado de constante tensão entre desejos, impulsos agressivos e fomentação de princípios éticos voltados ao gregarismo, cujo entendimento passa antes de tudo pelo conhecimento do comportamento anímico. Propõe-se, por conseguinte, um princípio interno não só moral de coordenação dos impulsos, mas também de manutenção orgânica da estabilidade de catexe. Em decorrência, a repressão não possui suas raízes somente na vida externa ou social, mas liga-se ao processo básico de perduração da existência resguardando-se o sistema psíquico de desconfortos e da própria auto-destruição. Isto tendo em vista que os processos primários do animismo correspondem a um princípio de inércia radical conduzidora à destruição, contida pelas elaborações secundárias. Neste sentido, a dinâmica pulsional constitui uma propriedade da existência do indivíduo que se relaciona não só com conteúdos psíquicos ou representacionais como também com o metabolismo orgânico. Tal princípio é válido sobretudo para se considerar, ao nível das estruturas psíquicas, a formação da consciência moral ou Super-ego enquanto instância constituída com a introjeção da autoridade. Em verdade, o seu processo de criação não condiz somente com

a relação unidirecional entre o sujeito socializado e a norma, mas envolve todo o organismo ao responder às finalidades das pulsões de conservação. O que equivale dizer que as interdições iniciadas desde os primeiros anos de vida respondem a uma proteção contra a destruição do organismo e a uma adequação aos princípios de realidade.

Tem-se em decorrência o processo de vida firmado no enfrentamento de dificuldades procedentes de dois lados: da natureza e do próprio meio social. Para o primeiro caso a motivação da vida edifica-se no engendramento da técnica para o domínio da natureza, procedendo-se para o segundo ao estabelecimento da coexistência ou a existência da liberdade civil.

Em ambos os casos - seja ao nível do conhecimento ou das instituições políticas -, o fomento à vida coletiva obedece a uma dialética interna à estrutura do Princípio do Prazer, o que poderia ser traduzido em termos do próprio desejo que engendra a sua negação. Isto implica diretamente, para a interpretação da consciência coletiva, que a lei ou a instituição soergue-se antes de tudo no desejo de negação do desejo. O que vale dizer que o comedimento de uma total liberdade em prol da convivência requer anteriormente uma tendência ou predisposição à renúncia pulsional.

Em direção contrária a esta análise de profundidade, a perspectiva durkheimiana não transcende o plano jurídico do pacto social, e em verdade privilegia a ótica das relações de contrato e complementariedade funcional, pressupondo-as legítimas e naturais. Com isso não há um esquadramento dos estados de tensão que permeiam a vida contratual ou coletiva, e muito menos da tensão que se ergue na interioridade do sujeito decorrente da renúncia pulsional. Durkheim conserva a tendência racionalista em derivar o desejo do ato de pensar, que em sua teoria é determinado de acordo com os estados do cogito coletivo. Com isto perde-se a possibilidade de perceber as possíveis ocorrências de "degeneração do proibido", entendendo como tal a apropriação desigualitária do poder no campo de exercício da liberdade civil. O que justificaria plena

mente o princípio freudiano de que uma distribuição desigualitária das exigências renunciatórias tende a motivar o estado de angústia e até mesmo a alienação. Para Durkheim a avaliação do social é sem pre positiva, o que fundamenta o seu princípio eudemonista de cumprimento das normas e submissão aos desígnios da consciência coletiva.

Já para a perspectiva freudiana a consideração é mais dinâmica ao observar o embate entre forças pulsionais - incluindo especialmente o comportamento da libido - e o mundo exterior (social e físico), o que conduz a considerar uma condição existencial para o indivíduo na qual a felicidade, ou em outros termos, o prazer , tende a ser não somente uma conquista no cumprimento da norma, mas o produto de gratificações reais que os indivíduos podem conquistar concretizando seus desejos, e alterando as situações do mundo externo no sentido de torná-las adequadas para uma vivência mais satisfatória.

Em verdade, segundo o pensamento freudiano, a tensão entre o indivíduo e a sociedade - que se consubstancia sobretudo na própria dinâmica das instâncias psíquicas -, impõe como princípio de uma existência menos angustiante a libertação do Ego das imposições morais que se alojam na interioridade do sujeito, dos limites da realidade e das exigências pulsionais do Id. Constitui ponto ideal e princípio de amadurecimento do Ego, o controle consciencioso das necessidades pulsionais bem como dos limites impostos pela realidade. Isto teria como correspondente cultural a construção de uma realidade social mais justa e adequada às necessidades reais do indivíduo. O que se opõe obviamente às situações de grandes renúncias pulsionais sem gratificações equivalentes.

Pode-se portanto dizer que Durkheim e Freud partem do mesmo princípio de superestimação da cultura enquanto elemento ou meio de hominização do indivíduo, ressaltando-se entretanto que Freud é mais dialético e histórico em sua perspectiva. Mesmo assim, em ambos, o grupo social ou a formação coletiva possibilita lançar o indivíduo para fora de sua esfera privada incluindo-o em um espaço

de intersubjetividade.

Em termos da interação que se processa no espaço de transindividualidade, Durkheim tende a defini-la ao nível das formas de solidariedade, cuja essência o próprio pesquisador situa como fluida e inatingível. A consideração mais pormenorizada deste ponto revela-nos que a base da integração em Durkheim, embora não muito evidente, é tão afetiva quanto a que prescreve Freud, o que gera no seio da teorização durkheimiana forte tensão entre princípios psicológicos e a arraigada tentativa do pensador em estabelecer uma esfera científica dedicada à análise do fato social.

Não obstante, no confronto que se estabelece entre as duas correntes, é significativo observar que a teoria da libido, e mais especificamente a noção freudiana de identificação, constituem elementos teóricos que adicionam ou completam o modelo durkheimiano nas lacunas que surgem na aceção da relação indivíduo/sociedade. O conceito de Identificação enquanto designativo do processo relacional ou interpessoal é uma construção que adiciona ao modelo durkheimiano a dimensão mais microscópica da socialização e do gregarismo humano que lhe é ausente, além de esclarecer as bases afetivas da solidariedade. A equiparação de Egos, seja com ou sem eleição erótica, tem como aspecto importante que sua natureza é primariamente em qualquer circunstância emotiva. Além do que, a categoria Super-ego desponta aqui como instância psíquica influente, a qual constitui um acervo de ideais e paradigmas morais armazenados desde a infância, que determinam e influem em processos interacionais. O Super-ego é pois influente na Identificação na medida que o vemos relacionado ao desejo de ser igual a um "outro" que tem seu aparecimento na infância entre filhos e pais, e prolonga-se na socialização do indivíduo como expressão de quebra do narcisismo patológico e fortalecimento do altruísmo.

II - O Eixo do Conhecimento

Na consideração do segundo eixo - o do conhecimento - foi possível verificar que a perspectiva holística de Durkheim estabelece as condições da cognoscibilidade em dependência ao social, partindo-se do pressuposto de que a consciência individual está incapacitada para o ato de reflexão que fuja a esta condição, pois só há significação ou sentido para as ações, sejam elas afetivas ou cognitivas, em um espaço público tido como impessoal e objetivador. O argumento é, portanto, o de que a vida interior do indivíduo - sua dimensão psíquica - extrai de fora a sua matéria prima e somente é capaz de pensar os objetos ou pensar como pensá-los tendo como referência a consciência coletiva. Na realidade, Durkheim mantém para a consideração de seu social reflexivo uma postura cartesiana ao sujeitar o Ser à sua propriedade de pensamento, o que pode ser traduzido e identificado na defesa da consciência como único estado de definição do sujeito e do pensamento.

A perspectiva freudiana redimensiona também esta perspectiva teórica ao estabelecer a clivagem da subjetividade rompendo com a unidade da consciência. A localização da consciência enquanto função perceptiva, e o deslocamento ou descentramento do Eu processado com a identificação do Inconsciente, não nega a validade dos elementos transindividuais necessários ao ato cognitivo, mas passa a impor a inclusão do próprio sujeito no que concerne ao seu psiquismo mais interiorano e à sua organicidade.

Foge-se, por conseguinte, à tendência a situar a consciência individual enquanto epifenômeno da realidade coletiva, e o contato do sujeito com o mundo objetal adquire a dimensão de uma relação não só cognitiva ou consciente, acontecendo também em termos afetivos e de forma que nem sempre o sujeito possui um conhecimento objetivo a seu respeito. A libido em Freud é investida aos objetos, e o sujeito deseja em relação a eles, e estes objetos não se restringem às coisas do mundo físico ou social imediato. Em uma aluci

nação ou delírio, por exemplo, podemos ter referências a construções imaginárias que não são necessariamente existentes, não obstante o sujeito procure seus motivos representacionais no acervo simbólico do qual faz parte enquanto agente social. A complexidade do psiquismo revelada por Freud conduz à observação da cognição por um caminho diferente do cartesiano. Para Freud a consciência é apenas o locus anímico de percepções, que podem inclusive ser enganosas, e a elaboração do conhecimento estaria sendo processada realmente no Pré-consciente. Tal processo não só é passível da intromissão de conteúdos distorcíveis do Inconsciente ou da realidade exterior, como é, em sua própria estrutura, uma construção psíquica para interpretar o real, um modelo ou projeção.

Para Durkheim a realidade social enquanto plano que transcende as individualidades garante os critérios da precisão racional, o que implica atribuir a causa das distorções da percepção à intromissão da individualidade no processo cognitivo. Em outras palavras, as falsas percepções e os erros na atividade do pensamento advêm de uma perda do parâmetro social, o que obviamente exige como condição sine qua non a constante subordinação do indivíduo ao cogito coletivo.

No contexto freudiano a distorção da percepção ou do conhecimento seria também uma perturbação cuja ocorrência explicar-se-ia na "linguagem" específica da individualidade, porém, não em decorrência de uma oposição profana ao social, mas em consequência à própria pressão coerciva do social. Em verdade o social constitui com a individualidade uma relação complementar e dialógica, a qual podemos figurar na relação simétrica que se processa entre o discurso verbal Consciente e o discurso lacunar do Inconsciente. De acordo com esta perspectiva não há conhecimento puro ou apreensão fac simile da realidade, mas sempre um conhecimento fundado ou mediado por projeções ou simulacros construídos pelo sujeito. Mesmo em relações não imediatamente cognitivas a psicanálise vem demonstrar que há mediações, e mais precisamente nas relações eróticas presenciamos a influência das fantasias ou do imaginário. Portanto,

o processo cogitativo implica a observação de que o intra do sujeito ocasiona uma filtragem das percepções, e neste caso as impressões pessoais podem atingir o conhecimento formulado, geralmente de forma intencional, evidenciando o fato de que o discurso lógico ou racional pode ser assaltado por uma subjetividade furtiva e inevidente. Vale entretanto deixar bem claro que estes assaltos distorcivos não correspondem somente a uma intromissão de conteúdos internos no discurso que se pretende objetivo, mas acontece em sentido inverso reforçando-se um princípio dinâmico, onde repressões externas podem impossibilitar ao indivíduo ver ou ter conhecimento de sua realidade e de suas necessidades mais intestinais, o que obviamente prejudica seriamente o auto-conhecimento (a formação de uma consciência ou percepção fidedigna de si) e o conhecimento lúcido da realidade exterior.

Torna-se mais evidente esta dinâmica referente à construção do conhecimento se considerarmos a própria estruturação das atividades psíquicas, ou seja, os processos cognitivos correspondem basicamente a estados de identidade, os quais se estabelecem mediante uma "prova de ensaio" internalizada que se efetiva em termos de regressões parciais no aparato anímico. Neste caso, ocorre uma inversão dos investimentos psíquicos estimulando os traços mnêmicos pré-conscientes em termos de um "exercício lógico" mediante o qual procura-se motivar as associações adequadas para uma correspondência entre pensamento, ação e realidade. Esta "prova de ensaio" dá-se de acordo com processos secundários de identidade mental, evitando-se os processos desiderativos de uma identidade de percepção. Há portanto no processo cognitivo a contenção de descargas imediatas e a pretensão de uma correspondência somente ao Princípio de Realidade. Pode-se dizer que o conhecimento surge em termos de modelos representacionais que buscam relações isomórficas com a realidade, o que inclui seguramente para o seu entendimento a consideração da estrutura anímica e especialmente a interdição dos impulsos pulsionais.

Há de se concordar com Durkheim, portanto, sobre a existência

de uma consciência coletiva, regular e com certa permanência, mas ela não é o termo de definição da consciência individual ou da subjetividade, pois a sua base encontra-se justamente no desejo de interdição do desejo, e se há um princípio de intenção e objetividade em sua existência há também a tensão oculta de sua negação. As representações obedecem, por conseguinte, não apenas a uma ordenação de intencionalidade mas constituem o locus de ocultamento de um desejo que a motiva. É portanto esta outra face a demonstração de que existe uma subjetividade atuante, como é também a sua existência a possibilidade de ocorrência das distorções representacionais.

Creio que o problema posto desta forma direciona a análise para o plano da interpretação, e aí situo a linguagem como fenômeno mais indicado para revelar-nos a mediação entre a consciência coletiva e a consciência individual ao evidenciar o intencional e o não intencional. A leitura de Freud permite-nos repensar as noções durkheimianas sobre a consciência à medida que teoriza, mesmo que de forma diagnóstica, sobre as incursões do Inconsciente no processo pré-consciente de formulação do discurso verbalizado, o que só vem provar que o sujeito não se esgota em seu enunciado. A dialética que se estabelece entre o pronunciado e o não pronunciado em termos do discurso revela a própria dinâmica de um eu descentrado, e traz fortes evidências de que o sujeito "é" precisamente onde não pensa ou racionaliza. Em decorrência, a intersubjetividade psicanalítica não é só a comunhão cognitiva de sinais ou conceitos que se julga pairar sobre as consciências individuais, ela se revela como consequência da renúncia pulsional, e por isso possui uma significação que se estende além da consciência perceptiva.

Vale acrescentar que a relação de reciprocidade que se estabelece na ação comunicativa não constitui, seja para Durkheim ou Freud, apenas a satisfação imediata e mecânica de exigências biológicas. A ela adiciona-se um valor semiológico ou de significação que se exterioriza no espaço intersubjetivo transformando o conjunto das relações sociais em fenômeno inteligível não só para quem

o vivencia mas também para aqueles que o observam analiticamente. Entretanto, a perspectiva freudiana vai além ao conseguir perceber os antecedentes da simbolização sistematizada ou objetiva ao indicar a natureza imagética do Inconsciente reprimido, e a condição pré-consciente ou latente dos traços acústicos. É mister observar que antes de uma aprendizagem gráfica das expressões comunicativas, o sujeito tem contato com sons e imagens processadas em seu imaginário, bem como passa por experiências psico-motoras as quais são acompanhadas de processos bioquímicos que deixam, como parte da pré-história do infante, as suas marcas no Inconsciente. Seria correto dizer que muito antes de ter domínio das formas intersubjetivas formais ou institucionalizadas, como a língua falada e escrita por exemplo, o sujeito acumula uma série de representações e sensações que influenciam em suas aprendizagens e comportamentos posteriores. A subjetividade, portanto, define-se também no contexto de uma pré-história do sujeito cujo registro psíquico só podemos supor existente em sua forma inconsciente. O indivíduo biológico, humanizado ou hominizado, é fruto não só de experiências quantitativas, de estímulos do meio físico e social, mas também qualitativas que transcendem a mera apreensão e controle consciente. A psicanálise possibilita perceber que junto às representações de coisas e palavras temos registros psíquicos que se situam ao nível da afetividade. As alterações somáticas, os sintomas e a própria fonação adquirem um sentido, uma qualificação, para o sujeito que as vivencia e para seus interlocutores graças à propriedade dialógica da expressão comunicativa (ou linguagem), no sentido de que estabelece relações não só com o plano das representações coletivas, mas também com a própria corporeidade psico-física dos indivíduos.

Acredito que neste sentido torna-se possível uma recuperação dos aspectos subjetivos no âmbito da análise sociológica, estabelecendo-se uma postura interpretativa que tenha na análise da cognição um meio de consideração das formas de construção e utilização dos símbolos, sem perder de vista as potencialidades criativas e as dimensões diagnosticáveis do sujeito. Não significa optar por uma substituição do método sociológico por princípios lingüísticos

ou psicológicos, mas estabelecer o diálogo de informações ou conhecimentos no sentido de superar os entraves que uma perspectiva holística e sociocêntrica impõe na consideração dos fenômenos coletivos. Vale portanto deixar evidente que a consideração do modelo durkheimiano não teve um intento impugnador, mas a autêntica predisposição de repensar problemas epistemológicos que perseguem a Teoria Sociológica desde os seus primórdios.

ABSTRACT

From the Behaved Conscience to the Dialectics of
Existence: a confrontation between Durkheim and Freud

This essay contains the outlines of a larger discussion developed in a thesis whose central point is the theoretical confrontation between Durkheim's social ontology and psycho-analytical theory. The main objective is to apprehend the relation between individual and society within each theoretical field and to discuss the apprehension of the subjective aspects of social life by sociological theory. Two main lines of analysis are here considered - those of culture and of knowledge - as points of view for the observation of the issue. These two lines suggest the epistemological discussion of the difficulties encountered by sociological theory in dealing with subjectivity and its influence on social phenomena.

RESUME

De la conscience sage à la dialectique de l'existence:
une confrontation entre Durkheim et Freud

Cet essai constitue l'ébauche d'une réflexion plus large développée en dissertation, dont le point central est une confrontation théorique entre l'ontologie du social durkheimienne et la théorie psychanalytique. L'objectif est d'appréhender le rapport individu/société dans chaque cadre théorique et problématiser l'appréhension des aspects subjectifs de la vie sociale par la théorie sociologique. Deux lignes de réflexion sont considérées - la culture et la connaissance - en tant que points de vue d'observation de la problématique. Par ces deux lignes, l'ont discute, dans le sens épistémologique, la difficulté de la théorie sociologique d'incorporer la subjectivité humaine et son influence sur les phénomènes sociaux.

RESENHAS

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão.
São Paulo: Nobel, 1987.

Luiz Mello de Almeida(*)

Em meio ao caos sócio-político-econômico que se alastra pelo país, principalmente a partir da instauração da chamada 'Nova República', onde a sociedade brasileira se vê às voltas com os descaminhos de uma pretensa transição, Milton Santos, com o intuito de contribuir para a discussão acerca da redemocratização brasileira, traz a público um novo trabalho: O ESPAÇO DO CIDADÃO.

Com esse livro Santos procura inserir-se nos debates atuais sobre cidadania brasileira, partindo de uma orientação sociológico-geográfica, segundo a qual os lugares do território ocupados pelos cidadãos determinam em grande parte a dimensão de sua cidadania. O estudo, entretanto, não se limita à demonstração dessa tese, objetivando também elucidar as distinções entre os conceitos de cidadão, consumidor e indivíduo. Numa sociedade de massas, onde a indústria cultural e a burocratização generalizada têm influência decisiva sobre os destinos da maioria da população, Santos procura relacionar a questão da cidadania a outras dimensões da vida individual e coletiva, com particular ênfase sobre a submissão dos cidadãos aos ditames do consumismo e aos abusos da tecnocracia estatal.

O autor, ao analisar a evolução do conceito de cidadania, de suas origens aos dias atuais, introduz a questão central de qual-

(*) Aluno do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

quer estudo sobre cidadania no contexto da realidade brasileira: Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos e quantos nem sequer sabem que não o são? Obviamente, sua resposta a tal questão não poderia ter um caráter senão melancólico, uma vez que facilmente se constata que nos países do Terceiro Mundo não existe uma cidadania única e global, que garanta a todos, indistintamente, uma distribuição equitativa de benefícios, principalmente sociais, mas ao invés, diversas categorias de cidadania que trazem implícita a existência de diversas classes de cidadãos, mutilados e diferenciados de acordo com os direitos que lhes são garantidos.

Ser mais ou menos cidadão depende significativamente do ponto do território onde se está, uma vez que as classes sociais dividem-se espacialmente, sendo a acessibilidade a bens e serviços um elemento definidor da situação do homem enquanto produtor, consumidor ou cidadão. À distância geográfica associa-se a distância política, o que implica no não-acesso às fontes de informação e poder. O componente territorial é, portanto, indispensável na conceituação de cidadania elaborada por Santos, visto que a universalidade da igualdade presente na cidadania tem como pressuposto, segundo o autor, uma acessibilidade que possibilite a todos um maior bem-estar. Essa igualdade, entretanto, só se efetivará a partir de uma redefinição dos projetos governamentais e de novos níveis de escala geográfica. A geografização da cidadania propõe, então, uma superação dessas condições de pré-cidadania, semi-cidadania e não-cidadania em que vivem muitos brasileiros, começando pela garantia de duas modalidades de direitos, incondicionalmente, a todos os cidadãos: os direitos territoriais e os direitos culturais.

À Constituição cabe assegurar a cidadania a todos, independentemente de sua localização no território, tendo como objetivo a superação de uma cidadania abstrata em nome de uma cidadania concreta, onde o lugar ocupado pelos indivíduos não seja um elemento desqualificador de sua cidadania e a utilização do espaço não mais consolide desigualdades e injustiças, revelando-se como um espaço sem cidadãos. É imperativo que, ao se olhar o mapa do país, não mais se constate a existência de grandes áreas vazias de hospí-

tais, postos de saúde, escolas, informação geral e especializada.

Inserindo-se no rol dos que definem a cidadania a partir de uma tipologia de direitos, Santos afirma que uma cidadania concreta se traduz por uma lista efetiva de direitos que podem e devem ser reclamados por qualquer indivíduo. A cidadania real seria, então, uma junção da personalidade forte, portadora de uma coragem civil, e dos instrumentos legais que assegura a liberdade. Encontraria sua forma definida enquanto categoria jurídica, e não apenas política, que assegura a igualdade a todos, cabendo ao cidadão permanecer alerta e lutar a fim de garantir e ampliar os horizontes de sua cidadania.

No caos organizado da cidade, entretanto, no qual a exploração se manifesta sob diferentes formas e em diferenciados lugares, os indivíduos lutam desordenadamente, perdidos na multiplicidade de focos de combate, frequentemente confundindo os objetivos e os alvos no permanente estado de guerra da sobrevivência. Muitos movimentos populares não distinguem a luta pela conquista da cidadania da inserção na esfera do consumo, originando a polêmica questão do caráter revolucionário ou reformista dos movimentos sociais que não se restringem ao sindicato e aos partidos políticos. A luta pelo direito à moradia, por exemplo, não significa, como às vezes parece, a luta pelo status de proprietário, e o direito de votar (consumo do título de eleitor) não significa necessariamente a participação efetiva nas decisões e rumos do país. O desempenho de papéis fragmentados e parciais ofusca a formação de um sujeito social orientado pela consolidação de valores e pela postura de objetivos finais. Os direitos sociais metamorfoseiam-se em conquistas individuais, e o consumidor ocupa o lugar do cidadão. A crítica do consumismo e o reaprendizado da cidadania são, portanto, tarefas inseparáveis.

Preocupado com o papel que o consumo passou a desempenhar na vida coletiva e na formação do caráter dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, Santos ressalta que o consumo, substituindo a religião, transformou-se no ópio das massas, num agente aniquila

dor da personalidade, que materializa sua fé no desejo e/ou ato de consumir (coisas, cultura, lazer, prazer, etc). Alienado no consumo, o homem aprisiona-se no universo dos objetos e serviços por ele mesmo produzidos, passando a existência a ser vivida em função da busca de coisas e não à consagração de valores.

Vê-se que por intermédio de processos particulares, característicos de um desgovernado projeto de desenvolvimento nacional, as diversas espécies de cidadãos mutilados encontraram sua identidade coletiva na figura do consumidor, que localiza nas esperanças de consumir a razão última de sua existência. Como consequência disso, os projetos pessoais deslocam para um plano secundário a elaboração de um projeto nacional consequente, sendo a alienação, que ofusca as distinções entre aspirações pessoais legítimas e necessidades socialmente condicionadas, o elemento consolidador da condição de não-cidadania. Não sendo cidadão, o consumidor é enclausurado na armadura de consumidor mais-que-perfeito, o qual só encontra satisfações pulsionais parciais, não tendo direito à contestação nem ao debate sobre os objetivos de seus desejos e ações.

Esse processo de submissão da cidadania ao consumidor é ainda mais drástico se considerarmos que, diante da miséria reinante no país, a maioria absoluta dos brasileiros encontra-se condenada a não alcançar nem a condição de cidadão nem a de consumidor, vivendo na esperança esquizofrênica de superação de seu estado de pobreza. A esperança de consumir atua, então, como um entorpecedor que penetra as veias das consciências, inserindo o pretense consumidor numa atmosfera paradisíaca, numa verdadeira viagem, em que o futuro é o lugar de redenção das atuais condições de existência. Entremente, Santos afirma (por meio de uma explicação pouco convincente que os apelos do consumo aprisionam principalmente os indivíduos da classe média, limitando o leque de objetividades sociais possíveis, na medida em que anestesia a rebeldia e a vontade de ser outro, por meio do massacre da personalidade implementado pela cultura de massas.

Como um médico que diante de um diagnóstico grave não se desespera e acredita na recuperação do doente, Santos não incorpora o

niilismo generalizado que tem caracterizado as posturas intelectuais no que diz respeito à superação dessa condição de desumanização do humano produzida pelos mecanismos de aniquilação das consciências individuais e de criação de individualidades autômatas. Segundo ele, a desumanização não atinge a todos indistinta e igualmente, e um dia o cotidiano transformar-se-á na escola da desalienação, onde o homem, ser dialético, revoltar-se-á conscientemente contra todas as formas de manipulação, permitindo o renascimento do homem forte, livre.

Nesse sentido, só a partir de um novo modelo cívico - entenda-se, modelo de cidadania - é que o país encontrará uma orientação eficaz diante dos descaminhos pelos quais vem passando, de nada adiantando a simples mudança dos modelos econômico e político por si sós. A saída para os problemas nacionais estaria no desenvolvimento da idéia de valor, que possibilita o encontro com o futuro por meio do abandono do economicismo que empobrece a vida social e por meio da recuperação da cultura. Faz-se necessária a proposição de um novo pacto territorial estrutural, que possibilite um uso coerente do território, de acordo com um projeto de nação que tenha como um de seus elementos centrais o fortalecimento da cidadania fundamentada na igualdade individual.

É interessante observar que ao longo do desenvolvimento de seu livro, e particularmente nos capítulos referentes a esse novo projeto de nação, Santos assume uma postura quase visionária, sugerindo implicitamente que tudo não passaria de um ato de vontade. A utopia da grande nação brasileira emerge em ricos detalhes, sem que entretanto encontremos as formas concretas, os mecanismos de luta, as características da organização popular, enfim, as relações de poder que viabilizariam a consolidação desse projeto. Como se chegar, na luta cotidiana, a essa grande nação, que teria na cidadania seu elemento norteador, é uma questão que permanece em aberto.

Obviamente, esse questionamento das formas de luta não significa que coubesse ao autor assumir efetivamente o papel do médico que prescreve uma terapêutica para os males de uma sociedade mo-

ribunda. O que se pretende ressaltar é que a questão do conflito de classes é camuflada, aliçada do processo de construção de uma nova cidadania e de uma nova nação, parecendo esse processo não passar de uma grande reforma social. A discussão mantém-se no nível da equidade, da distribuição de benefícios sociais e do exercício de direitos civis, políticos ou regionais e culturais, não sendo questionada a estrutura do modo de produção capitalista, sua necessidade de organizar espacialmente tanto a produção como a distribuição de bens e serviços, bem como sua necessidade de fomentar a existência de cidadãos mutilados. É como se a cidadania fosse apenas uma questão política ou jurídica e não parte integrante de uma totalidade, que para ser alterada ou transformada radicalmente, produz vivos e arrepios em todas as dimensões da vida, seja ela política, social, econômica ou cultural.

Indiscutivelmente, entretanto, O ESPAÇO DO CIDADÃO contribuiu para os debates atuais acerca da cidadania, principalmente nesse momento em que a categoria CIDADANIA encontra-se num intenso processo de (re)definição conceitual, numa tentativa de se elaborar teoricamente aquilo que todos sabem intuitivamente, mas que poucos conseguem objetivar em palavras ou experimentar em suas existências cotidianas.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Co-edição Paz e Terra e Editora UNESP, 1987.

José Mendes de Oliveira(*)

Pela sua inquestionável importância para o pensamento social brasileiro, e mais especificamente para a formação das mais novas gerações de sociólogos no Brasil, Florestan Fernandes e seu trabalho foram objeto de homenagem e consideração analítica na 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP (Campus de Marília) realizada de

(*) Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.

22 a 24 de maio de 1986, congregando não só as palavras de discípulos e amigos, como é o caso particular de Fernando H. Cardoso e Antônio Cândido, como também a contribuição de estudiosos que tiveram a oportunidade de conhecer o mestre paulista através de sua obra. Esta jornada de estudos teve como uma de suas conseqüências a organização e edição de coletânea referente às colocações dos vários conferencistas presentes a estes encontros. Tal coletânea veio a público em 1987 em livro intitulado O Saber Militante: Ensaaios Sobre Florestan Fernandes, sob a organização de Maria Angela D'Incao.

Esta obra não é essencialmente biográfica, e, em verdade, a sua leitura permite perceber a intenção em agrupar considerações que abrangem desde os depoimentos mais íntimos à biografia até os aspectos concernentes à performance teórica de Florestan Fernandes. A obra divide-se, portanto, em sete módulos temáticos, incluindo a intervenção final do homenageado. A primeira parte (I. Depoimentos) concentra os testemunhos biográficos de discípulos e amigos de Florestan Fernandes, enfatizando-se as impressões de E.R. Durham, F.H. Cardoso e Antônio Cândido referentes ao convívio com o intelectual quando de sua atividade docente na Universidade de São Paulo entre os anos quarenta e sessenta. No segundo bloco (II. Sociologia e Antropologia) estão reunidos os ensaios ou colocações de O. Ianni, G. Cohn, H. Martins, D'Incao e E.A. Carvalho enfocando os aspectos teóricos referentes aos trabalhos de Florestan, especialmente no que diz respeito às influências de clássicos do pensamento sociológico e sua aplicação na construção de uma interpretação da realidade brasileira.

Este segundo módulo inicia a seqüência de textos mais significativos da obra, especialmente para o leitor que esteja objetivando tomá-la como fonte de consulta ou pesquisa, pois em relação a este propósito, o teor biográfico da primeira parte pode ser encontrado em maior complexidade no Sociologia no Brasil de autoria do próprio Florestan Fernandes. No segundo bloco é possível localizar considerações interessantes como as de Gabriel Cohn - "O Ecletismo Bem Temperado" -, onde encontramos ponderações sobre a tendência

pragmática de Florestan ao objetivar a construção de meios metodológicos para viabilizar a apreensão e controle da realidade via pensamento analítico, o que conduz o pensador a uma utilização eclética da teoria sociológica clássica (Durkheim, Weber e Marx) , sem incorrer entretanto na mera adição de elementos dissociados das teorias. Fala-se aqui de um produto tipológico que nasce na reflexão orgânica, cujos limites de explicação ou interpretação a própria realidade irá ditar no decorrer da pesquisa ou análise. Não se trata por conseguinte da atomização dos procedimentos analíticos, mas da aplicação dos elementos teóricos dentro do âmbito problemático da própria pesquisa ou da atuação do sociólogo. Une-se a teoria à condição participativa do sociólogo em sua realidade, e a teoria ou corpo conceitual adquire maior importância na medida que serve à análise na explicitação dos problemas oriundos do acesso à realidade social. Segundo Cohn, isto seria a grosso modo a subordinação da teoria à metodologia, algo que realça a concepção militante de Florestan Fernandes que não foge mas espacializa-se no próprio interstício de sua construção teórica.

A terceira parte (III. Contribuição à História Social do Brasil) reúne, de toda a obra, a maior quantidade de expositores e concentra-se basicamente na avaliação dos estudos iniciais de Fernandes sobre o folclore, os indígenas e a questão racial, ou seja, os trabalhos mais antropológicos que marcaram a fase de formação profissional do estudante e do pesquisador. Este módulo inclui textos de Elias Xidieh, J.C. Gnaccarini, Cecília Renner, Carmen Junqueira, Claude Lépine, Élide Rugai Bastos e Borges Pereira. O leitor após percorrer os vários textos poderá ter a forte impressão de uma sumarização das principais obras de Fernandes em sua primeira fase, tais como a Organização Social dos Tupinambás ou A Integração do Negro na Sociedade de Classe, ou mesmo sentir que alguns ensaios na realidade fixam-se no tema - o índio, o negro ou o folclore -, sem realizar o mais interessante que seria estabelecer a relação entre o autor e sua obra. É assim, pois, que o ensaio de Carmen Junqueira - "A Questão Indígena" -, deixa-nos a impressão de ser uma válida defesa da causa indígena que aponta a importân-

cia e a necessidade da participação do antropólogo na defesa dos direitos indígenas, mas que perde de vista o "homenageado" Florestan, o qual surge apenas em alguns momentos em termos de citação para reforçar e evidenciar a desigualdade entre indígenas e sociedade nacional, e também ao final do texto quando é situado como colaborador na manutenção da "memória" dos índios Tupi. Releva-se, portanto, a questão indígena em detrimento a uma consideração das obras do autor referentes ao tema, seja em termos teóricos ou metodológicos.

O quarto bloco de textos (IV. Universidade e Democracia) representa um dos mais interessantes conjuntos da obra, pois apresenta maior organicidade quanto às colocações, e uma avaliação mais preocupada em relacionar o autor, sua obra e os momentos históricos de suas formulações. Encontramos aí ensaios de Barbara Freitag, Carlos Guilherme Mota, Jorge Nagle e Celestino Alves Junior. A tematização orientadora encontra-se na relação entre o cientista e o político, sobressaindo-se significativamente os trabalhos de Freitag - "Democratização, universidade, revolução" - e de C.G. Mota - "O Intelectual e o Político". No ensaio de Freitag encontramos como proposta a consideração crítico-analítica da obra de Florestan Fernandes, partindo da tese de uma "ruptura epistemológica" que permite distinguir duas fases no itinerário do intelectual: uma fase acadêmico-reformista e uma fase político-revolucionária, cuja separação encontra-se na aposentadoria compulsória do intelectual motivada pelo AI-5 no ano de 1968. Sendo assim, as obras pertinentes a fase anterior a 1968 seriam obras que estariam sendo orientadas por um caráter reformista ao propor a modernização ou democratização da sociedade brasileira, rompendo com as forças retrógradas ou tradicionais (oligárquicas) para a construção de um capitalismo desenvolvido e com menores desigualdades sociais. Segundo a autora, nesta fase, "os dilemas e problemas sociais brasileiros só teriam solução dentro de uma visão que teríamos que chamar liberal-democrática" (p. 166). Seriam desta fase as obras relativas ao debate e à reflexão crítica da teoria sociológica (Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada p.e.), as análises antropológicas sobre o

indígena e o folclore (Função Social da Guerra nas Sociedades Tupi nambás p.e.), e finalmente as obras relacionadas à realidade brasileira, mais especificamente à integração do negro e à mudança social (Integração do Negro na Sociedade de Classe p.e.). Na segunda fase, a político-revolucionária, surgem as obras cujo interesse centra-se na interpretação da sociedade brasileira em termos estruturais, entendendo-se as estruturas sociais como frutos de um "processo histórico, intimamente ligado aos padrões de dominação (econômica e política) externa, que geraram uma estrutura social e de dominação típicas para o capitalismo dependente" (p. 168). De acordo com Freitag, a partir desta fase o sociólogo de uma posição idealista-racionalista assume a postura de um histórico-materialista que passa a enfatizar o processo histórico em termos da luta de classes e situa em consequência a mudança social em decorrência à ação revolucionária dos oprimidos. O interessante nesta divisão de Barbara Freitag é que ela não só permite perceber o momento em que a influência marxista (Marx, Engels, Lenin e Gramsci) se acentua em Florestan Fernandes, como também a influência do momento histórico na realização da ruptura entre o reformista e o revolucionário. É interessante observar que Freitag não anula a antecedência da aspiração transformadora de Florestan, mas ressalta de forma significativa que o processo político brasileiro com a radicalização de um golpe militar favoreceu a ruptura definitiva, que resultou inclusive no afastamento do intelectual do meio acadêmico após o ano de 1969. O trabalho de Freitag é, portanto, no conjunto de texto do bloco IV, um trabalho que deve ser considerado pelo leitor de O Saber Militante com curiosidade e atenção, pois as suas colocações são extremamente sugestivas não só para serem debatidas, mas como vetor que aponta em direção ao entendimento do Florestan Fernandes que hoje presenciamos em sua ação político-partidária. É inclusive significativo o seu texto para, talvez, responder a pergunta que Guilherme Mota estabelece no final do artigo seguinte: Por que somente agora Florestan Fernandes ingressa em um partido? Não havia antes partidos suficientemente densos? Vê-se, portanto, que o artigo de Freitag é bastante provocante e de leitura

ra recomendável, juntamente com os demais textos do referido bloco.

O quinto módulo (V. A Revolução Burguesa no Brasil) congrega a exposição de cinco conferencistas - Paulo Roberto de Almeida, José Albertino Rodrigues, Nilo Odália, Miriam Cardoso e J. Gorender -, sobre a história e polêmica obra de Florestan Fernandes intitulada A Revolução Burguesa no Brasil. Neste conjunto, merece indicação mais acentuada a versão reduzida do ensaio de Paulo Roberto de Almeida: "O Paradigma Perdido", o qual mereceria uma publicação integral à parte. Ao contrário da maioria dos trabalhos de O Saber Militante que conservam uma perceptível cautela em avaliações a bertamente críticas à produção de Fernandes, o ensaio de Almeida principia indicando que o "defeito mais consistente do ensaio sociológico de Florestan deriva de uma indefinição quanto ao objeto mesmo do discurso" (p. 210), o que estaria evidenciado em uma imprecisão do conceito de revolução burguesa, oscilando-se entre a definição sócio-econômica e a política. Além desta imprecisão, o analista questiona a utilização de categorias sociológicas, tais como "burguês" ou "burguesia", fora de seu contexto europeu, para se entender o processo de modernização no Brasil; e mais particularmente problematiza o conceito de "burguesia autocrática" em Fernandes, concluindo que na obra deste autor "não se está mais em face de uma definição de revolução burguesa unanimemente partilhada pela comunidade sociológica, isto é, de uma conceitualização comum e geral aos estudos que recorreram anteriormente a esse conceito, mas de uma noção particular, adotada por um pesquisador individual para seu uso específico" (p. 212). Desta forma, Fernandes estaria concebendo um "modelo ideal" de revolução burguesa que compreenderia, ao lado do modelo clássico de revolução fundamentadora de um capitalismo independente e de um sistema político-democrático, um modelo periférico motivador do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, sem contudo justificar em que sentido as duas espécies pertencem ou se inserem na mesma "família conceitual". Na acepção de Almeida, a "revolução burguesa de Florestan Fernandes apresenta-se, assim, como um paradigma perdido na fronteira do ca-

pitalismo mundial" (p. 215). A grosso modo esta é a espinha dorsal das colocações deste analista, que são aprofundadas em várias questões ressaltando-se a relação entre processos econômicos e a natureza política do sistema social, onde procura-se defender o princípio de que são as relações sociais historicamente determinadas, em particular aquelas processadas entre a sociedade civil e o Estado, que determinam em última instância as formas concretas de autoridade política, e não o caráter mais ou menos avançado da modernização (econômica). Por estas e outras colocações, este trabalho constitui um texto instigante que merece cuidadosa apreciação do leitor, o que poderia inclusive ser efetuado em paralelo à leitura de A Revolução Burguesa no Brasil.

Ainda em relação ao quinto bloco, vale a pena o leitor estar atento às considerações de J. Gorender a propósito da Teoria da Dependência em seu texto "A Revolução Burguesa e os Comunistas". Aí, após comentar a importância histórica da Teoria da Dependência e apontar Florestan Fernandes como um de seus contribuidores, Gorender acrescenta que a "teoria da dependência não poderia deixar de ser ultrapassada, em vista do enfoque mecanicista e unilateral de que padece" (p. 253), isto, de acordo com seu argumento, estaria evidente na concepção de uma dinâmica econômico-política que situaria as metrópoles como polos determinantes, e as periferias como satélites passivos. Ou seja, a dinâmica interna aos países dependentes e sua repercussão nas relações externas não estariam sendo ponderadas. Gorender procura demonstrar este fato atendo-se às interpretações teóricas de Samin Amir e Gunder Frank, e nenhuma palavra encontramos a propósito dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o que por si só parece sugerir a perspectiva parcial de Gorender. Em verdade, o famoso e tão lindo Dependência e Desenvolvimento na América Latina (Cardoso & Faletto), sobressai-se justamente por intentar um enfoque histórico do contexto interno dos países dependentes, além de superar a longa distância a visão unilateral de Gunder Frank.

O último conjunto de textos (VI. Marxismo e Revolução) tematiza a influência marxista e a praxis revolucionária em Florestan

Fernandes através das colocações de Gérard Lebrun, Caio Toledo, Paulo Silveira e José Paulo Netto. Não obstante a importância de todos os ensaios, o texto de Caio Toledo - "Hegemonia e Poder Político" - pode ser particularmente situado em função de algumas indagações suscitadas por sua leitura. Toledo problematiza em seu ensaio as linhas básicas de conduta da "esquerda democrática", a qual, à semelhança do eurocomunismo, situa a "hegemonia" como meio essencial da dominação burguesa, o que equivale a dizer que o poder burguês se edifica na utilização de meios ideológicos e culturais. Em decorrência, para esta corrente, a mudança social se efetivaria na conquista dos aparelhos de hegemonia (Escolas, Igrejas, etc). Toledo embora admita esta conquista como parte da luta pelo socialismo, afirma a impossibilidade de ocorrer a hegemonia popular nas circunstâncias de um Estado burguês dominante, o que corresponde a dizer que a luta pela hegemonia não constitui a revolução, mas sim, apenas passagem para a derrocada da ordem capitalista que exige o confronto aberto entre as classes para a superação final e definitiva do Estado burguês. Torna-se mais conveniente, portanto, a postura que une a "estratégia de posição" (conquista da hegemonia) com a "estratégia de movimento" (mobilização socialista das massas). De acordo com a perspectiva de Caio Toledo, Florestan é um combatente da visão reformista da "esquerda democrática", a qual sem o movimento totalizador da revolução estaria ainda sujeita às armadilhas do Estado representativo burguês. Assim, ele vê em Florestan um intelectual militante que postula a via democrática com a luta de classes, ou um engajado na causa revolucionária, mas não alcança em sua análise as respostas para algumas indagações que brotam no espírito do leitor: Não seria reformista a atuação de constituinte de Florestan? E como fica sua posição revolucionária enquanto político engajado no sistema de um Estado representativo de estilo burguês? Onde se situa a sua "estratégia de movimento"? Seria efetivada através do partido? Em caso positivo, quais as possibilidades e os limites de uma "estratégia de movimento" em termos partidários? Ficam, pois, estas questões.

Esta é, em suma, a panorâmica de O Saber Militante, restando

apenas indicar que em sua intervenção final Florestan Fernandes, além dos agradecimentos de praxe, elabora duas críticas à Jornada de Estudos que poderiam muito bem servir a esta obra dela resultante. A primeira refere-se ao pequeno espaço reservado à crítica, o que foi interpretado pelo próprio Florestan como uma intenção de "ajuda a recuperar o equilíbrio" abalado com sua expulsão da Universidade no período da ditadura militar. A segunda diz respeito à ausência de diálogo. Textualmente ele situa as seguintes palavras: "Como tudo quanto começa, esta jornada não podia ser perfeita. Ela foi maciça demais, foi concentrada demais, pôs muita gente a falar e ficou faltando o espaço para que a pessoa, que foi objeto de análise, pudesse travar um diálogo com os colegas e ficou faltando o espaço para aqueles que quisessem, de uma maneira normal, regular, participar da discussão" (p. 312).

Isto de certa forma reflete sobre a obra enquanto consequência imediata. Não obstante a coerência quanto a uma orientação temática mais abrangente que perpassa todo o livro, ou seja, a análise do intelectual atuante e sua obra, os blocos de temas específicos poderiam conter o produto do debate entre os interlocutores, pois o isolamento dos ensaios em alguns blocos deixam a desejar quanto à organicidade e maior aproveitamento por parte do leitor. Entretanto, isto não invalida ou prejudica o valor e importância do trabalho, especialmente para o enriquecimento de nosso parco acervo sobre a história do pensamento social brasileiro. Não querendo reduzi-la à condição de mera cronologia, O Saber Militante vem unir-se aos grandes esforços em recuperar a reflexão sobre o itinerário de nossos intelectuais e suas obras. E nada é mais conveniente para os avanços científicos que a constante avaliação dos produtos de uma ciência pelos que a praticam. A leitura de O Saber Militante é, por conseguinte, útil não só ao diletante da Sociologia Brasileira, mas a todo e qualquer cientista social que se preocupa por sua formação e pelo destino de sua ciência.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I - Tipo de Colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Avaliação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.
2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessários deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

1. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, datilografados em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.
2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
3. As notas de pé-de-página devem ser de natureza substantiva (não-bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data) ou (autor, data, página).
4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais.

- IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado.

